

Vitor Manuel Boieiro Cotovio

CONVENTO DE S. FRANCISCO EM MONTEMOR-O-NOVO

Contributos para a sua recuperação e valorização

Orientação Científica : Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Dissertação de Mestrado em
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Universidade de Évora, Junho de 2009

Vitor Manuel Boieiro Cotovio

CONVENTO DE S. FRANCISCO EM MONTEMOR-O-NOVO

Contributos para a sua recuperação e valorização



169 798

Orientação Científica : Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Dissertação de Mestrado em
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Universidade de Évora, Junho de 2009

**Dedico este trabalho à minha Família,
bem como a todos os que durante a sua realização
sentiram a minha ausência.**

AGRADECIMENTO

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a preciosa orientação, sabedoria, experiência, extrema e permanente disponibilidade do Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge. Honra-me a sua amizade.

Aos colegas e companheiros neste *itinerário*, pelo incentivo e colaboração. Também ao Dr. Jorge Fonseca, ao Dr. Manuel Branco e ao Frei Henrique Rema OFM, bem como a todas as pessoas e entidades que me ajudaram.

À minha Família.

***A técnica não substitui a arte.
Se aquela lhe dá um corpo, recebe desta, em troca, uma alma.***

(Autor desconhecido)

CONVENTO DE S. FRANCISCO EM MONTEMOR-O-NOVO

Contributos para a sua recuperação e valorização

RESUMO

O convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo, que durante cerca de quatro séculos esteve implantado fora do contexto urbano local, está, na actualidade, envolvido pela malha habitacional e por equipamentos colectivos. O estado de parcial abandono e de degradação acelerada em que se encontra o conjunto, obriga a que, por todas as formas, haja empenho da comunidade social na sua urgente recuperação e valorização cultural.

É efectuada uma leitura do conjunto edificado remanescente, uma análise dos materiais aplicados e das técnicas construtivas utilizadas, a que se segue um diagnóstico do estado patológico, identificando-se as anomalias mais relevantes, de natureza estrutural e não estrutural. Apresentam-se propostas para a reparação e eliminação dos factores de alteração.

Finalmente, sugerem-se algumas possibilidades para a valorização futura do conjunto, enquanto peça importante do nosso património colectivo.

PALAVRAS-CHAVE: Conjunto franciscano, materiais e técnicas de construção, estado de conservação, anomalias, intervenção estrutural, recuperação, valorização cultural, Montemor-o-Novo.

ST. FRANCISCO CONVENT IN MONTEMOR-O-NOVO
Contributions to her recovery and valorization.

ABSTRACT

The St. Francisco convent in Montemor-o-Novo which during about four centuries was outside the urban context, is nowadays completely involved by the urban agglomerate and collective facilities. The situation of partial abandonment and the accelerated degradation where the joint is, requires to, by all the ways have interest by the social community in its urgent recovery and in its cultural valorization.

Is done a reading of the built joint, an analyse of the employed materials and the techniques of construction used, which is followed by a diagnostic of the pathological condition, identifying the most outstanding anomalies, of structural and not structural character, presenting suggestions to its reparation and reduce of the transformation agents. Finally, are enumerate some possibilities to the future benefit of the joint, while important piece of our collective heritage.

KEYWORDS: Franciscan convent, building materials, construction techniques, preservation state, diagnostic, structural intervention, valorization plan, Montemor-o-Novo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
CAP. 1 - ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO	7
CAP. 2 - A PRESENÇA FRANCISCANA EM MONTEMOR-O-NOVO	12
CAP. 3 - LEITURA DO CONJUNTO CONVENTUAL	20
3.1. Situação e sítio	20
3.2. Igreja	30
3.2.1. Planta	30
3.2.2. Alçados	30
3.3. Anexos conventuais	33
3.3.1. Planta	33
3.3.2. Alçados	35
3.4. Anexos meridionais	37
CAP. 4 - HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO	57
CAP. 5 - MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO	67
5.1. Materiais de construção	67
5.1.1. Materiais pétreos	68
5.1.2. Cerâmicos	71
5.1.3. Cais	73
5.1.4. Areias	74
5.1.5. Madeiras	75
5.1.6. Materiais diversos	76
5.2. Técnicas de construção	84
5.2.1. Fundações	84
5.2.2. Pavimentos e escadas	85
5.2.3. Paredes e contrafortes	86
5.2.4. Tectos	93
5.2.5. Coberturas	97
CAP. 6 - AVALIAÇÃO DO ESTADO ACTUAL DE CONSERVAÇÃO	102
6.1. Identificação de anomalias	103
6.2. Factores de alteração	108
6.3. Riscos patológicos	111

CAP. 7 - CONTRIBUTOS PARA A RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CONVENTO	
7.1. Propostas de intervenção imediata. Recomendações específicas	131
7.2. Contributos para a recuperação e valorização a médio e longo prazo	136
CONCLUSÕES	143
BIBLIOGRAFIA	145
Índice de fotografias	157
ANEXOS	161
Índice de anexos	162

INTRODUÇÃO

Apresentação e justificação do tema

Começamos por transcrever um excerto da Carta de Cracóvia (2000) e do Documento de Nara (1994). No preâmbulo da Carta de Cracóvia afirma-se que: *“Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável pela identificação e pela gestão do seu património. Os elementos individuais deste património são portadores de muitos valores que podem mudar com o tempo,”*. O artigo 8º do Documento de Nara, cujos conteúdos nos irão conduzir em toda esta dissertação, é peremptório ao recordar que *“é importante sublinhar um principio fundamental da UNESCO: o facto de que o património cultural de cada um é o património cultural de todos. A responsabilidade pelo património cultural e pela sua gestão pertence, em primeiro lugar, à comunidade cultural que o gerou, e subseqüentemente àquela que o preserva. No entanto, no exercício destas responsabilidades, a adesão às cartas e convenções internacionais desenvolvidas para a conservação do património cultural obriga à consideração dos princípios e das responsabilidades que delas advêm(...)”*.

O Convento de São Francisco, em Montemor-o-Novo, que durante cerca de quatro séculos se encontrava fora do contexto urbano, constituindo um limite à expansão do aglomerado, naquela direcção, foi pouco a pouco e à medida que se consolidou a

ocupação da malha edificada no séc. XX, atraindo o seu crescimento e funcionando como um nó urbano.

O conjunto conventual franciscano encontra-se hoje numa posição axial, na ligação do núcleo histórico com a zona norte da cidade, em franca expansão urbana. Por um lado, está rodeado de espaço habitacional e, pelos outros, por equipamentos urbanos de diversa natureza: piscinas recreativas municipais, complexo desportivo do Clube de Ténis, parque urbano da cidade e cemitério municipal de São Francisco (estes últimos ocupando parcialmente a antiga cerca conventual), antiga cadeia comarcã, imediatamente contígua a norte, e agora adaptada a Arquivo Histórico Municipal.

Verifica-se, deste modo, e atendendo ao estado de parcial abandono e degradação acelerada em que se encontra o conjunto edificado franciscano, que ele representa uma “nódoa” para toda a zona envolvente, se tivermos em conta a escala e volumes que caracterizam o conjunto.

Urge, assim, contribuir para a sua recuperação e valorização, incluindo o espaço urbano envolvente, que lhe dá escala e o qualifica.

A escolha do tema de estudo deriva do crescente interesse pessoal pelas construções franciscanas, manifestado e desenvolvido a partir do momento em que esse tema foi definido no decurso do ano curricular do mestrado, na disciplina de Sistemática da Arquitectura, tendo-se estudado este mesmo edifício nas disciplinas de Arte Paisagista e dos Jardins (aqui relacionado com a evolução da paisagem urbana) e Análise e Consolidação Estrutural.

Como se disse de início, a defesa e conservação do património é uma obrigação de todos, individual e colectivamente. Num tempo em que se começa a dar bastante atenção às questões do património imaterial, não pode ficar esquecido e subalternizado o valioso património material existente, não só como prova testemunhal e documental da História, mas principalmente na sua utilização e usufruto para as actuais gerações. Aliás como salienta a Carta de Veneza (1964) no seu artigo 5º, *“a conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis. Esta utilização, embora desejável, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É apenas dentro destes limites que as modificações que seja necessário efectuar poderão ser admitidas.”*

Não havendo estudos específicos deste conjunto franciscano, quer no aspecto histórico-artístico e arquitectónico quer técnico-científico, há a conveniência e justificação da realização de um estudo monográfico, cujo contributo possa ser enriquecedor e útil para a sua conservação e valorização cultural.

CAP.1 - ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO

Como documentos originais mais antigos e presumivelmente mais fidedignos referentes ao convento franciscano de Montemor-o-Novo e à sua cerca, encontraram-se alvarás e missivas régias de D. João III e D. Sebastião, depositados na Biblioteca Pública de Évora¹ e no Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo² bem como alguns outros manuscritos originais depositados na Biblioteca Nacional³ e no Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo⁴.

Outra fonte escrita específica e identificada foi o *Inventário do Convento de S. Francisco de Montemor o Novo*⁵. Trata-se de um documento original, relativo ao séc. XIX, integrante do Fundo Antigo do Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, que contém os inventários elaborados pelos sucessivos guardiães do convento, para apresentação nos capítulos provinciais que se realizaram no Convento de S. Francisco, em Xabregas (Lisboa) ou no Convento de S. Francisco, em Évora.

¹ Biblioteca Pública de Évora, Cimélios, Convento de Santa Clara, Livro 50, Documentos 21, 24 e 28.

² AHMMMNovo, A1C3, Alvará de D.JoãoIII, 1535.

³ Mss 184 N°47 (F1196) – Alvará de D.Sebastião, de 10 de Novembro de 1569.

⁴ IAN/TT – O.F.M., Província dos Algarves, Séc. XV-XIX, Província, Maço 96, N°6.

⁵ AHMMMNovo, Corporações religiosas, D3 S1, Ementas 1815-1834.

*O Tombo das Capellas do Convento de S.Francisco de Montemor-o-Novo (1829)*⁶, existente na Biblioteca Pública de Évora, não revelou interesse significativo. De referir ainda a existência de outros manuscritos avulsos com referências ao objecto de estudo, quer na Biblioteca Nacional de Lisboa quer no Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.

Sobre a presença franciscana em Portugal, e nesta abordando sobretudo o aspecto religioso, existem como fontes primárias para investigação, as crónicas produzidas por membros da Ordem, de que se destaca como documento inicial e que esteve na génese da produção escrita posterior, as *Chronicas da Ordem dos Frades Menores*, de Frei Marcos de Lisboa⁷, as quais tiveram continuação e conclusão na *História Seráfica*, de Frei Manuel da Esperança⁸. Os cronistas seguintes, basearam-se todos em maior ou menor grau, na obra anteriormente citada.

Relativamente à Província dos Algarves a fonte mais importante é sem dúvida a *Chronica Provinciae Algarbiorum. Séries Chronologica Monasteriorum omnium Provinciae Algarbiorum debita etiam in praecedentia existentium*, de Frei João de Nossa Senhora, nomeado cronista da Província em 1737; a sua obra é dada como escrita por volta do ano de 1740⁹. Entre os que se lhe seguiram, figurarão sempre os trabalhos de Frei Fernando da Soledade¹⁰, de Frei Apolinário da Conceição¹¹, de Frei Jerónimo de Belém¹² e de Frei José Rolim¹³. Haverá ainda que referir o documento do Ministério da Ordem¹⁴ relativo à constituição da província de Portugal.

⁶ BPE, Cimélios, Códice CLXVI / 2-38 – *Tombo das capellas do Convento de S.Francisco de Montemor o novo, 1829*.

⁷ LISBOA, Frei Marcos de - *Chronicas da Ordem dos Frades Menores do Seraphico Padre Sam Francisco*, Lisboa, em casa de Ioannes Blauio, 1557-1562.

⁸ ESPERANÇA, Frei Manuel da - *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S.Francisco na Província de Portugal*, Lisboa, Off. De António Craesbeeck de Mello, Impressor de Sua Alteza, Anno 1666.

⁹ IAN/TT, Ms da Livraria N° 620, de 198 folhas

¹⁰ SOLEDADE, Frei Fernando da - *Historia Seráfica Chronológica da Ordem de S. Francisco da Província de Portugal, II Parte da III*, Lisboa Occidental, na Officina de Domingos Gonçalves, 1735.

¹¹ CONCEIÇÃO, Frei Apolinário da - *Claustro Franciscano Erecto no Domínio da Coroa Portuguesa*, Lisboa, Off. de António Isidoro da Fonseca, MDCCXL.

¹² BELÉM, Frei Jerónimo de - *Chronica seráfica da santa província dos algarves da regular observância do nosso seráfico padre S.Francisco, em que trata da sua origem, progressos e fundações de seus conventos*, Lisboa na Officina de Ignacio Rodrigues, 1750-1758.

¹³ ROLIM, Frei José - *Ordem Franciscana da Província de Portugal, Usos e costumes da Província de Portugal*, s.l., s.n., 18--.

¹⁴ ORDEM DOS FRADES MENORES, *Estatutos provinciais da província de Portugal dos Frades Menores de nosso Seraphico Padre S. Francisco, colligidos dos estatutos antigos da mesma província*, Lisboa, s.n., 1637.

Para além das supracitadas obras e como trabalhos posteriores de conteúdo mais abrangente, há que salientar a *História da Igreja em Portugal* de Fortunato de Almeida¹⁵ e a mais recente *História religiosa de Portugal*, sob a direcção de Carlos Moreira de Azevedo¹⁶. Ainda para o séc. XX, há que dar o justo realce à obra dispersa de Frei Fernando Félix Lopes, por tudo quanto escreveu sobre a vida franciscana em Portugal, bem como os numerosos trabalhos de Frei Henrique Pinto Rema, nomeadamente a actualização das crónicas da Ordem, trabalho ainda em curso. De referir, ainda, o seminário promovido pela Fundação Oriente e realizado no Convento da Arrábida (Setúbal) sobre “*O franciscanismo em Portugal*”¹⁷, cujas actas são igualmente um documento de relevante interesse.

Se sobre a presença da Ordem Franciscana em Portugal há, em termos gerais, alguma abundância de fontes escritas, já no que concerne à sua presença em Montemor-o-Novo, pode afirmar-se que não há obra produzida. Encontraram-se insignificantes referências ao Convento de São Francisco de Montemor-o-Novo dispersos na *Taboa Genealogica dos Cidades de S. João de Deos da villa notável de Montemor o Novo e Discripçam topográfica desta villa* do Padre Victorino José¹⁸, na *Memória estatística A’cerca da notável villa de Monte Mor o Novo* de Joaquim José Varella¹⁹; os *Estudos Históricos Jurídicos e Económicos sobre o Município de Montemor-o-Novo* da autoria conjunta de José Hilário de Brito Correia e José Manuel Álvares²⁰ e, por último, nas indispensáveis *Memórias Paroquiais de 1758*²¹.

Como fontes gerais mais recentes, há que referir no século XX, os trabalhos de investigação e monográficos do historiador Dr. António Alberto Banha de Andrade e do historiador Dr. Jorge Fonseca. Do primeiro dos autores será de destacar a “*Breve história das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*”²², o artigo “*Montemor tem história – Frades de 1435 até 1834*”²³ e, por último, os “*Subsídios para a história da arte no*

¹⁵ ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, 4 Volumes, Portucalense Editora, S.A.R.L., Porto, 1967.

¹⁶ AZEVEDO, Carlos Moreira de (Dir.) - *História religiosa de Portugal*, 2 Volumes, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

¹⁷ *O franciscanismo em Portugal*, Actas de seminário, 2 volumes, Fundação Oriente, Lisboa, 1996.

¹⁸ JOSÉ, Padre Victorino - *TABOA GENEALOGICA dos Cidades de S. João de Deus da villa notavel de Montemor o Novo e DISCRIPÇAM TOPOGRAFICA DESTA VILLA*, Lisboa Occidental, Na Officina Joaquianna de D. Bernardo Gayo, Anno de 1740.

¹⁹ VARELLA, Joaquim José - *Memoria Estatística A’cerca da notavel Villa de Monte Mor o Novo*, em *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, MDCCCXVI.

²⁰ CORREIA, José Hilário de Brito e ÁLVARES, José Manuel - *Estudos Históricos, Jurídicos e Económicos sobre o Município de Montemor-o-Novo*, Volume I *Estudos Históricos*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1873, Edição Fac-simile, Coimbra Editora, Agosto 2001.

²¹ FONSECA, Jorge - “O concelho de Montemor-o-Novo nas Memórias Paroquiais de 1758”, em *Almansor Revista de Cultura*, Nº3, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 1985, p.p.121-170.

²² ANDRADE, António Alberto Banha de - “Breve história das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo”, em *Cadernos da História de Montemor-o-Novo*, Edição do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e “A Defesa”, Évora, 1977.

²³ ANDRADE, António Alberto Banha de - “Montemor tem história – Frades de 1435 até 1834”, em *Jornal O Montemorense*, Agosto de 1974.

*Alentejo*²⁴. Quanto ao segundo autor será de realçar a obra "*Montemor-o-Novo no século XV*"²⁵, o artigo "*Toponímia e urbanismo de Montemor-o-Novo (séculos XV-XIX)*"²⁶ e o trabalho em co-autoria com Manuel Branco e Cláudia Valle Santos "*Montemor-o-Novo quinhentista e o Foral manuelino*"²⁷.

Merece ainda referência, o *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, de Túlio Espanca²⁸, o trabalho global publicado mais desenvolvido relativamente ao objecto em estudo.

Por fim haverá que identificar e descrever o conjunto de trabalhos de natureza técnica, inéditos, realizados a partir do momento em que a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, proprietária de todo o convento com excepção das capelas a sul da igreja, demonstrou uma preocupação real com a sua conservação. Assim, conhecem-se os seguintes processos de encomenda camarária ou de iniciativa das entidades nacionais com responsabilidades na protecção do património arquitectónico:

- Processo de Obras N°C-1909 de 1986 /Caducado; Requerente: Fábrica da Igreja Paróquia de N.ª.Sr.ª. da Vila;
- Processo de Obras N°348/94 / Caducado – Recuperação/restauro da Igreja de São Francisco; Requerente: Fábrica da Igreja da Paróquia de N.ª.Sr.ª. da Vila;
- Proposta de recuperação e ocupação da Cadeia e Convento de São Francisco / Estudo Prévio -Câmara Municipal de Montemor-o-Novo / Arqº. Carlos Silva , de Abril de 1996;
- Processo de Obras N°230/99 - Restauro e ampliação de Centro de Actividades Paroquiais; Requerente: Fábrica da igreja da Paróquia de N.ª.Sr.ª. da Vila;
- Dossier DGEMN "Montemor-o-Novo - Inventário do Conjunto Urbano e Carta de Risco do Património Arquitectónico", realizado pela DSID da DGEMN, em Setembro de 1999;

²⁴ ANDRADE, António Alberto Banha de – "Subsídios para a história da arte no Alentejo", *Cadernos da história de Montemor-o-Novo*, Edição do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1980.

²⁵ FONSECA, Jorge – *Montemor-o-Novo no Século XV*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 1998.

²⁶ FONSECA, Jorge – "Toponímia e urbanismo de Montemor-o-Novo (séculos XV-XIX)", in *Almansor Revista de Cultura*, N°14, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2000, p.p. 17-74.

²⁷ SANTOS, Cláudia Valle, FONSECA, Jorge e BRANCO, Manuel – *Montemor-o-Novo Quinhentista e o Foral manuelino*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2003.

²⁸ ESPANCA, Túlio – "Convento de S.Francisco", em *Inventário Artístico de Portugal Distrito de Évora* Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas, Academia Nacional de Belas-Artes, Volume VIII, Lisboa, 1975, p.p. 310-316.

-
- Carta de Risco do Património Arquitectónico -Convento de São Francisco, DGEMN, 1999.
 - Convento e Igreja de São Francisco – relatório sobre o estado de conservação (sem data), CMMNovo/DAU;
 - Levantamento (incompleto) de Igreja e Convento - Oficinas do Convento (Dez 2000);
 - Processo de empreitada “Recuperação e reabilitação do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo”, Oficinas do Convento, 2000-2001;
 - Ficha de Inventário de Protecção do Património Cultural Europeu - IPCE, de Maio de 2001;
 - Parecer sobre as condições de conservação e de segurança do antigo Convento de São Francisco, em Montemor-o-Novo - LNEC / Nota Técnica Nº27/2001 – NCE/DE;
 - Recuperação do Convento de São Francisco / Oficinas do Convento – Associação Cultural de Arte e Comunicação Programa Base / Projecto de Arquitectura, de Julho de 2003;
 - Convento de São Francisco Diagnóstico estrutural e não estrutural, Volume I e II, da autoria de Engº.João Appleton e equipa, Julho de 2007;

Verifica-se assim que não existe qualquer estudo de investigação publicado, que assuma o carácter monográfico da totalidade do conjunto franciscano de Montemor-o-Novo. Daí, a razão do presente trabalho.

CAP.2 - A PRESENÇA FRANCISCANA EM MONTEMOR-O-NOVO

Montemor-o-Novo é uma povoação muito antiga cuja origem, apesar dos inúmeros estudos, ainda não é bem determinada. Crê-se com maior fundamento, que o antigo burgo, no castelo, terá tido origem muçulmana. No entanto, cada vez mais se encontram vestígios da ocupação da colina do castelo correspondentes ao período romano e ao período pré-islâmico/visigótico, tal como acontece com os seus arredores. Montemor-o-Novo, situado num ponto alto com um raio de alcance visual muito alargado e junto a uma linha de água (a ribeira de Canha ou rio Almansôr), desenvolveu-se ao longo da época medieval como povoação de passagem e paragem.

As causas que determinaram a prosperidade da vila arrastaram também a decadência do sector muralhado. A favorável situação relativamente ao comércio e às vias de comunicação terrestre, romanas e medievais que aqui se cruzavam, levaram a que, nos finais do século XIII, após a consolidação da conquista cristã, a população comesçasse, pouco a pouco, a instalar-se fora do perímetro amuralhado, no designado arrabalde, entretanto surgido nas vertentes norte e poente e no vale contíguo. Os arruamentos principais da vila nova constituem-se no prolongamento dos caminhos existentes na época medieval e não foram construídas novas vias de acesso a outras povoações.

Os séculos XV e XVI corresponderam à época áurea de *Monte mor ho novo*. Localizado no centro do triângulo constituído pelas cidades de Lisboa, Santarém e Évora, em que a Corte então se movimentava, Montemor tinha assento no 4º banco das Cortes (antes dela apenas outras quinze localidades do país). Devido à longa permanência do rei no Paço dos Alcaides, aqui se realizaram cortes nos anos de 1402, 1477 e 1481.

No século XV, o arrabalde valorizou-se com a construção ou alargamento dos seus equipamentos: o Rossio é definido a norte pela Ermida de N.ª.Sr.ª. das Graças, a oeste pela de São Sebastião e a sul pela de Santo António.

Aos aspectos de cariz geoestratégico, indicadores da importância da vila na vida do Reino, há que considerar outros, cujo significado não se pode menosprezar, como é o caso das fundações conventuais que aqui se registaram durante o século XVI. Quando se reflectia sobre a importância de determinada localidade, um dos parâmetros que sempre se considerava era a dimensão do seu universo religioso. Veja-se a justificação utilizada por D. Sebastião, em 20 de Março de 1563, ao conceder a Montemor-o-Novo o título de "*villa notauel*" atendendo a que era "*lugar antigo e de grande pouoçam*" e "*cercada e nobreçida de Egrejas templos E Moesteiros e de muitos outros edeffiçios e casas nobres...*"²⁹. A existência de várias instituições conventuais, como de outros locais de orago, poderá ser entendida como "*uma resposta dos habitantes ao apelo do divino*"³⁰. Será assim um indicador do dinamismo e vitalidade de uma população, portanto elemento catalisador da atractividade de novas fundações religiosas.

De acordo com os princípios e lema iniciais da Ordem, a implantação de "casas" franciscanas tinha preferência pelos locais povoados, para uma maior facilidade de evangelização. Ora, recorrendo ao estudo do historiador Jorge Fonseca³¹, que cita *A Comarca d'Antre Tejo e Odiana no numeramento de 1527-32*, o número de fogos na vila de Montemor era de 889, e de 705 no seu termo, o que perfazia o total de 1594 fogos (cerca de 7000 habitantes). O *Numeramento* mostrava que "*na comarca de Entre Tejo e Odiana – em todo o território a sul do Tejo com exclusão do Algarve – apenas quatro terras superavam Montemor em número de fogos: Évora (3601), Beja (2807), Elvas (2354) e Moura (1622). Imediatamente abaixo ficavam Estremoz (1421), Portalegre (1419), Serpa (1277), Setúbal (1255) e Olivença (1239)...*"³². A população da vila de Montemor terá sofrido, como a generalidade do País, certa estagnação até meados do século XV e franca subida a partir daí. Esta realidade em termos populacionais traduziu-se num franco

²⁹ Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, Correspondência, 1564.

³⁰ MENDONÇA, Manuela – *Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal. Estudos de História Regional Portuguesa*, Volume I, Lisboa, Edições Colibri, 1995, p.172.

³¹ FONSECA, Jorge – *Montemor-o-Novo no Século XV*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 1998, p.10.

³² Idem, *Ob. cit.*, p.11.

interesse, para a expansão da Ordem Franciscana em Portugal, através da instalação de um convento em Montemor.

Nas Memórias Paroquiais de 1758 pode ler-se “*No distrito desta freguezia está o Convento de S.Francisco fora da villa em pouca distancia, entre o Norte e o Oriente, o qual foi fundado em huma Irmida, de Nossa Senhora das Graças, e no anno de 1495 já nelle assistião relegiozos*”³³. Mais tarde, em 1788, e provávelmente baseado nesta fonte, o Padre Victorino José escreveu: “*O Convento de S. Francisco Fundado na Ermida de N.Sr^a. das Graças, já nelle aestião rellegiozos pellos annos de 1495, em que nasceu o Santo Joao de Deos Como depõem as testemunhas que jurarão no Processo, para a sua Biatificação.*”³⁴. Este processo decorreu em 1625, no tempo do Papa Urbano VIII, e o guardião do Convento de Montemor-o-Novo, Fr. Francisco de Santo António, foi uma das 37 testemunhas.³⁵

Não se fala do convento montemorense antes da divisão da Província de Portugal da Observância. No entanto, há dois alvarás de D.João III, anteriores à divisão, a referir a sua existência. Um foi expedido de Almeirim, a 30.12.1525, em que o rei manda dar algum dinheiro para as obras do convento de Montemor. O segundo data de 16.05.1532 e repete a doação de dinheiro e declara que o convento tem guardião. Segundo Frei Fernando da Soledade³⁶, cronista da mendicante e seráfica Ordem de S.Francisco, em 1532 ocorreu a subdivisão da Província de Portugal em duas: a Província de Portugal e a Província dos Algarves. Esta data não coincide com a do *Livro da Ordem seráfica* composto pelo Ilmo^o Padre Frei Francisco Gonzaga, generalíssimo de toda a Ordem: “...e por estar tam dilatada a dividirão os Padres Observantes no anno de 1533.”³⁷ Apesar desta ligeira divergência de datas, fica comprovado que as obras do actual convento se iniciaram na década de 1530. Até aí, as celebrações ocorriam na ermida de N^a. Sr^a. das Graças, por empréstimo aos franciscanos.

Coloca-se-nos a questão da tão tardia presença de franciscanos em Montemor-o-Novo. Naquele tempo, pelos alvares do século XVI, a Ordem já estava em Portugal havia

³³ VALLE, Padre Pedro Botelho do - O concelho de Montemor-o-Novo nas Memórias Paroquiais de 1758, em *Almansor Revista de Cultura*, N^o3, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1985, p.154.

³⁴ JOSÉ, Padre Victorino – *Descrição topográfica da Pátria do senhor S. Joao de Deos que he natural de Monte-Mor novo*, manuscrito de 1788. O documento impresso encontra-se emoldurado e exposto, na cripta de S.João de Deus, localizada na igreja Matriz de Montemor-o-Novo.

³⁵ IAN/TT, Ms da Livraria, Maço N^o620 de 198 folhas, Crónicas por Frei João de Nossa Senhora “Caput XIV – De Conventu S. Francisci de Montemor”, com leitura e tradução de Fr. Henrique Pinto Rema, a quem agradecemos.

³⁶ SOLEDADE, Frei Fernando da – *História Seráfica Chronologica da Ordem de S.Francisco na provincia de Portugal.*, IV Parte, Lisboa occidental: Na Officina de Domingos Gonsalves, MDCCXXXVII., Livro 20, Cap.12, p.391.

³⁷ Biblioteca Pública de Évora, Cimélios, Tombo do Convento de S.Francisco de Évora, Cód. CLXVI / 1-1, f10v.

quase três séculos, com conventos dispersos por tantas localidades do País, algumas de dimensão populacional inferior a Montemor.³⁸ Várias considerações se podem apresentar:

- a existência do convento de S.Francisco em Évora, desde 1285, dos mais importantes da província de Portugal, que logo em 1330, passou a sede da terceira custódia portuguesa³⁹, por deliberação do capítulo provincial realizado em Coimbra. A terceira custódia organizou-se com os seis conventos então existentes ao sul do Tejo: Beja, Estremoz, Évora, Loulé, Portalegre e Tavira.⁴⁰ Crê-se que o convento de S.Francisco de Évora, dominava os concelhos limítrofes e eventualmente se oporia à criação de novas “filiais”. Comprovou-se que grande parte das missas, capelas, outras doações e caridades eram provenientes do termo de Montemor-o-Novo, privilégios que não queria ver diminuídos;
- oposição religiosa exterior à Ordem, concretamente do clero secular. O poderoso Bispo de Évora e o Cabido da Sé de Évora detinham grande poder fundiário no concelho de Montemor-o-Novo, aliado aos aspectos da vinculação directa dos franciscanos à Cúria Romana e a grande mobilidade dos frades, daí as dificuldades e impedimentos que a propósito eram criadas por aqueles;
- conhecendo-se a frequente, dir-se-á mesmo, normal concorrência entre ordens mendicantes para serem os primeiros a chegar e a implantar-se em determinado aglomerado populacional, não parece crível que em Montemor-o-Novo, essa disputa tenha sido causa de atraso na implantação de franciscanos. A comunidade franciscana parece ter sido a primeira a instalar-se, quase em simultâneo com a comunidade feminina de dominicanas que deu origem ao Convento da Sr^a. da Saudação e só mais tarde se terão fixado os seguidores masculinos de S.Domingos de Gusmão.
- conhecendo-se também os receios que despertavam noutras classes, quando se via o povo em união e organizado, neste caso em torno da pregação dos mendicantes, será lícito pensar, que poderá ter havido oposição da burguesia e mesmo de alguns membros da nobreza. Apesar de se conhecer o apoio e simpatia demonstrada pela Casa Real.

³⁸ Segundo MOREIRA, António Montes, “Implantação e desenvolvimento da ordem franciscana em Portugal séculos XIII-XVI”, em Actas de Seminário “*O Franciscanismo em Portugal*”, vol.1, Fundação Oriente, Lisboa, 1996, em 1517, a Província de Portugal da Regular Observância tinha 27 casas e sede no Convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas em Lisboa, enquanto que a Província dos Conventuais tinha 22 casas e sede no Convento de S.Francisco no Porto . De acordo com SOLEDADE, Fr. Fernando , quando da separação da província de Portugal da Observância em província de Portugal e província dos Algarves existiam 35 conventos masculinos e 7 mosteiros . Nos Claustrais havia 23 conventos e 11 mosteiros.

³⁹ A primeira custódia tinha sede em Lisboa e a segunda custódia estava sediada em Coimbra.

⁴⁰ MOREIRA, Fr. António Montes, “Implantação e desenvolvimento da ordem franciscana em Portugal séculos XIII-XVI”, em Actas de Seminário “*O Franciscanismo em Portugal*”, vol.1, Fundação Oriente, Lisboa, 1996, p.17.

- segundo CAEIRO⁴¹ que analisou a evolução histórica e formas de crescimento de quatro concelhos limítrofes de Évora, a saber, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Viana do Alentejo e Reguengos de Monsaraz, concluiu que o convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo foi o primeiro a ser fundado, quase um século antes dos de Viana do Alentejo e Arraiolos, o que certamente terá relação directa com o período áureo da afirmação económica, social e política de Montemor-o-Novo, conjugado com intenções de expansão da Ordem⁴², a que os opositores não conseguiram resistir. Ao fazer uma análise sobre os espaços conventuais e o metabolismo da cidade, GASPAR define períodos muito dinâmicos na edificação de conventos, de finais do séc XV a finais do XVI e da segunda metade do séc.XVII ao primeiro quartel do séc.XVIII, afirmando que estes períodos são decerto explicados por factores de natureza económica, social e política.⁴³

Os denominados *padroeiros* não foram os primeiros promotores da construção do convento de Montemor-o-Novo. Ele cresceu muito à custa das esmolas dos fiéis, que nutriam simpatia pelos frades, simpatia por estes conquistada à custa de muito trabalho lado a lado com o povo. A sua acomodação inicial poderá ter sido, como aconteceu em muitos outros locais, numas pequenas construções precárias encostadas à igreja.

Qual o benefício para a vila e sua população, da existência de numerosos conventos e entre estes o de S. Francisco? A avaliação negativa efectuada por CORREIA e ÁLVARES, segundo os quais “os numerosos conventos deste município não satisfaziam cabalmente a nenhum fim necessário para o seu melhoramento e regeneração. Nunca serviram de amparo e estímulo à caridade. A Misericórdia via-se oprimida por elles. As missas eram tantas que os rendimentos da casa mal chegariam para os celebrantes. Os subsídios que pediam e obtinham devoravam o thesouro dos pobres doentes e necessitados. E não só sobrecarregavam a Misericórdia, mas exploravam a caridade pública.”⁴⁴ e “Diz-se que o trabalho não atrahia os frades. Eram-n’o para não trabalhar”⁴⁵, se tinha correspondência aos membros de algumas comunidades de religiosos montemorenses, claramente, afirmamos nós, tal classificação não se pode aplicar aos frades franciscanos. Não só porque a sua prática era de trabalho no meio do povo, assim conseguindo até a sua amizade, como também os franciscanos instruíam e ensinavam os jovens da vila. A seu modo e de acordo com as regras daquela época. Daí poder considerar-se, que com a extinção do convento em 1834, ficou uma lacuna no ensino e

⁴¹ CAEIRO, Elsa – *Estudo comparativo de conjuntos urbanos situados na área de influência de Évora*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1995, (policopiada), p.p. 1.55-1.56.

⁴² SOLEDADE, Frei Fernando – *Ob. cit.*, p.390.

⁴³ GASPAR, Jorge – “Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade”, em *Conversas à volta dos conventos*, Coord. Virgínia Fróis, Casa do Sul Editora e Oficinas do Convento, Évora, 2002, p.88.

⁴⁴ CORREIA, José Hilário de Brito e ÁLVARES, José Manuel – *Estudos Históricos Jurídicos e Económicos sobre o Município de Montemor-o-Novo*, Edição Fac Símile, Coimbra Editora, Coimbra, 2001, p.176.

⁴⁵ Idem, p.176.

cultura de Montemor-o-Novo: eles ensinavam Latim, Lógica e Rhetórica, como também Filosofia, Artes, Ética, Matemática e Física.

O ensino terá sido ministrado nas próprias instalações conventuais. Tal conclusão obteve-se pela análise dos diversos inventários elaborados para os capítulos provinciais, onde na descrição dos membros que integravam a comunidade, existia a referência a estudantes. Por outro lado nas certidões emitidas por guardiães, abonatórias de lentes do dito convento, tal também se conclui.⁴⁶ Não esquecer que os Estudos Gerais de Barcelona de 1451 determinaram que se abrissem escolas nos conventos observantes.⁴⁷

Segundo Varella *"há também dentro do Convento a Ordem Terceira da Penitencia, que he bastante rendosa"* ⁴⁸. A licença para os Terceiros edificarem a sua "casa" foi concedida pelo provincial Baltazar dos Reis, em 30 de Março de 1671, tendo sido seu ministro Henrique Mello da Azambuja. Ainda hoje permanece no mesmo espaço.

Do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo se escreveu que foi um dos bons conventos da Província e nele se realizou o Capítulo de Montemor a 8 de Março de 1728.⁴⁹

No seguimento da legislação pombalina, a vida dos religiosos franciscanos não foi fácil e foi-se agravando a sua dificuldade de sobrevivência bem como a da conservação do seu convento. A Ordem do Frades Menores, provavelmente aquela que mais observou a determinação estatutária que impedia os mendicantes de possuírem bens de raiz, viu inesperadamente reduzidos os seus rendimentos ao acompanhamento de cerimónias fúnebres, pregações e missas cantadas. Verbas cada vez mais insignificantes, numa época em que a atenção geral da sociedade para estas práticas era reduzida.

De concreto sabe-se que, em Maio de 1790, *"à semelhança das restantes casas franciscanas do país, a de Montemor-o-Novo, agora com quinze ocupantes, já gastava bem mais do que recebia: 932.380 réis contra uns incertos 623.780 réis"* ⁵⁰ Se atendermos à cópia da *Sentença da Última Redução das Missas das Capellas dada pela Junta do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Relegiozas, presidida por Dom Jozé Maria de Mello, Bispo Titular do Algarve, Inquizidor Geral destes Reinos e seus Domínios*, de 20 de Maio de 1808, constante do *Tombo das Capelas do Convento de São Francisco da Villa de Montemor o Novo de Menores Observantes da Província dos Algarves* confirma-se essa mesma conclusão sobre as dificuldades que então se manifestavam: *"... a que naquelle tempo forao reduzidas as missas das suas primitivas obrigaçoens, não podia chegar nos*

⁴⁶ IAN/TT – Ordem dos Frades Menores, Província dos Algarves, Província, Maço 96, Nº6.

⁴⁷ MOREIRA, António Montes, *Ob. cit.*, p.21.

⁴⁸ VARELLA, Joaquim José – *Memória Estatística A'cerca da notável Villa de Monte Mor o Novo*, em Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, MDCCCXVI, p.26.

⁴⁹ IAN/TT – *O.F.M. Província dos Algarves, Província, Maço 95, Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Alvíto*, fólio 1v.

⁵⁰ ABREU, Laurinda – "O impacto da legislação pombalina sobre as instituições religiosas: o caso de Montemor-o-Novo", *Conversas à Volta dos Conventos*, Casa do Sul Editora, Évora, 2002, p.295.

*presentes tempos nem para a sua frugal sustentação pela carestia a que tem subido os víveres, nem para o seu humilde vestuário, que igualmente tem subido a um preço excessivo, nem para o curativo dos relegiosos, enfermos, velhos e entrevados, nem para a precisa conservação do Edifício material, decorriao por tanto, para que na conformidade das Bullas Apostólicas, que concedam ao Presidente da mesma Junta auctoridade para reduzir semelhantes Encargos, se lhes fizesse uma benigna e caritativa redução daquelles, com que de presente se achava onerada aquella pobre Communidade.*⁵¹

Tão mais necessários quanto só para a reparação do convento os frades necessitavam de 1.600.000 réis. Precisamente o valor de avaliação do edifício e da sua cerca em 1834, quando as suas receitas se quedavam pelos 500.000 réis. Não se conhecendo com exactidão a vida detalhada do convento, sabe-se contudo que até 30 de Maio de 1834, data do encerramento dos instituições masculinas (a maioria), a degradação foi contínua.⁵²

O último documento escrito pelos franciscanos de Montemor, antes da publicação do decreto de 30 de Maio de 1834 que extinguiu todas as casas de quaisquer ordens regulares masculinas e nacionalizou todos os seus bens à excepção dos objectos de culto⁵³, data daquele mesmo mês e ano.⁵⁴ Segundo o mesmo, a comunidade era constituída àquela data pelo guardião, cinco frades, três estudantes filósofos, dois leigos e um donato.

De registar pelo seu significado, premonitório dos tempos conturbados e do desfecho final que se aproximava, alguns excertos do referido inventário: "*Ficão seis vellas no Altar-mór, e quatro aos Patriarchas;...*" e "*Fica a Horta plantada, segundo o costume, e o permite o tempo.*" E por último "*Não assigna o N.Ir. Sindico, como estava determinado, por abalar arrebatadamente a fallar a S.Majestade, e mandou dizer, que a todo o tempo da sua volta o assignaria...*".⁵⁵

É desconhecida a sorte dos membros da comunidade religiosa a partir desta data.

⁵¹ Biblioteca Pública de Évora, Cimélios, Cód. CLXVI /2-38, p.p.288 - 300.

⁵² ABREU, Laurinda – *Ob. cit.*, p. 296.

⁵³ SILVA, António Martins da, "A desamortização", *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, 5º Volume, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, p.340.

⁵⁴ *Inventário do Convento de S.Francisco de Montemor Novo sendo Guardião do mesmo O R.P.Fr. Joaquim Da Conceição Gama, P. Jubilado Para ir ao Capitulo, que se hade Celebrar no Convento de S.Francisco d' Évora aos 24 de Maio de de 1834 sendo Presidente do mesmo Com Beneplacito Regio o N. Rmo P.Fr. António de Jesus e Maria Serra = Pregador Régio, Ex-definidor, Ex-Visitador Geral, R.M.Digno e Min Provincial desta Stª Província dos Algarves, Inventário do Convento de S.Francisco de Montemor o Novo, AHMMNNovo, Corporações Religiosas, Ementas 1815-1834, D3S1, f.146v-152.*

⁵⁵ *Idem, Ob.cit.*, f.152v.



Foto 2.1. – Montemor-o-Novo, desenho de Pier Maria Baldi, em 1669.

CAP. 3 - LEITURA DO CONJUNTO CONVENTUAL

3.1. Situação e sítio

Para a caracterização do clima da área onde se situa o objecto de estudo foram utilizados os registos da estação meteorológica mais próxima, a estação de Évora/Mitra, no período entre 1951 e 1980. Quanto à precipitação, analisaram-se também os valores registados no Posto Udométrico de Montemor-o-Novo, em igual período (DSRH,1995), e no Posto Udométrico da CMMNovo situado no Estaleiro Municipal, equidistante cerca de 1400m ao objecto de estudo e ao outro posto udométrico, no período entre 2000 e 2006.

Da análise dos registos, constata-se quanto à temperatura que o clima se pode classificar de acordo com o sistema clássico como temperado, na medida em que o seu valor médio anual (15,4° C) se situa entre 10°C e 20°C. O valor médio mais elevado ocorre em Agosto (23,1°C) e o menor em Janeiro (8,6°C), resultando daí uma moderada amplitude (14,5°C) da variação anual da temperatura do ar. Todavia, a designada amplitude extrema

das temperaturas, determina um valor de 27,5°C, que indicia uma certa continentalidade da região.

O Verão é quente, com temperaturas médias em Julho e Agosto superiores a 22°C e o Inverno temperado com a média das mínimas do mês mais frio superior a 3,0 °C.

Se atendermos aos desvios das temperaturas médias mensais em relação ao valor médio anual poderemos repartir o ano por dois períodos de igual duração: um período mais quente (Δ positivos) de Maio a Outubro e um período mais frio (Δ negativos) de Novembro a Abril.

Quanto à precipitação total média anual, constata-se que há valores da ordem dos 726mm, podendo considerar-se que o clima, quanto à pluviosidade e de acordo com o sistema de classificação clássico, é do tipo moderadamente chuvoso ($500 < R < 1000$ mm), com mais precipitação entre Novembro e Março, como é mais frequente no nosso país. No período de menor pluviosidade, Julho e Agosto, registam-se apenas 3-4mm/mês. Das medições, registos e cálculos efectuados pelo autor, apresentados no quadro seguinte, obtém-se para a década um valor médio de 518,03 mm, valores que se deverão considerar mais reais e que de alguma forma poderão traduzir as alterações climáticas que se estão a verificar na região.

Precipitação Total Anual (Montemor-o-Novo) – Síntese da década 1996-2006

Ano Hidrológico	Precipitação (l/m ²)
1996/1997	685,5
1997/1998	987,3
1998/1999	207,5
1999/2000	482,5
2000/2001	1037,5
2001/2002	327,0
2002/2003	482,5
2003/2004	291,5
2004/2005	262,5
2005/2006	416,5

Segundo o sistema de classificação de Gaussen, o clima regional é do tipo mesomediterrânico acentuado. Já segundo os limites fixados por Koppen, o ano reparte-se apenas em dois períodos: seco quente de Junho a Setembro e chuvoso frio de Outubro a Maio.

Quanto à humidade relativa do ar às 9,00 horas, considerada como uma boa aproximação ao valor médio do dia, oscila entre valores medianos de Maio a Setembro (60-

70%) e valores elevados (>70%), entre Outubro e Abril. Neste período, particularmente nos meses de Novembro e Fevereiro, verificam-se humidades relativas médias entre 84 e 89%.

No que diz respeito ao regime de ventos, a velocidade média do vento mensal, oscila entre 7,1 km/h, em Outubro, e 9,6Km/h, em Maio, resultando em média anual uma velocidade moderada de 8,3km/h. Entre os meses de Fevereiro e Setembro a velocidade média mensal do vento registou-se sempre superior a 8Km/h. Ventos fortes (>36 Km/h) são raros.

No que se refere à frequência e velocidade do vento em cada rumo, são nitidamente menos frequentes os ventos de S, SE e E. Os ventos de NW são não só os mais frequentes (18,5%) como também os que atingem maior velocidade média (12,0 Km/h).O vento dominante do quadrante NW, reflecte a influência da Serra do Monfurado, que se desenvolve na direcção NW-SE.

A insolação anual ultrapassa as 2800h, que correspondem a cerca de 64% do número máximo possível de horas de sol a descoberto. Quanto à insolação mensal, e como seria de prever, é muito elevada em Julho e Agosto, mais de 80% da insolação relativa, mediana (60-80%) no trimestre de Abril a Junho e em Setembro a Outubro. Entre Novembro e Março é baixa (<60%).

No que se refere à ocorrência de nevoeiro e de geadas, observa-se que é praticamente igual, cerca de 22 dias por ano, e que mesmo no Verão podem ocorrer dias de nevoeiro, embora com baixa frequência. Quanto à data média do começo das geadas de Outono, os dados disponibilizados pelo Instituto de Meteorologia referem que as mais temporais se verificam antes de 1 de Novembro e a data média das mais tardias geadas de primavera ocorre geralmente até cerca de 15 de Abril.

A radiação solar, calculada em função da radiação no topo da atmosfera, expressão adoptada pelo Instituto de Meteorologia totaliza anualmente 149 kly, sendo que os valores extremos de 21,1 e 5,4 kly, medidos em Julho e Dezembro, respectivamente.⁵⁶

Como já se afirmou em capítulo anterior, já nos tempos em que terá ocorrido o acto fundacional, Montemor-o-Novo era uma vila com localização geográfica privilegiada, muito comércio e actividade artesanal, com grande dinâmica social, beneficiando política, cultural e economicamente, do facto de estar situada no triângulo dos principais itinerários e estadas da Corte durante decénios (Lisboa, Évora e Santarém). Com efeito, *“Está esta villa no meyo da estrada rial por onde se comonica a corte de Lisboa, com todo o Alentejo, Roma e muitas partes do mundo...”* e *“ está em huma tal eminência que em dias claros se avista della a Corte, e cidade de Lisboa em distancia de quinze legoas, Palmela em*

⁵⁶ Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo, GTL-C.M.Montemor-o-Novo, Maio 2000, Vol. I, Cap.2 – Caracterização física e paisagística, p.p.32-42.

distancia de onze, e Arrayolos em distancia de três."⁵⁷ Mais adiante e igualmente caracterizador da situação biofísica de Montemor : " *Este inexpugnável Castelo, que pela sua grandez, traça, e architétura excede a muitos de Portugal, e a quazi todos pela sua cituação, deu o seu novo povoador por brazão de armas á sua nova povoação, e tão bem a ponte que mandou fundar sobre a caudeloza ribeira, que cinge, cerca e rega toda a rais do monte pela parte do Sul que a fás todo o anno deliciosa com a corrente de suas agoas.*"⁵⁸

Sobre as riquezas do concelho, no âmbito do património natural, já naquele tempo se reconhecia que "o grande termo desta villa he hum continuado pomar, ou segundo agradável Paraizo, em que na primavera são tantas as flores, como no Verão os frutos, todos de singular formozura, de exquezito xeiro, sabor, e gosto, e em tanta abundância, que só estes sustentão, e regalão o Alentejo quazi todo o anno, e a Lisboa, e Algarve em muitos mezes; havendo por toda a parte inumeravens fontes, todas de agoas mais slutifras, do que são asque dentro da villa bebem os moradores, com que regão, as grandes quintas, e multidão de pomares, onde a natureza de terreno cria novas plantas, e a industria de seos cultores colhe todos os annos com copioza abundância todo o género de frutas, e todas singularmente para o gosto, agradavens para a vista, e importantes para seos donos."⁵⁹

Como escreveu o Padre António Carvalho da Costa, tratando de Montemor-o-Novo e aludindo à sua situação e características naturais, cita-o a "onze léguas ao nascente da villa de Setúbal, e sete a nordeste d'Alcacer do Sal, e cinco a noroeste d'Evora, em lugar eminente, sadio e fresquíssimo, esta situada a muito nobre e notavel Villa de Montemor-o-Novo, cuja etymologia inculca a evidencia do sitio, que é formado de três montes, e tem para a parte do sul um fortíssimo castello que, na architectura e grandeza, leva vantagem a muitos do reino..."⁶⁰

Sobre a situação geográfica e acessibilidades de Montemor-o-Novo, na penúltima década do século XX, tal foi reconhecido e escrito por José Saramago, reiterando o que ao longo de muitos séculos, foi factor diferenciador, qualificador do centro urbano e quiçá, dir-se-á mesmo, factor de escolha para a implantação de mais um convento de minoritas.⁶¹

⁵⁷ VALLE, Padre Pedro Botelho do -O concelho de Montemor-o-Novo nas Memórias Paroquiais de 1758, in *Almansor Revista de Cultura*, Nº3, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1985,p.133.

⁵⁸ Idem, p.168.

⁵⁹ Idem, p.p.169-170.

⁶⁰ COSTA, P. António Carvalho da – *Corografia Portuguesa e descripçam do famoso Reyno de Portugal*, Tomo Segundo, Lisboa, na Officina de Valentim da Costa Deslandes, Anno MDCCVIII, Cap.II, p.431, Edição Fac-Símile ALCALÁ, MMVI.

⁶¹ SARAMAGO, José – *Levantado do chão*, Círculo de Leitores, Lisboa, Novembro de 1988, p.256 : "Caminhos há muitos por aqui e todos vão a Montemor...vindos de todas as direcções da rosa dos ventos".

Como anteriormente se escreveu, o conjunto conventual da Ordem Franciscana em Montemor-o-Novo, foi edificado muito tempo após a primeira edificação conventual da Ordem em Portugal, que se crê terá sido no ano de 1214 em Bragança.⁶²

A “casa” franciscana inicialmente edificada é modesta em decoração e despojada, de acordo com os preceitos da Regra. A sua localização deverá ter sido escolhida por forma a proporcionar a contemplação de paisagens de beleza invulgar⁶³ e ficar próxima do centro urbano, a cerca de “*trezentas varas pouco mais ou menos*”⁶⁴. Atendendo a que esta antiga unidade de medida de comprimento, correspondente a cinco palmos, é equivalente a 1,10m, resulta, uma distância de aproximadamente 330 metros. Foi implantada no vale fértil, com alguma água (*não abunda em água a villa de Montemor, hoje situada onde outr’ora existiam viçosos hortijos*⁶⁵), em pequena elevação do terreno, com boa exposição solar a sul, localizada a norte da vila fortificada, onde se cruzavam as vias de comunicação norte-sul e este-oeste com a região, concretamente muito próximo do *Caminho das Terras d’Aviz, Rayollos e Évora*.

Também nas Memórias Paroquiais de 1758, se refere que a proximidade à vila (naquele tempo já a vila nova) era grande e que para um observador provavelmente localizado no Castelo, o convento de S. Francisco de Montemor-o-Novo se situava então a nordeste.⁶⁶ Tal é confirmado por Banha de Andrade, aqui de forma indirecta ao descrever a malha urbana da vila, que na mesma orientação geográfica, a vasta cerca do convento de S. Francisco, limitava o rossio da vila.⁶⁷ Na escrita deste autor poderá subentender-se a “oposição” territorial das duas casas de ordens mendicantes: franciscanos a um lado, dominicanos a outro, com um *amplo rossio* entre eles.

O eixo viário inicial da Carreira de São Francisco, que fazia a ligação entre o rossio e o convento, que remontará àquela época, como percurso pedestre quer de frades quer de peregrinos, naquela procura do *cura animarum*. Na actual Carreira de S. Francisco, consegue-se ainda identificar um troço de muro da antiga cerca, que actualmente constitui

⁶² ESPERANÇA, Frei Manuel da – *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, Lisboa 1656 e 1666.

⁶³ Como afirma José SARAMAGO em *Levantado do chão*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1988, p. 9 “O que mais há na terra é paisagem” referindo-se à então vila de Montemor-o-Novo.

⁶⁴ IAN/TT- O.F.M., Província dos Algarves, Província, Maço 96 N°6 – *Mapa do Convento de S.Francisco de Montemor o novo*

⁶⁵ CORREIA, José Hilário de Brito e ÁLVARES, José Manuel, *Ob. cit.*, p.231.

⁶⁶ “No distrito desta freguezia está o Convento de São Francisco fora da villa em pouca distancia, entre o Norte e o Oriente...”

⁶⁷ ANDRADE, António Alberto Banha de- BREVE HISTÓRIA DAS RUÍNAS DO ANTIGO BURGO E CONCELHO DE MONTEMOR-O-NOVO, in *Cadernos da História de Montemor-o-Novo* N°3, Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo e “A Defesa”, Évora, 1977, p.38: “A nova vila de baixo estendia-se também, até mesmo nos séculos XV e XVI, no sentido de nordeste, pelo amplo Rossio, que dava para ferragiais. De um lado erguia-se o Convento de S.Francisco com sua vasta cerca, que aí por 1525 substituiu já a ermida de Nª.S.ª das Graças, que levou a chamar-se ele também Mosteiro da Nª Srª das Graças. (...) No lado oposto, edificou-se, a partir de 1559, na antiga ermida de Stº. António, o Convento de Santo António, da Ordem de S.Domingos”

a vedação do estádio de futebol do Grupo União Sport, com capela adossada e que comprova o percurso e a passagem de frades e peregrinos por aquela carreira.

Por seu lado numa Planta de 1827 já se encontra uma Travessa de São Francisco, via que ligava a Rua de Aviz à Ruinha. O seu nome devia-se, certamente, ao facto de através da ainda actual Ruinha, mais extensa na época, conduzir ao Convento de S. Francisco.⁶⁸

Comprovando a proximidade e a sua localização então peri-urbana, sabe-se que, quando se tentou a criação do *Curral do concelho* no rossio da vila, tal mereceu as queixas do guardião do Mosteiro de N^a S.^a da Graça (S.Francisco), como se pode interpretar da carta de D.João III, endereçada ao juiz, vereadores e procurador de Montemor-o-Novo. Mais se conclui que em 1540 já estaria concluída a construção do convento.⁶⁹ Em 12 de Outubro de 1569, o Rei voltou a impedir a construção de casas junto no “chão” entre a ermida de S.Sebastião e a cerca, que de outro modo ficaria devassada⁷⁰. Na mesma data o rei embargou a construção de casas de “*Afonso Gonçalvez e sua mulher*” junto da cerca do dito convento de Nossa Senhora da Graça, cerca que ainda não tinha as paredes “*alevantadas*” e ordenou que em tempo algum se fariam casas junto do dito “*mosteiro*”⁷¹. Mais tarde, a 10 de Novembro do mesmo ano de 1569, D.Sebastião por alvará dirigido à vila de Montemor-o-Novo, determina que o caminho que sai do convento de S.Francisco de Montemor-o-Novo até ao rossio da vila, seja feito todo da mesma largura, definindo regras para a expropriação dos terrenos.⁷² Contudo, em 1618, Manuel Botelho recebeu como dote de casamento metade de umas casas que estavam na carreira de São Francisco.⁷³

Como noutras fundações da Ordem, também em Montemor-o-Novo a implantação respeitou dois paradigmas da casa-mãe de Assis, a saber:

- Junto à vila, mas com vista para o campo;

⁶⁸ Idem, p.65.

⁶⁹ NOGUEIRA, Bernardo de Sá – Provisões Enviadas pelo Rei D.João III ao Concelho de Montemor-o-Novo. Parte Segunda (1540-1547), in *Almanson Revista de Cultura* N^o2 2^aSérie, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2003, p. 37:” Juiz vereadores e procurador da vila de Montemor ho Novo, eu el rey vos envio muyto saudar:

O guardiam e padres do mosteiro de Nossa Senhora da Graça se me enviaram queixar que o curral se fazia ora junto do dito mosteiro em lugar que não era conveniente përa yso por estar muyto aa vista dele, por cuja causa nam podiam deixar de receber muytas vezes torvação asy no tempo em que se fezerem os officios divinos como em todo outro tempo, pedindo-me que mandase que o dito curral se nam fizesse no dito lugar. Pello qual vos mando que me escrevaes o lugar onde se faz e quanto estará do mosteiro e përa que parte e por que causas os padres poderam receber torvação fazendo-se ali o dito curral e os ouvirem sobre yso. E escrever-m'es tudo o que nisto passar e nam se faça o dito curral atee averdes minha resposta do que houver por bem niso se faça.

Jorge Rodrigues a fez em Lixboa ao derradeiro dia de Junho de 1540

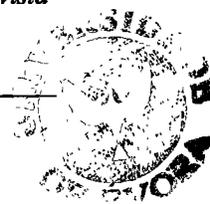
Ass:Rey “

⁷⁰ ANDRADE, António Alberto Banha de, Ob. cit., p.39.

⁷¹ BN, Mss. 168, n^o5 (F1181)

⁷² BN, Mss. 184, N^o47, Doc2, (F1196).

⁷³ FONSECA, Jorge – Toponímia e Urbanismo de Montemor-o-Novo (Séculos XV-XIX), in *Almanson, Revista de Cultura*, N^o14, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2000, p.65.



- Situação muito do agrado dos frades, o conjunto a fazer a transição entre a vila e o campo;

A confirmação que a Ordem “promotora” ao implantar-se e ao relacionar-se com o espaço, o deverá ter feito não como mero suporte para as suas várias actividades, mas também, aliás como vulgarmente acontecia na criação e desenvolvimento de espaços conventuais noutros lugares, para projectar a sua espiritualidade por via da “escrita” na paisagem.

Relativamente a este aspecto refira-se que ainda em pleno século XX, a paisagem envolvente ao convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo, era caracterizada pela ocupação agrícola (lavradio e olival) conforme se pode constatar pelo “Mapa de Expropriações do Projecto de Construção de uma Avenida ligando a Carreira de S. Francisco à Capela da Senhora da Visitação”. Com efeito, em 1938, segundo a Memória do referido projecto, a carreira de S.Francisco, estaria em conclusão.⁷⁴

Para abertura e desafogo desta avenida, foram demolidos a Capelinha da Sr^a dos Aflitos o cruzeiro lá existente, segundo afirma Salvador da Costa, nas suas Memórias relativas ao ano de 1873⁷⁵. Esta peça encontra-se hoje no Museu de Arqueologia, instalado no Convento de Santo António (São Domingos) da cidade

Um das vezes a pedido da comunidade religiosa, outras vezes por iniciativa do poder régio, na realidade houve condicionamento e limitações legais à integração urbana do conjunto, ao crescimento da malha urbana e ao desenvolvimento dum “pólo” urbano na envolvência do convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo. Poderão eventualmente representar os primeiros sinais ou instrumentos de regulamentação urbanística da actual cidade. Apesar das limitações régias à construção na carreira e nas proximidades da cerca conventual, pode de certo modo identificar-se a concretização duma alternativa de aproximação ao convento de S. Francisco, pelo “estender” dos arruamentos situados a poente da carreira e que já anteriormente foram referidos (Ruinha e Travessa de S. Francisco), arruamentos esses caracterizados por homogénea arquitectura vernácula, o último dos quais totalmente desaparecido.

⁷⁴ FONSECA, José Correia da - Projecto de construção de uma avenida ligando a Carreira de S. Francisco à Capela da Senhora da Visitação, Montemor-o-Novo, 1938 : “Esta Capela que se encontra situada num magnifico local, é uma das maiores atracções de Montemor-o-Novo, não só pelas belezas panorâmicas do local, que o tornam num dos mais atraentes desta formosa região, ...” e “Presentemente quem pretenda dirigir-se ao local segue como acesso a carreira de S.Francisco, avenida em conclusão, que partindo de Montemor segue até próximo junto ao Convento de S. Francisco.”

⁷⁵ COSTA, Salvador da – Memórias de Salvador da Costa, em *Almansor Revista de Cultura*, Nº10, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1992, p.14 : “Eu também fui acompanhar, mas não entrei para a igreja de S. Francisco, onde se aguardava a chegada das sacas tendo moedas em prata dos tais cinco tostões. Fui tomar lugar junto dum cruzeiro que havia nesse tempo mesmo em frente da dita igreja.

Ainda hoje, quando passo pelo corredor de S. João de Deus, eu vejo no meio dos claustros, onde estão muitas pedras com inscrições o pedestal do tal cruzeiro, que tem lavradas umas cordas, símbolo da Venerável Ordem de S. Francisco.”

Da análise das plantas que caracterizam a evolução urbana da cidade de Montemor-o-Novo em 1827, 1945, 1972 e 1993 (anexos 5 e 6) bem como de documentação fotográfica antiga (foto 3.1.), poderá concluir-se que tal só foi alterado em pleno século XX (década de 1930), com a abertura de avenida (em substituição da antiga carreira de S. Francisco). O conjunto franciscano de Montemor-o-Novo está hoje totalmente absorvido pelas zonas de expansão urbana da cidade, como se pode concluir pelo estudo de planta actual (anexos 1 e 2) e pelas fotografias 3.3 e 3.4.

De referir ainda que se poderão definir alguns momentos fundamentais na vida deste conjunto religioso, que conduziram à sua presença actual e à sua importância na definição e estruturação da paisagem urbana. Foram eles:

- o fim das ordens religiosas;
- a implantação do cemitério municipal;
- a travessia da cerca pela EN4 (década de 1950);

Poderá dizer-se, sem receio de não unanimidade, que a seguir ao acto fundacional do convento, em termos de construção da paisagem urbana, a implantação do cemitério terá sido o mais importante momento.

Uma das mais importantes questões urbanas locais do século XIX, foi a re-localização dos locais de enterramento para fora das povoações e em espaços abertos. Tentada em casos isolados ainda no século XVIII, só através de dois decretos publicados em 1835 (imediatamente a seguir ao da extinção das ordens religiosas) a necessidade dessa re-localização adquiriu contornos generalizados para todo o país. Mas o processo foi lento e muito difícil, tendo dado origem a vários tumultos, conforme sabemos através de notícias coevas.



Foto 3.1. - Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo : enquadramento no final do séc.XIX.



Foto 3.2. - Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: início do séc. XX , ainda a fazer a ligação entre o aglomerado e o campo.



Foto 3.3.- Convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo. Actual envolvimento pelas zonas de expansão urbana da cidade. No alto do monte, o Santuário da Srª. da Visitação.



Foto 3.4.- Vista aérea da cidade de Montemor-o-Novo, em 2007, vendo-se o convento de S. Francisco absorvido pelo desenvolvimento urbano.

3.2. Igreja

3.2.1. Planta

A igreja do convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo está orientada a nascente. É de planta longitudinal, constituída por capela-mor, nave e coro. A capela é de planta quadrangular com as dimensões aproximadas de 8x8(m), tendo na cabeceira o compartimento que constituiu o acesso à antiga sacristia, à cripta dos padroeiros Condes de Santa Cruz e ao mecanismo do altar. A nave é rectangular com as dimensões interiores de aproximadamente 25x8 (m), sendo a área de implantação de difícil determinação devido à meacção de paredes com outras dependências e anexos conventuais.

A ocidente situa-se o nártice, que tem a sobrepô-lo o coro-alto, correspondente à fase da vida da Ordem em que passou a haver um maior distanciamento da comunidade em relação aos fiéis. O nártice é de planta rectangular com as dimensões interiores de 8.2 x 5.7(m). O acesso à igreja faz-se por este nártice, a partir da Carreira de S. Francisco, através de escadaria em granito, actualmente com oito degraus. Do lado norte do nártice existe porta de passagem aos antigos dormitórios.

A sul da nave da igreja desenvolvem-se cinco capelas, uma delas tem ligação à igreja, fazendo a passagem ao espaço da antiga cerca, ocupado desde 1845 pelo cemitério municipal. É a denominada capela da Aparição, também comumente designada por capela das "ricas". As restantes capelas são: a capela tumular de Paulo Villa Lobos e Vasconcellos, a da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco (esta mantendo também a ligação directa à igreja), a capela de Jesus, Maria e José e a capela do Santo Cristo. Todas estas capelas desenvolvem-se em planta segundo um mesmo alinhamento de fachada, alinhamento esse que foi prolongado no decorrer do séc. XX com as construções de apoio ao cemitério.

A norte desenvolvem-se os anexos conventuais mais importantes, que serão descritos e analisados abaixo.

3.2.2. Alçados

3.2.2.1. Interiores

A capela-mor tem um altar-mor do estilo neoclássico, tal como a sua restante decoração. Este é ladeado bilateralmente por passagens com verga curva, a que se seguem escadarias, ascendente a do lado direito e descendente a do lado esquerdo. Por estas se acedia à cripta dos padroeiros Mascarenhas, ao mecanismo do altar (hoje

fechadas) e se fazia o acesso à sacristia, espaço tornado independente e onde funcionou durante décadas, a sala mortuária do cemitério. No alçado norte tem porta de duas folhas através da qual se faz a entrada para a escadaria que leva ao terraço e campanário, acesso ao púlpito actual através de galeria aberta, interrompendo contraforte na sua base. Por esta porta se fazia a passagem ao claustro, podendo-se observar um curioso portal em granito, parcialmente obstruído por alvenaria rebocada. O arco é pleno, tem dois colunelos emparelhados, é exemplar do estilo manuelino, é ornamentado com capitéis encordoados e as bases são flordelizadas. É detectável também a partir do claustro.

No alçado sul tem janelão de grandes dimensões com caixilharia à face. Na secção correspondente ao compartimento posterior tem fenestração de pequenas dimensões para iluminação. Todas as paredes são estucadas e pintadas a tinta de água, com apainelados geométricos. Nos tectos dos compartimentos posteriores ao altar-mor pode observar-se a pintura original.

A capela-mor, na sua parede de tardoz, tem uma janela estreita, actualmente fechada.

Atravessando o grande arco triunfal, ornado de estuques escaiolados, armorejado com o brasão da Ordem e descendo o degrau em mármore, acede-se à nave. Também resultante das grandes alterações que a igreja sofreu, tem grande significado na nave a obstrução da passagem às antigas capelas, com excepção da capela da Aparição e da capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco. Em seu lugar foram construídos quatro altares laterais, dois em cada alçado, implantados frente a frente. Actualmente estão bastante arruinados ou inexistente no caso do mais próximo do púlpito no alçado norte. Segundo Espanca, os dois altares do lado do coro, tiveram "*imagens de certo merecimento, ambos de madeira estofada, a saber: no do lado do Evangelho, Santo Agostinho, bela escultura da segunda metade do séc. XVII (altura de 1,35m) e no da Epístola, S. Carlos Borromeu, esta mais intensamente policromada e da centúria seguinte (altura 1.15m).*"⁷⁶ No alçado norte, a abertura correspondente ao altar hoje inexistente, presume-se que terá funcionado como acesso ao púlpito primitivo, depois eliminado e substituído por púlpito de mármore branco, de planta quadrangular, com peanha de andares e balaústres torneados. Terá sido aproveitado da igreja de Santiago e aqui reconstituído no séc. XX.

No alçado sul, a entrada na capela dos Terceiros é caracterizada pelo portal manuelino, composto por duas meias canas lisas ou torsas, de pedra, guarnecidas, no exterior (lado da igreja), por conjunto apilastrado, de ornamentos estucados, a que se sobrepõe tabela barroca pintada a fresco, com os símbolos da Irmandade, envolvida de

⁷⁶ ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal Distrito de Évora, Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Volume VIII, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1975, p. 312.

anjos e serafins. Possui ainda grade de ferro forjado, com cancelos torneados cilíndricos, de seiscentos, ostenta também no cimafrente, o brasão da Ordem (foto 3.10).

Por sua vez, a entrada na capela da Aparição, tem portal em mármore, estilo rococó, está datado: 9.bro / 1755 .

Em quaisquer dos alçados da igreja têm grande destaque os painéis de azulejos, com decoração azul e esmalte branco disposto em apainelado distinto, mas composição comum naquela época.

Em qualquer dos alçados laterais, a face plana dos paramentos, é limitada superiormente por cimalha estucada ou rebocada, ao nível da qual estão assentes as mísulas de granito, que constituem o arranque dos arcos primários da abóbada nervurada. No alçado sul tem altas janelas ao centro de cada tramo de parede, produzindo uma grande iluminação natural em toda a nave.

No alçado poente, para além da porta principal, arcos superior (triumfal de separação do coro) e inferior, destaca-se o balaústre em madeira no coro, os painéis de azulejos bilaterais semelhantes aos já descritos para os alçados laterais. Em cada cunhal interior existe uma pia baptismal, em mármore branco da região.

3.2.2.2. Exteriores

Os alçados laterais do corpo da igreja, imponentes, têm panos definidos por seis contrafortes de alvenaria de grande secção (aprox. 1.00mx1.00m), correspondentes a cinco tramos da nave. Segundo Appleton⁷⁷, os contrafortes incluem no seu interior colunas de pedra de granito aparelhado. Quatro destes contrafortes são rematados por pináculos piramidais de alvenaria. Outro já só possui o embasamento tendo perdido o pináculo. Por último, o contraforte “oblíquo” é rematado por uma urna incompleta. Todos eles são dotados de gárgulas de granito de especial rudeza escultórica. No alçado sul e na parte correspondente à capela-mor, os contrafortes são de aparelho de granito, de faces exteriores não ortogonais com a parede. São de menor secção transversal e de menor altura, localizando-se somente nos limites da capela. Esta significativa diferença de altura, traduzirá, provavelmente, o facto de a primitiva capela-mor, ter tido antes da sua reforma, uma altura muito inferior à da nave da igreja. Aliás este aumento de altura, é, actualmente, ainda detectável, para além dos “baixos” contrafortes, no revestimento final do pano de alvenaria, que se prolonga até à platibanda ou guarda de terraço.

Como já foi referido, na fachada sul, tem-se a iluminação uniforme através de cinco janelas verticais, uma em cada pano de alvenaria, entre contrafortes, com dimensões

⁷⁷ APPLETON, João e outros – *Convento de São Francisco Montemor-o-Novo Diagnóstico estrutural e não estrutural, Levantamento fotográfico*, Volume I, Lisboa, Julho de 2007, p. 8. (fotocopiado).

aproximadas de 2.10x0.50(m). No alçado norte, por geminação com os anexos conventuais, não há fenestraçãoes. No entanto, são visíveis os contrafortes, embora não dotados de pináculos, terminando revestidos a telha cerâmica de canudo. Por comparação com documentos fotográficos antigos, presume-se que tenha sido o resultado de intervenção posterior.

Como atrás se disse, a fachada primitiva da igreja é antecedida por nártice, que apesar de mais tardio, se articula com bastante coerência com o edifício primitivo, concretamente através dos contrafortes angulares, anteriormente cunhais da igreja na sua fase inicial. É rasgado por largo e espesso arco abatido, a que se sobrepõe uma janela. O remate é formado por cornija muito trabalhada, antecedida por faixa esgrafitada e por frontão contracurvado muito engalanado, ladeado por pináculos e urnas, com grande medalhão central, representando as armas dos patriarcas São Francisco e Santa Clara de Assis.

O portal de acesso à igreja é emoldurado com granito da região. No lintel está datado de 1546, data da conclusão ou da sacração deste templo. É ornamentado lateralmente por duas pilastras graníticas, em forma de volutas palmares, nascendo de capitéis estilizados da ordem coríntia. Superiormente existe um nicho vazado na parede, hoje vazio, com ornamentos de estuque ou reboco, que terá sido destinado ao padroeiro. Bilateralmente ao portal, ainda subsistem duas cruces em azulejo cerâmico azul e branco, de uma Via Sacra e também uma cruz da sacração, discóide em pedra, do lado norte. Do lado sul está assente uma lápide em mármore branco, com a seguinte inscrição:

J.H.S.
A.M.
O ALTAR MOR DESTE CONV.º
HE PRIVILEGIADO TODAS AS
SEGUNDAS FR.ºs DO ANO E O
TAVARIO DO SS.º S. DIA DE S.MATHIAS
SE GANHA INDULG.º PL.º REZAN
DO H.P.er HVMAVE M.º NA +7
ANOS E 7 QUARENTENAS DE
INDULGENCIAS

3.3. Anexos Conventuais

3.3.1. Planta

No conjunto conventual de Montemor-o-Novo identificou-se um conjunto de espaços que a seguir se descrevem: sacristia, sala do Capítulo, refeitório, cozinha, procuração, adega, estabulário e dormitórios. Estes dividiam-se em:

Dormitório novo – com sete celas, sendo a primeira do guardião, a sexta servia de livraria e sétima era a casa do fogo (onde se faziam as hóstias);

Dormitório pequeno – com oito celas (todas arruinadas em 1819). Mais tarde, no Inventário realizado para o Capítulo seguinte, é dito que só tinha sete celas: na 1ª morava o sacristão, as 2ª, 3ª e 4ª serviam de celeiro e as 5ª, 6ª e 7ª serviam de noviciado para o qual se fizeram obras;

Dormitório grande – com doze celas. A 1ª servia de celeiro, frente à porta do coro estava uma cela que foi cedida aos Irmãos de São José e no topo da escada havia outra que servia de livraria. Todos os dormitórios se situavam no piso superior.

A existência de celeiros compreendia-se como espaço de armazenagem das dádivas de cereais. Por seu lado na adega, guardava-se vinho, vinagre e azeite. O estabulário era necessário devido à posse de muares, utilizadas na recolha de oferendas em peditórios e outras esmolos.

Não se conseguiu identificar o espaço funcionalmente utilizado como latrinas ou necessárias⁷⁸.

Os anexos conventuais situados a norte da igreja, encontram-se actualmente cedidos à Associação de arte e comunicação Oficinas do Convento e são compostos por um conjunto de construções de um ou dois pisos que se desenvolvem em torno do claustro ou a ele têm ligação directa. Subsiste ainda o corpo do lado nascente, quase na totalidade o corpo do lado poente, havendo vestígios dos restantes corpos. Se atendermos à planta, o corpo anexo a norte do nártice e igreja (presumível antiga portaria e hospedaria de peregrinos), nos seus dois pisos, sendo que no piso superior se faz o acesso ao coro, enquanto no inferior existe o espaço correspondente à capela da Venerável Estação da Via Sacra.

Mais recuado, tem-se o antigo refeitório, que limita o claustro pelo lado poente, actualmente com um só piso, dado que o que restava bastante arruinado do 2º piso (antigo dormitório grande) foi demolido na década de 50 do séc. XX. Neste espaço correspondente ao antigo refeitório, verificamos a existência de dois portões abertos para ocidente, que claramente correspondem a alteração ocorrida no séc. XX, provavelmente quando da ocupação pela Câmara Municipal.

No antigo refeitório estão instaladas as oficinas de madeira. As oficinas de artes na antiga capela da Venerável Estação da Via Sacra, a sala de fotografia e a sala de produção e armazenagem de produtos cerâmicos no piso térreo nascente, contíguas à sala do

⁷⁸ De referir que há cerca de quinze anos, ocorreu um abatimento do solo na área relvada do campo de futebol, espaço integrante da antiga cerca conventual. Constatou-se a existência de colector de tijolo, construído em galeria abobadada, com implantação orientada na direcção do conjunto edificado. Tratar-se-ia do emissário de drenagem das águas residuais domésticas do convento de S. Francisco, que ia descarregar na linha de água próxima, hoje inexistente devido a transformações do uso do solo?

Capítulo, enquanto que no piso cimeiro (antigo dormitório), funcionam a sala de leilões de arte e outras salas de apoio ao funcionamento das Oficinas. A cobertura do claustro, em terraço acessível, dá acesso ao coro-alto da igreja e à sala de leilões de arte.

Os anexos conventuais em análise representam uma área construída de aproximadamente 1200 m², sendo que o pátio claustral ocupa uma área de 210m². No centro da quadra claustral existe o poço dotado de gargalo constituído por peças de granito ao alto e que em tempos idos teve uma outra guarda de protecção, entretanto demolida, na busca de espaço disponível para estacionamento. Julga-se que terá sido, em conjunto com um poço existente no espaço correspondente à primeira fase do cemitério e o poço existente no pátio existente a sul da igreja, as únicas fontes de abastecimento de água potável à comunidade de religiosos.

O claustro poderá ser caracterizado pela sua planta quadrangular perfeita, com cinco tramos em cada lado, limitados por pilares e contrafortes de secção quadrangular, dispostos ortogonalmente aos pilares, excluindo-se os de ligação entre alas do claustro que se encontram implantados obliquamente. O afastamento entre eixos destes elementos construtivos é de 3.11m, igual à largura interior dos corredores.

O corpo nascente tem uma frente de 36 metros, enquanto que no lado norte esse comprimento é de 40 metros. Da identificação da existência de restos de fundações, conjugada com a dificuldade de atribuição de espaços a compartimentos referidos em documentação coeva produzida no convento, conduz-nos à presunção da existência de corpo saliente do claustro, prolongando-se para norte na continuação do antigo refeitório. Este prolongamento do edificado, terá sido demolido para construção da Cadeia Civil e criação do respectivo perímetro de segurança.⁷⁹

Nesta construção franciscana verifica-se a existência, em termos planimétricos, de um grande rigor e uma grande harmonia, com correspondências ortogonais entre espaços construídos em fases diferentes, a saber: eixo da sala do Capítulo, eixo do refeitório, eixo das capelas e capela dos Terceiros, etc..

3.3.2. Alçados

3.3.2.1. Interiores

De todos os compartimentos que constituem os anexos conventuais, e no que se refere aos alçados interiores haverá que dar o justo destaque à sala do Capítulo e ao antigo refeitório. A sala do Capítulo, tem ao fundo e a eixo uma interessante capela edicular, em

⁷⁹ Construída em 1938, a qual, após a realização de obras de reabilitação, deu lugar em 2008, ao novo Arquivo Municipal.

pedra com arcos de querena, de reflexos mudéjares, com molduras, colunelos e capitéis com ornamentos flóricos, cordas e bolas características do manuelino. Conserva o antigo e original revestimento em azulejos, enxaquetado, de côr azul e branca, segundo Espanca atribuível ao último terço do séc.XVI.⁸⁰

3.3.2.2. Exteriores

O corpo nascente, de dois pisos, apresenta várias aberturas ao nível de cada um dos pisos. Se os do piso inferior corresponderiam aos iniciais, com excepção das portas para serviço na antiga sacristia (hoje apoio ao serviço cemiterial), já no piso superior, as actuais janelas corresponderão à intervenção de reconstrução ocorrida no século XX. Aliás, ainda são visíveis no revestimento do paramento as localizações das antigas aberturas, correspondentes provavelmente a outras tantas celas (foto 3.35). A cobertura deste corpo tem revestimento de telha de aba e canudo (cerâmica industrial), renovada já no século XXI, , constituindo quatro águas.

A norte tem uma escada exterior de acesso ao piso cimeiro, dissonante, com corrimão em ferro. O alçado norte tem um só piso, devido à demolição do superior após ruína, tem um portão de acesso que se crê terá sido a entrada de serviço no claustro, e que hoje é a principal entrada no convento, em arco redondo de volta perfeita com portão em madeira de duas folhas e aldraba e dobradiças características.

O alçado poente, tem dois portões na parede do antigo refeitório, que se identificam com adaptações realizadas pela Câmara Municipal quando da ocupação do espaço para oficinas.

O alçado sul exteriormente não tem significado descritivo, dado encontrar-se encostado à parede norte da igreja, ocultando os contrafortes desta, sendo apenas de salientar a identificação do arco manuelino de passagem da zona claustral para a capela-mor.

Nos alçados exteriores do interior do claustro, em tudo semelhantes na sua composição com a excepção já referido do poente, inexistente por demolição total, destacando-se pela sua riqueza no lado nascente o portal de entrada na sala do Capítulo, em granito, com arco abatido e lobulado, com três ribetes de meias-canais lisas e o axial torso, com bases encordoadas e flordelizadas, de capitéis, formando cordas entrançadas, bolas e outros elementos entrançados do mesmo estilo.⁸¹ Ainda na mesma ala, existe um

⁸⁰ ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal Distrito de Évora*, Volume VIII, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1975, p. 311.

⁸¹ ESPANCA, Túlio – *Ob. cit.*, p.311.

outro portal de granito de aresta quebrada, também característica do manuelino e de lintel recto.

O corpo adossado a norte do coro, de dois pisos, tem no seu alçado norte, o piso cimeiro apresentando quatro registos, três deles com molduras de granito, entaipados a alvenaria de tijolo. No piso térreo, foi aberta uma porta, e existe um outro registo com alisar de argamassa. Consta-se a existência de um portão, alteração do séc. XX e cunhais em aparelho de granito, tal como os apoios (repisas salientes) certamente para exposição de vasos, sob os parapeitos das janelas do piso superior.

No seu alçado poente, apresenta-se este corpo com dois poderosos contrafortes, um deles em silharia até à altura do piso, duas janelas, entretanto fechadas, ao nível do piso cimeiro e com moldura simples em granito. No piso inferior só existe uma janela, também emoldurada a granito, identificando-se no tramo seguinte a pré-existência de uma outra de morfologia semelhante. Igualmente se encontram repisas salientes no piso cimeiro. Há um frizo ou cimalha em granito que define a cota de separação dos dois pisos e perimetral a todo o edifício incluindo contrafortes. Neste alçado identifica-se a existência em cada tramo, e a toda a largura entre contrafortes, de arcos de tijolo, que não corresponderão a aberturas outrora existentes, mas sim a arcos de descarga de esforços normais. De referir ainda, que no alçado norte do interior do nártice, se pode identificar a presença anterior de opulento arco pleno, possível acesso à portaria.

3.4. Anexos meridionais

Haverá toda a conveniência em apresentar estes anexos subdivididos em dois grupos. Um primeiro grupo, constituído pelos que são propriedade da Paróquia de N^a.Sr^a.da Vila, onde se incluem as capelas que anteriormente tinham acesso pelo alçado sul da igreja e às quais hoje se acede a partir da Carreira de S. Francisco, através de portão aberto no muro poente. Um segundo grupo edificado é propriedade da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e é constituído pela capela da Aparição e pelos anexos de apoio ao funcionamento cemiterial, construídos em 1910, com entradas e fenestranças a sul e nascente. Tem-se no primeiro grupo, no sentido nascente-poente: a capela tumular de Paulo Villa Lobos e Vasconcelos, a capela da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S.Francisco, a capela de Jesus, Maria e José, a capela de Santo Cristo e por último uma construção incaracterística, dissonante, utilizada pelo Agrupamento do Corpo Nacional de Escutas.

As capelas são todas de planta sensivelmente quadrangular, as espessas paredes de separação entre elas, têm larguras sempre superiores a 1.00m e absorvem os contrafortes existentes no alçado sul da igreja. Exclui-se aqui, o contraforte existente no cunhal SW, que pela sua forma e orientação, se pode visualizar no interior da construção dissonante localizada a poente.

As capelas de Jesus, Maria e José e a tumular de Paulo Villalobos e Vasconcelos, tiveram entradas pela igreja, que foram fechadas com a construção de uma parede de alvenaria, pelo seu interior, que lhes reduziu a área e impediu a visualização total dos tectos em abóbadas de artesões.

A eixo com a inicial capela da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S.Francisco, mais tarde refuncionalizada para coro e actualmente utilizada para arrumos (!), desenvolveu-se a implantação de novas construções. A igreja da Ordem Terceira da Penitência de S.Francisco tem nave de planta rectangular, orientada a sul, capela-mor com planta quadrada, à qual se acede por quatro degraus em pedra. Na continuação tem-se a sacristia também de planta quadrangular. A partir desta, tem-se acesso a compartimento existente no piso inferior, de planta quadrada, com ligação directa ao pátio sul. No seguimento da sacristia existe o salão de reunião da antiga Irmandade (sala do Capítulo), amplo, com planta rectangular.

A nave da capela tem dois corredores laterais sobrelevados, correspondentes à zona do cadeiral. Esta nave, a capela-mor, a sacristia e o salão de reuniões, têm todos igual largura e no conjunto, um comprimento aproximado de 28,00 m.

A capela tumular de Paulo Villalobos e Vasconcelos serve de vestíbulo do coro e tem uma escadaria para acesso ao púlpito existente na nave.

Estas capelas a sul da igreja têm todas, com excepção da capela do Santo Cristo, tectos em abóbadas artesoadas com chavetas em pedra. São tectos de especial beleza, característicos da época manuelina. A capela do Santo Cristo tem tecto em caixotões de estuque e a capela da Ordem Terceira, tem o tecto em abóbada de canhão, sendo a sua decoração, de extrema similitude com a da capela-mor. A sala do Capítulo, possui nos seus alçados um total de doze nichos com moldura de pedra.

Nos alçados exteriores, esta capela e espaços de ampliação anexos, apresentam de cada lado, dois contrafortes e dois janelões gradeados, ao alto, encimados por aberturas igualmente gradeadas, de pequenas dimensões, dispostas ao baixo, para efeitos de iluminação. O alçado poente apresenta no corpo que se segue, com cumieira a cota inferior, e correspondente ao 2º pátio (pátio sul), duas janelas e uma porta, acesso directo para a sala em sub-piso. O alçado sul destes espaços de ampliação da Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco possui duas aberturas envolvidas lateralmente por molduras de pedra. Na primeira abertura a janela é gradeada e serve para iluminação aos espaços

inferiores. O segundo registo é constituído por um janelão de sacada, gradeado exteriormente. O alçado nascente não tem aberturas e é limitado por um cunhal de pedra e contrafortes do salão de reuniões da Irmandade (sala do Capítulo).

Existem ainda no interior e formando dois pátios, outras construções incharacterísticas, do século XX e que não merecem qualquer destaque. No interior do pátio situado a norte existe um poço com cantaria de granito no seu gargalo.

O segundo grupo constitui uma banda, alinhada com a frente da capela da Aparição, na outra face alinhada com o corpo nascente do convento. De um só piso, com paredes de menor espessura e compartimentação interior, cobertura em telha de canudo de uma água, dotada de platibanda, tem chaminé no seu extremo ocidental. Tem três portas e duas janelas no seu alçado sul.



Foto 3.5.- Igreja do convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: capela-mor.

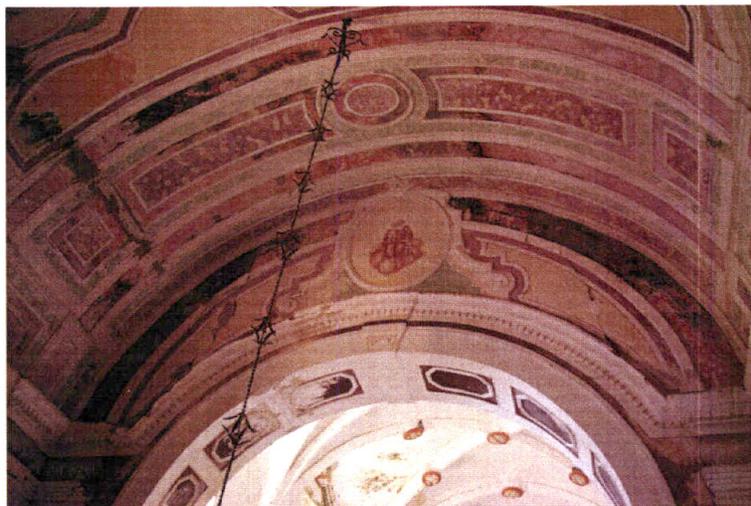


Foto 3.6. – Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: arco triunfal.

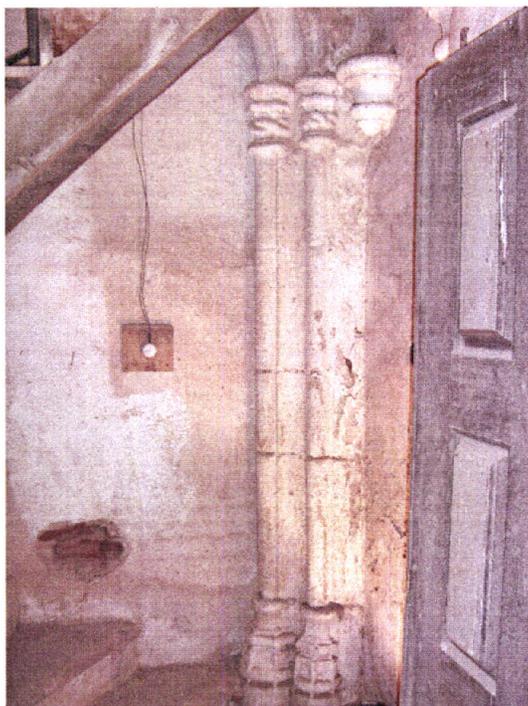


Foto 3.7.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: na parede norte da capela, o portal por onde se fazia a passagem para o claustro.



Foto 3.8.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: parede sul da nave.



Foto 3.9.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: altar de S. Carlos Borromeu, na parede sul da nave.



Foto 3.10.- Igreja do convento de S. Francisco de Montemor-o-Novo: portal de entrada na capela da Ordem Terceira, na parede sul da nave.



Foto 3.11.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: na parede sul , altar que fechou a entrada da capela de Paulo Villalobos

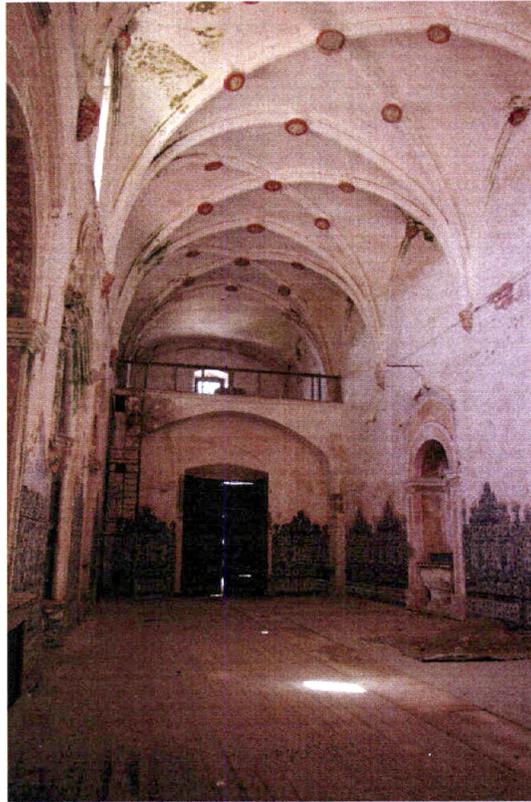


Foto 3.12.- Igreja do convento de S. Francisco de Montemor-o-Novo: nave e coro-alto.

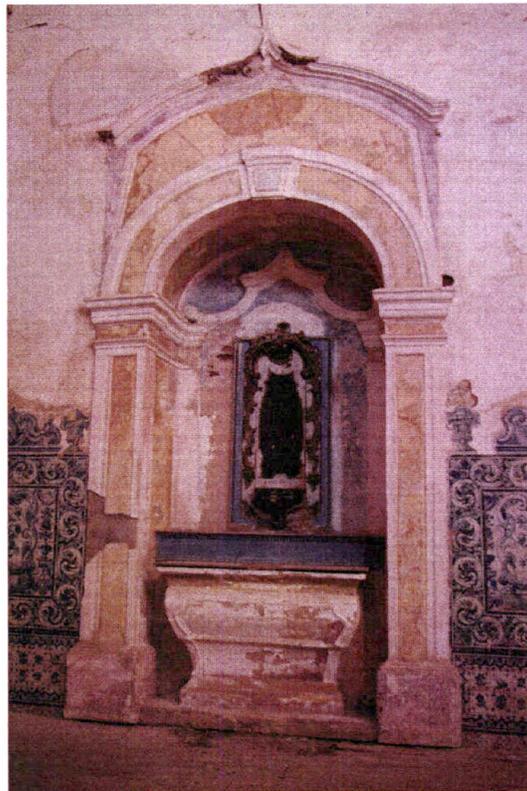


Foto 3.13.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: altar da parede norte da nave.



Foto 3.14.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo. Na parede norte, altar e acesso ao antigo púlpito.



Foto 3.15.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo : púlpito actual.

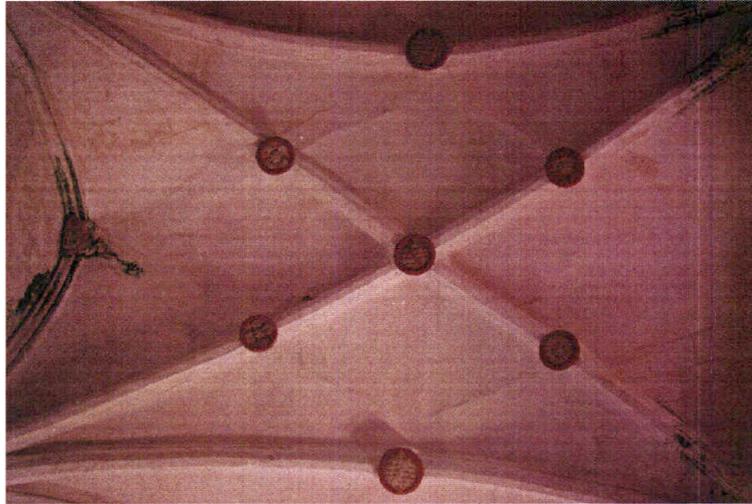


Foto 3.16.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: tecto da nave.

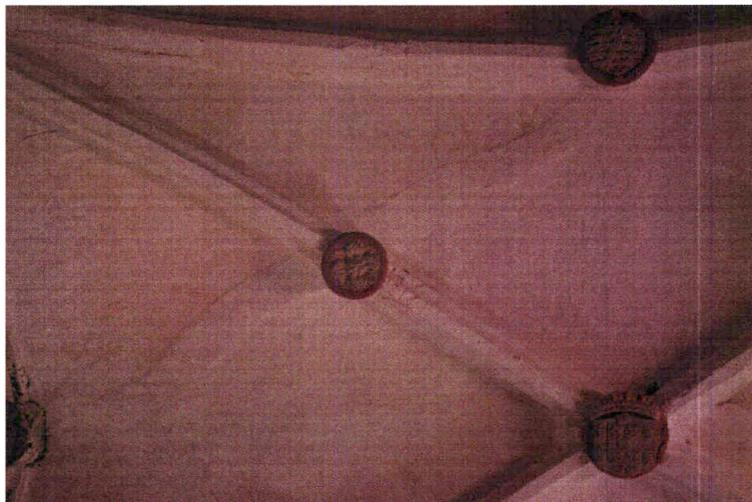


Foto 3.17.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pormenores de chaves de arcos.

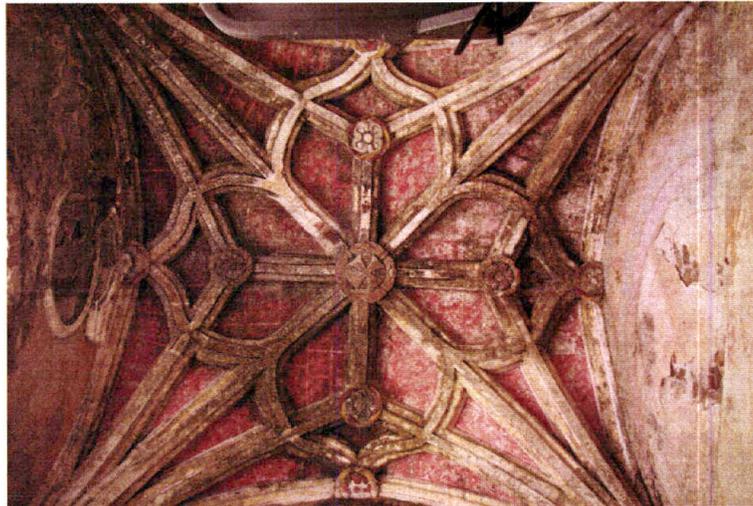


Foto 3.18.- Convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: tecto da capela da Aparição.



Foto 3.19.- Igreja do convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: frontaria poente.



Foto 3.20.- Igreja do convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: frontão contracurvado com as armas de S.Francisco, na frontaria poente.



Foto 3.21.- Igreja do convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: portal principal.



Foto 3.22.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: lápide existente na frontaria.

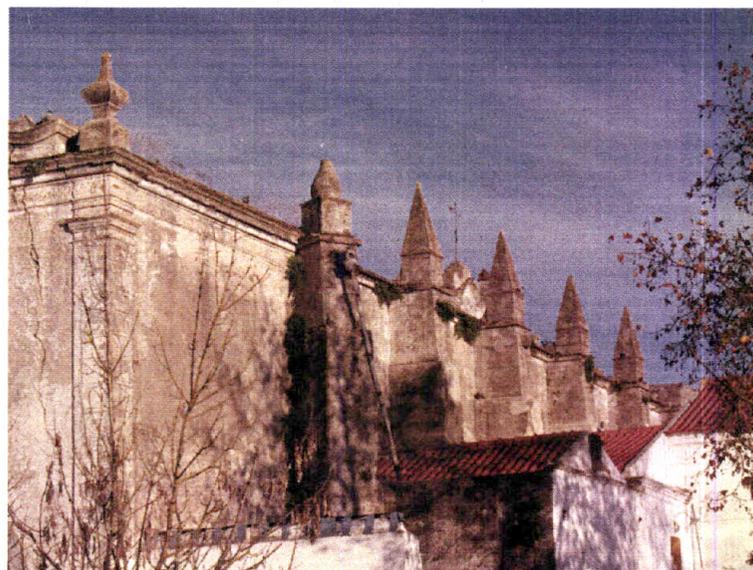


Foto 3.23.- Igreja do convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: alçado sul.

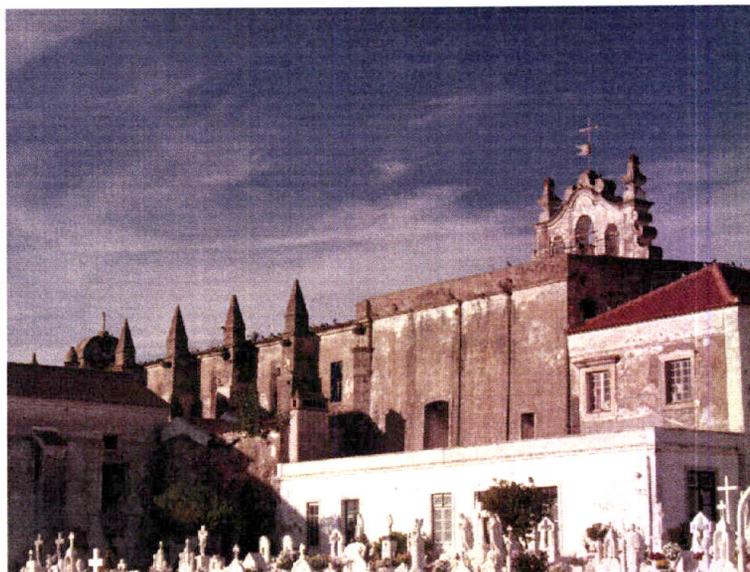


Foto 3.24.- Convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: alçado sul da igreja, anexos conventuais e cemiteriais.



Foto 3.25.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: vista de noroeste.



Foto 3.26.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: anexos conventuais a norte



Foto 3.27.- Convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: vista do claustro subsistente.



Foto 3.28.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: vista do claustro e alçado norte da igreja.

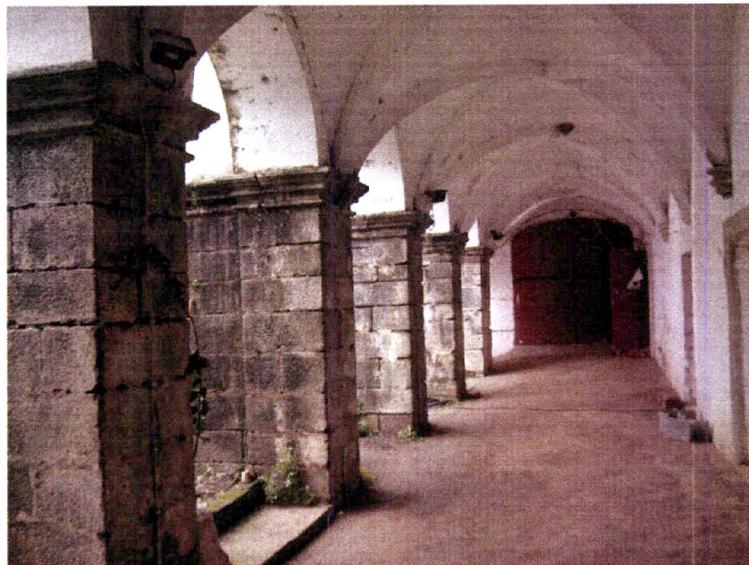


Foto 3.29.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: ala nascente do claustro.



Foto 3.30.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: entrada da sala do Capítulo.

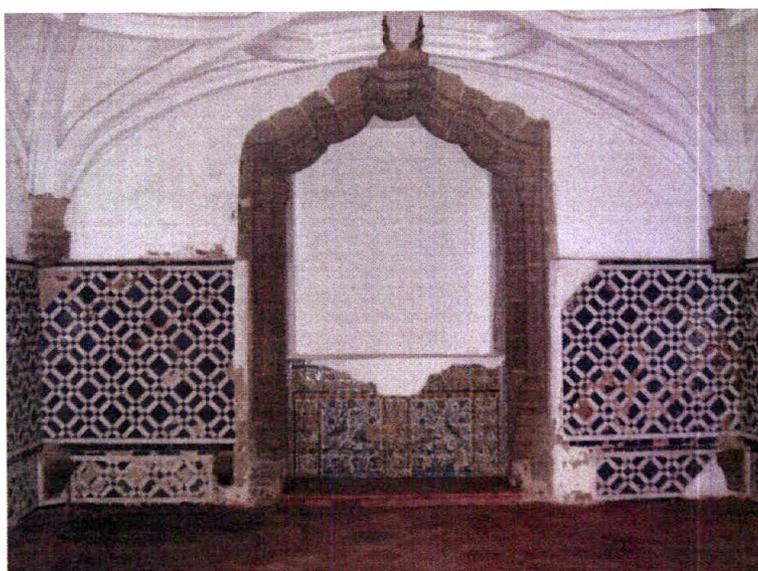


Foto 3.31.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: interior da sala do Capítulo.

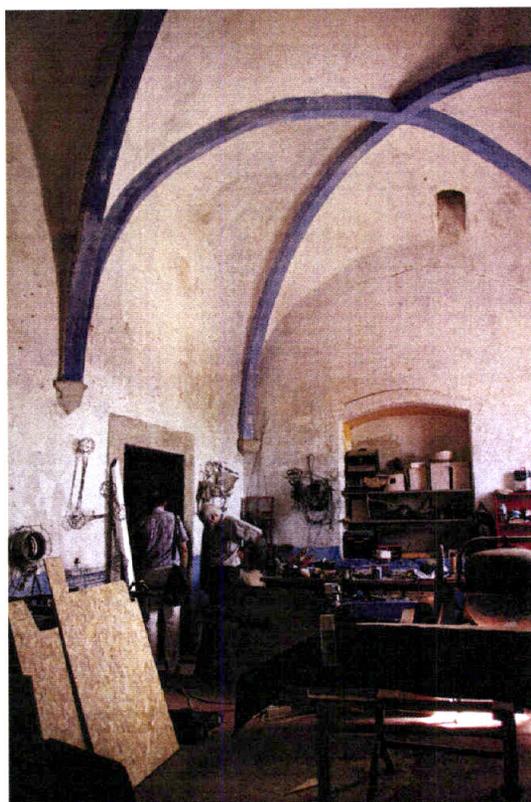


Foto 3.32.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: portaria nova.



Foto 3.33.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: antigo refeitório.

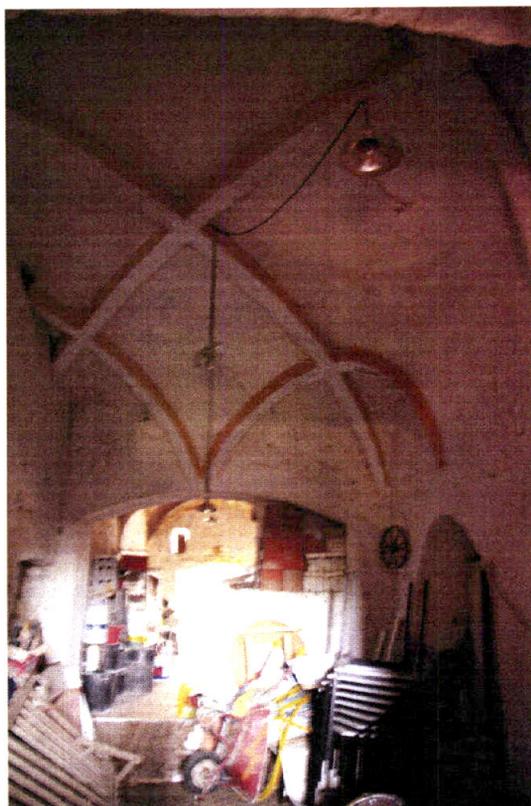


Foto 3.34. – Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: antiga portaria.



Foto 3.35.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: alçado nascente.

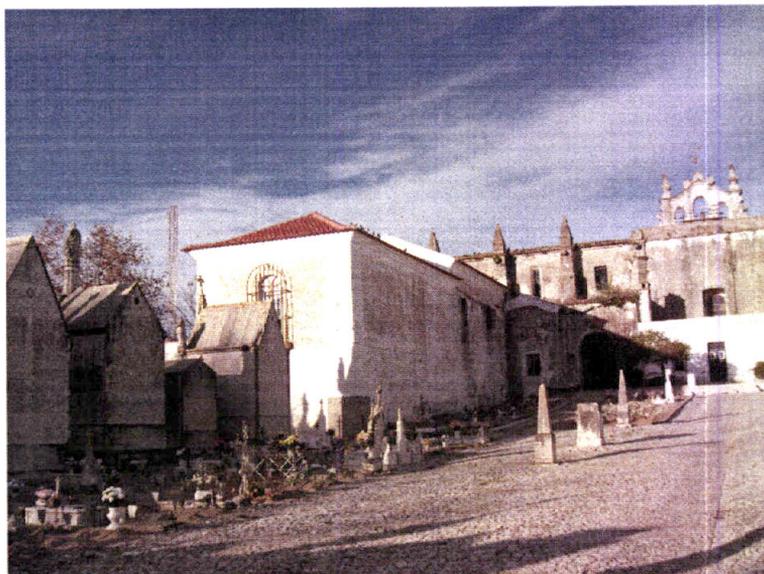


Foto 3.36.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: aspecto exterior das construções da Ordem Terceira.



Foto 3.37.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: interior da Capela da Ordem Terceira.



Foto 3.38.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: alçado poente da capela da Ordem Terceira.

CAP. 4 - HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO

Conforme escreveu Frei Fernando da Soledade, a fundação do convento de Montemor-o-Novo deve-se aos esforços de Fr. Afonso do Rio que, em 1496, "*intentou a fundação de hum na Villa de Montemor o Novo, povoação nobre e abundante nas terras do Alentejo.*"⁸² Fácilmente a súplica foi despachada favoravelmente pelo Pontífice Leão X, que concedeu as mesmas graças que a Frei Jorge, edificador do convento de Campo Maior Logo Frei Afonso assinalou o local da Ermida de São Sebastião, nos arrabaldes da própria vila, e encontrou um devoto de nome Afonso Eanes, que a 26 de Maio de 1496 "*lhe fez a doação de huma terra no mesmo lugar, que havia de servir de fundamento aos edificios.*"⁸³

A Província não gostou da ideia da fundação deste convento, fez queixas à Rainha D. Leonor, viúva de D. João II, que se encarregou de obter uma bula pontifícia que revogasse os favores da primeira⁸⁴. Frei Afonso aceitou, para não haver mais controvérsias,

⁸² SOLEDADE, Frei Fernando da - *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, II Parte da III, Lisboa Occidental: Na Officina de Domingos Gonsalves, impressor dos Monges das Covas de Mont-furado, MDCCXXXV, Livro 16, Cap. XXIV, p. 713.

⁸³ Idem, *Ob. cit.* p. 715.

⁸⁴ Por estes actos serem firmados através de *bulas*, só por si demonstra o reconhecimento da importância deste convento. A Chancelaria Pontifícia, geralmente emitia *breves* para os assuntos de mero expediente ou de menor importância para o mundo cristão. Aos actos e assuntos mais solenes, estavam reservadas as *bulas*.

pedindo para sair para um convento dos claustrais. Ficou assim suspensa a edificação do convento de Montemor-o-Novo, sem deixar outros vestígios que não a sua lembrança. Todavia os rogos de alguns devotos, incitaram os frades da Província dos Algarves para que concretizassem os desejos do padre Frei Afonso do Rio. E assim “*edificação hum Convento, pouco distante do primeiro sitio...*”⁸⁵.

O historiador Banha de Andrade afirma: “*os frades de S. Francisco, conhecidos por Xabreganos, que aí ergueram convento em 1516 e igreja sob a invocação de seu Patriarca*”⁸⁶. Mais tarde, o mesmo investigador afirma, referindo-se ao convento de S. Francisco: “*Começado a construir em 1527, como mostrarei noutra oportunidade, conserva ainda vasto alpendre do séc. XVI,...*” e “*O claustro, de planta rectangular com arcada redonda de cinco tramos atarracados, data de 1530*”⁸⁷.

Frei João de Nossa Senhora afirma que o convento “*teve o seu fundamento na capelinha de Nossa Senhora da Graça (ou das Graças). D.Manuel I mandou ampliar a igreja em 1516, como se vê nas armas ou escudo régio e esfera*”⁸⁸. Entende-se que esta ampliação se refere à dita capelinha (a ermida) que assim foi transformada em igreja.

Ora, se foi no Capítulo Geral da Ordem, realizado em Toulouse, em 1532, que a *Província Portugalliae* foi dividida em duas, e não havendo registo da existência desta “casa” na lista das que integraram cada uma das províncias, só a partir desta altura se terá iniciado a construção desta casa franciscana de Montemor-o-Novo.

Túlio Espanca, citando Frei Jerónimo de Belém, fala-nos como depoimento escrito mais antigo que se conhece, um alvará de D.João III, de 1532, autorizando o administrador das Capelas Régias, Diogo Lopes, que desse ao Padre Provincial Fr. Francisco de Évora, o dinheiro que se encontrava depositado para com ele “*dar principio*” ao claustro do convento de Montemor-o-Novo⁸⁹. Frei Fernando da Soledade afirma que o alvará do referido monarca foi passado em 20 de Setembro de 1535.⁹⁰

Sabe-se igualmente, que “*A II-IX-MDXXXIV o rei, em Évora deu doze mil reais para madeiramento de um lanço do dormitório que se tinha acabado de engalgar e também para o cobrirem. A verba foi recebida por Frei Sebastião, em nome de Frei João da Anunciada*

⁸⁵ Idem, *Ob. cit.*, p. 716.

⁸⁶ ANDRADE, António Alberto Banha de - Montemor tem história – Frades, de 1435 até 1834, in *Jornal O Montemorense*, Agosto de 1974.

⁸⁷ ANDRADE, António Alberto Banha de - *Subsídios para a história da arte no Alentejo*, Cadernos da História de Montemor-o-Novo, Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1980, p. 57.

⁸⁸ IAN/TT – Mns da Livraria N°620, de 198 fls., - *Chronica Provinciae Algarbiorum. Séries Chronologica Monasteriorum omnium Provinciae Algarbiorum debita etiam in praecedentia existentium*, de Fr. João de Nossa Senhora, fls.122v. Tradução por Fr. Henrique Pinto Rema, OFM, a quem agradecemos.

⁸⁹ ESPANCA, Túlio – *Ob. cit.*, p. 310.

⁹⁰ SOLEDADE, Frei Fernando da – *Historia seráfica chronologica da ordem de S.Francisco na Província de Portugal* IV.Parte, Lisboa Occidental, na Officina de Domingos Gonsalves, impressor dos Monges das Covas de Mont-furado, Lisboa, 1737, p. 392.

*guardião de S.Francisco de Montemor, em IV-IX-MDXXXIV.*⁹¹ Por outro lado, “*Em XX-IX-MDXXXV D.João III, em Évora, ordena que se dêem ao guardião de S.Francisco de Montemor 30.000 reais para se começar a crasta do mosteiro de montemoor-o-novo. Essa verba foi recebida pelo procurador Fernam Machado que era escrivão dos orfaos de Montemor, a VI-X-MDXXXV.*”⁹² Por último, uma outra fonte indica-nos que “*Em XX-IX-MDXXXV, o rei, em Évora, dá 10.000 reais para o mosteiro de S.Francisco de Montemor para compra de livros. O dinheiro foi recebido em Évora a VI-X-MDXXXV.*”⁹³

Embora a igreja tenha “aproveitado” a ermida da Senhora das Graças, preexistente, crê-se, atendendo a todos estas fontes e pelo exame da sua arquitectura, que a maior parte do edifício (igreja e parte dos anexos conventuais a norte) tenham tido início de construção sensivelmente na mesma data, a partir de 1532, sempre no reinado de D. João III, embora tratando-se de obras da iniciativa de D. Manuel I.

A construção da igreja terá terminado, na sua primeira fase de construção, imediatamente antes da data da sacração do templo, em 1546, data inscrita no lintel de granito do portal principal. Anteriores a esta data, são concerteza as manifestações do manuelino e do tardo-manuelino, presentes quer no corpo da nave única da igreja, no portal de acesso ao claustro, no arco de entrada na capela da Ordem Terceira da Penitência, quer na sala do Capítulo, quer ainda nos tectos de quatro capelas adossadas à igreja. Nos alçados, essas manifestações do manuelino, identificam-se pela existência de contrafortes angulares nos “cunhais” da capela-mor.

O alpendre crê-se que será duma segunda fase de construção, mas do século XVII. Tal como o anexo a norte que se julga ter funcionado como portaria da última época, hospedaria dos peregrinos e dormitório novo.

Em 1569, ainda as paredes da cerca não haviam sido levantadas, conforme nota de documento régio⁹⁴: “...começarão a fazer humas casas conjuntas da banda de sima do convento de nosa senhora da grasa desta dita Vila. E acabadas (...) de a serca do dito mosteiro por não terem ainda as paredes da dita serca alevantadas, pelo que ey por bem por justos respeytos q. me a ysso movem q. as d^{as} casas não vão mais por diante...”.

Data desse mesmo ano a iniciativa da construção da Carreira de São Francisco, conforme auto de expropriação emitido em Évora, em 10-11-1569, nos seguintes termos: *Eu el Rey faço saber a vos Juiz e Vereadores e procurador da villa de Montemor o novo que por justos respeytos que me a ysso movem ey por bem e me praz que ho caminho q. vem do mosteiro de são françisquo desta villa entestar na entrada do Rocio della se faça todo da largura que comessa da cruz que esta junto do dito mosteiro ate o dito Resio e pêra*

⁹¹ Biblioteca Pública de Évora, Convento de Santa Clara, Livro 50, Documento 24.

⁹² Biblioteca Pública de Évora, Convento de Santa Clara, Livro 50, Documento 21.

⁹³ Biblioteca Pública de Évora, Convento de Santa Clara, Livro 50, Documento 28.

⁹⁴ BN, Ms.168, N^o5, F1181.

isso ey por bem q. o chão que for neçesaryo pêra há largura do dito pêra vyr todo direito e iguall se tome a seu dono ho quall primeyro que lhe seja tomado será avallyado por omeis que ho bem entendão aos quauis dareis juramentos e do em que for avallyado e mais há quarta parte da dita avallyação se pagara ao dono do dito chão a custa das Rendas do Comselho dessa Villa.⁹⁵ . O chão referido era de Afonso Gonçalves, morador na vila, “que he o de que se hade tomar pêra a largura da dita carreyra”, o qual não queria vender o terreno. Então mandou-se medir a parte necessária do terreno, pelo partidor e avaliadores do Concelho. O auto de medição e avaliação é datado de 6 de Março de 1571, “na carreyra e caminho de sam françisquo” em presença do Juiz de Fora Afonso Lopes Gaioso e dos dois partidores do Concelho. O terreno foi avaliado em oito mil reais, importância que foi paga ao dono.⁹⁶

Cerca de 1578, o pintor maneirista eborense Francisco João, executou retábulos para algumas das capelas a sul da igreja.⁹⁷ Daqui se poderá depreender que a construção das referidas capelas já estaria terminada, resultando a conclusão que a dita não terá sido exactamente coectânea com a da igreja e dos primeiros anexos conventuais a norte.

De 1633, data o documento da Inquisição de Évora⁹⁸ que refere o nome de Simão Alvares, bisavô de Pêro Dias Carriço, preso no Cárcere do Santo Ofício, acusado de judeu, como tendo sido mestre das obras da igreja de N.^a Sr.^a do Bispo e do convento de São Francisco de Montemor-o-Novo.

Em 23 de Janeiro de 1642, o tabelião João Martins Laboreiro anota “ a obrigação que fez ao Convento de S.Francisco d^a v^a, sendo nele guardião Fr. Luís de Santa Maria, Manuel Rodrigues pedreiro e morador na rua Nova da d^a. Vila, em que se obrigou a fazer um coro com seu arco e seus pés de pedraria e vaze, de dezasseis palmos por banda com seu capitel e a volta redonda de ladrilho com sua cimalha na Igreja de S.Francisco d^a v^a, cujo coro estava começado pelos guardiães seus antecessores e ele pedreiro se obriga acabá-lo na forma referida e de tudo o mais necessário p^a. q. fique obra perfeita até o mês de Setembro seguinte de 1642, tudo à sua custa por preço de 105 mr e 10 alqueires de trigo tudo pago em 5 pagamentos.”⁹⁹.

Em 1671, instalou-se a Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco, tendo-se apropriado imediatamente de uma destas capelas e construído em área da cerca cedida para tal, as dependências imprescindíveis ao culto da confraria. Deste mesmo século parecem ser a denominada hospedaria dos peregrinos e a “nova” portaria. A inscrição

⁹⁵ BN, Mns 184, N^o 47, Doc.2.

⁹⁶ BN, Mns 168, n^o 132 (F1185).

⁹⁷ ESPANCA, *Ob. Cit.*, p. 310.

⁹⁸ IAN/TT, Inquisição de Évora, Maço 438, fol. 4211.

⁹⁹ BN, Cód. 958, f. 90.

esgrafitada na parte cimeira do alçado poente do corpo situado a norte do coro-alto, parece indicar a data de 1674.

O convento teve uma enfermaria, edificada por D. Catarina da Fonseca mulher de Lobo de Carvalho, administrada por Fr. Baltazar de Coimbra, seu confessor. Os dois antigos dormitórios foram renovados em 1719 por Fr. Francisco do Rosário e completados por Fr. Francisco de Jesus Maria, ambos provinciais. Fr. António dos Arcanjos construiu os balcões ou galerias salientes, ao redor de 1740.¹⁰⁰

Nos finais do séc. XVIII e nas primeiras duas décadas do séc. XIX, houve alterações importantes na igreja, principalmente no abobadamento, com o corte da secção aparente de alguns arcos secundários. Nesta época, a capela-mor teve uma grande reforma promovida pelo Mestre Frei Manuel de Jesus Maria Monteiro e concluída no tempo do guardião P. Fr. José de Santa Ana Meneses. Talvez já devido às dificuldades económicas que a comunidade atravessava, os trabalhos foram faseados e decorreram durante alguns anos: primeiro a abóbada, rebocos exteriores e interiores e janelas gradeadas. Depois levantaram-se o retábulo de mármore, bases, pilastras, capitéis, frisos de cimalthas, etc. . Mais tarde fizeram-se o trono, sacrário e peanhas. No *Mapa do Convento de S. Francisco de Montemor onovo* pode-se ler: "... A capela mor de'q he Padroeiro o Exm^o. Snr. Marquez do Lavradio lhe falta a abobada e guarnecerse, cuja obra mandou principiar haverá quatro anos."¹⁰¹

Não se sabe se por motivo de ruína na sequência do terramoto de 1755, o certo é que em 1816 decorreu a construção de nova abóbada da capela-mor, em 1817 os acabamentos interiores e decoração e em 1819 a conclusão do arco triunfal, como se pode obter dos registos constantes no *Inventário do Convento de São Francisco de Montemor-o-Novo* realizado para o Capítulo Provincial.¹⁰²

Em 1825, decorreram obras no denominado dormitório novo e, em 1832, a comunidade realizou "amanhos" no dormitório, nas varandas e na igreja.

Em 1834, com o decreto da extinção das ordens religiosas, dá-se o encerramento do convento e o seu abandono por alguns anos. São nesta altura feitas as anexações à Ordem Terceira de outras capelas situadas a sul da igreja: capela de Jesus, Maria e José, capela de Paulo Villalobos e Vasconcelos e capela de Santo Cristo.

Em 1845, parte da cerca é ocupada pelo Cemitério Municipal, na sequência da publicação da lei sobre os cemitérios públicos. A capela da Aparição (capela das "ricas") é aberta para o cemitério, funcionando como uma passagem.

¹⁰⁰ IAN/TT – Ms da Livraria N^o620, de 198 fls., - *Chronica Provinciae Algarbiorum. Séries Chronologica Monasteriorum omnium Provinciae Algarbiorum debita etiam in praecedentia existentium*, de Fr. João de Nossa Senhora, trad. por Fr. Henrique Pinto Rema OFM, a quem agradecemos.

¹⁰¹ IAN/TT- O.F.M., Província dos Algarves, Província, Maço 96 N^o6.

¹⁰² Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, D3S1 –*Ementas (1815-1834)*.

Após a cedência do convento à Câmara Municipal, por troca com um foro de 50 mil réis anuais que o município recebia, relativo ao Polígono Militar de Vendas Novas (então integrante do concelho de Montemor-o-Novo), praticamente não há qualquer investimento em conservação no conjunto, que acelera a degradação em que já se encontrava quando ainda ocupado pela Ordem. Funcionou aí um quartel de cavalaria e também, posteriormente, como estação telegráfica.

No ano de 1933 e seguintes até 1938, e dada a necessidade de área para a construção da Cadeia Civil, presume-se que terá havido demolição de parte do convento a norte, aliás ainda hoje se observam restos de fundações, em implantação ortogonal com a do claustro.

Na década de 50 do séc.XX, foi reconstruído o piso superior da ala este (anterior dormitório), tendo sido eliminados alguns vãos situados a nascente e correspondentes às antigas celas. Ainda hoje são visíveis, pela degradação que os revestimentos aplicados denotam, as antigas localizações desses vãos. Ficou independente a cela dos antigos guardiães, onde hoje funcionam as instalações administrativas da Associação Oficinas do Convento e o restante espaço foi aberto e transformado em armazém. Foi realizada a demolição do 2º piso do claustro, todo ele em avançado estado de ruína e executada a recuperação do antigo refeitório, ficando instalada a abegoaria municipal. Foram igualmente reconstruídas algumas abóbadas das galerias que se encontravam já colapsadas (Foto 4.1 e Foto 4.2). Foi também executada a demolição de pilares e contrafortes da ala poente do claustro, únicos elementos construtivos restantes já naquela altura. A igreja servia, naquele tempo, exclusivamente para cerimónias fúnebres, aproveitando a fácil passagem para o cemitério. Os edifícios do cemitério, implantados a sul da capela-mor, terão sido construídos no início do século XX.

Após 1974, são feitas algumas pequenas adaptações à instalação de oficinas municipais, nomeadamente a abertura de um portão no alçado norte da portaria e a sua adaptação ao funcionamento de oficina de serralharia.

Já no séc. XXI, a Fábrica da Paróquia de N.ª Sr.ª da Vila procedeu à renovação de cobertura da capela da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco e espaços anexos. A Câmara Municipal, em parceria com a entidade utilizadora do claustro (Associação Cultural Oficinas do Convento), realizou importantes obras de beneficiação da zona conventual norte, obras decididas em função de emergências resultantes de colapso de coberturas e outros elementos estruturais. Estas obras importaram num total de 68 010,53 €uro e constaram de:

- Demolições, alvenarias no encerramento de arcos, picagem de rebocos e posterior execução de reboco fino, demolição de betonilhas e execução de betonilha armada com fibras, assentamento de linóleos, caiação, colocação de escada de ferro, pintura

betuminosa no terraço do claustro, ligação de água para o interior, ligação de esgoto para o exterior, limpeza do poço, fornecimento de portas interiores.

Resumindo, a sequência fundamental de construção do conjunto, poderá ter sido a seguinte:

- 1516 – Iniciativa de D.Manuel I para construção do convento em Montemor;
- Séc.XVI (década de 1530 e 1540) – Cabeceira e nave da igreja;
- Séc.XVI (década de 1530 e 1540) – Anexos conventuais a norte;
- Séc. XVI (segunda metade) – Capelas a sul da nave;
- Séc. XVI (1571) – expropriação para a Carreira de S. Francisco;
- Séc. XVI (1578) – Pintura de retábulos para capelas a sul da igreja;
- Séc.XVII (década de 1640) – Nártice e coro-alto;
- Séc.XVII (1671) – Instalou-se a Ordem Terceira franciscana;
- Séc. XVII (1674) – Anexos a norte: hospedaria, nova portaria, dormitório poente
- Séc.XVIII (1719) – Renovação de dois dormitórios;
- Séc.XVIII – Galerias salientes e ampliação da capela da Ordem Terceira;
- Séc.XIX (1812 a 1819) - Renovação da capela-mor e alterações no tecto da nave;
- Séc.XIX(1834) – Exclaustração das ordens religiosas e apropriação de capelas a sul pela Ordem Terceira;
- Séc. XIX (1845) – Ocupação da cerca pelo cemitério municipal;
- Séc. XX(1936?) – Demolições de corpo saliente a norte;
- Séc. XX (década de 1950) – Demolições do piso superior e reconstruções;
- Séc. XX (1974) – Obras de adaptação a oficinas da Câmara Municipal;
- Séc. XXI (2000) - Obras de renovação de coberturas nos espaços da Ordem Terceira;
- Séc. XXI (2001) – Obras de conservação nos anexos conventuais ala nascente.

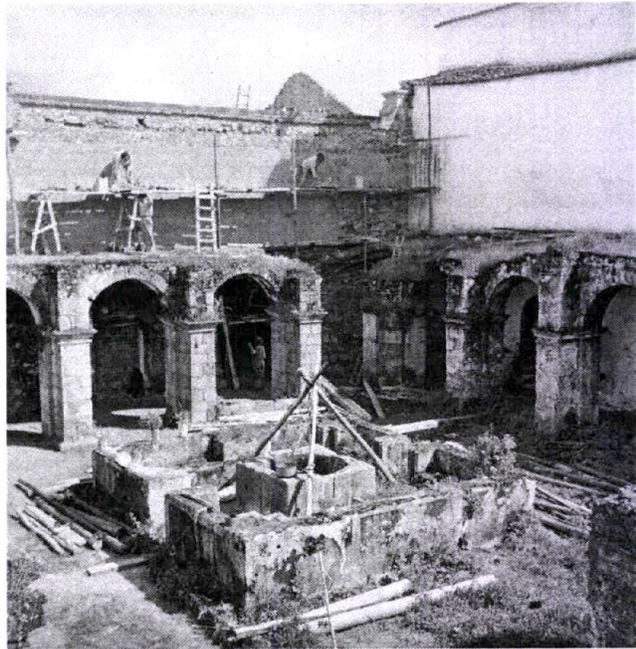


Foto 4.1.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: reconstrução do corpo nascente, na década de 50 do séc. XX (foto DGEMN).



Foto 4.2.- Convento S. Francisco em Montemor-o-Novo : obras de reconstrução do dormitório, na década de 50 do séc. XX, para uso pela Câmara Municipal (foto DGEMN).



Foto 4.3.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: ruínas de pilares e contrafortes da ala poente do claustro (foto DGEMN).

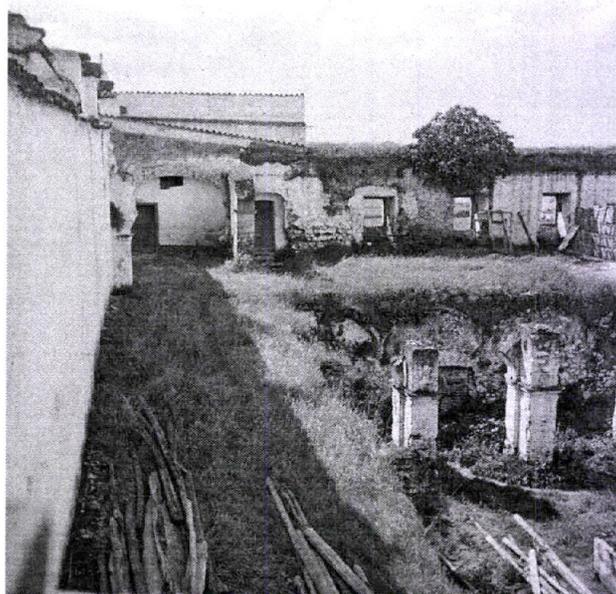


Foto 4.4.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: aspecto dos anexos conventuais em 1950 (foto DGEMN).



Foto 4.5. – Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: entrada da sala do Capítulo na década de 50 do séc. XX (foto DGEMN).

CAP. 5 - MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

Neste conjunto de arquitectura religiosa, os materiais aplicados na sua construção bem como as técnicas construtivas utilizadas, tiveram uma relação directa com as diferentes épocas de construção e respectivos estilos arquitectónicos adoptados.

Se nos elementos construtivos correspondentes às fases iniciais, os materiais de construção foram de origem e produção local, nos elementos das fases seguintes de construção, de uma forma gradual e crescente, identificam-se materiais provindos de regiões mais afastadas.

O que se acabou de afirmar no que concerne aos materiais, também se constatou relativamente às correspondentes técnicas de construção.

5.1. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Pela sua diversidade, há que apresentar os materiais classificados e organizados em grupos e sub-grupos, segundo a sua função e origem, sem prejuízo de serem estudados mais em detalhe apenas os mais representativos, de acordo com a importância da sua presença no conjunto edificado.

De entre estes, os materiais que foram utilizados na construção do conjunto são principalmente: a pedra natural, os cerâmicos, a madeira, as cais, os inertes (materiais granulares). Têm, sem dúvida, uma importância preponderante na construção, havendo para além dos supra indicados, a presença de outros como sejam o cobre em instalações eléctricas, os derivados da madeira em portas interiores e mobiliário, os derivados da cortiça, de importância residual e aplicação contemporânea.

Cada um dos materiais referidos primeiramente está aplicado desempenhando funções diversas. Tem-se materiais em que o objectivo da sua utilização foi o desempenho de funções de natureza estrutural, outros de natureza não estrutural, nesta se abrangendo desde o uso como revestimento até à função decorativa ou meramente ornamental e também, mais comum, aqueles em que a sua importância releva de um e de outro tipo de funções, estrutural e não estrutural..

5.1.1. Materiais pétreos

A pedra, apresenta-se aplicada principalmente em elementos construtivos que desempenham funções resistentes nas diferentes estruturas portantes.

Em primeiro lugar foi aplicada em fundações de paredes, tendo sido escolhidos blocos de forma planar, para uma melhor estabilização. Aqui o material aplicado foi, em geral, de natureza não granítica. Nas alvenarias resistentes de paredes, têm-se os blocos de pedra de diferente natureza e dimensões, enquanto que em contrafortes da igreja, nos pilares e contrafortes do claustro, nas duas colunas e no pilar do antigo refeitório do convento, se apresenta de origem granítica, aparelhada, aparente ou recoberta por alvenarias de tijolo ou mistas. Em portais, arcos e lintéis também na forma aparelhada e desempenhando funções mistas: resistente e decorativa. É o caso do portal principal da igreja, portal da sala do Capítulo, portal da edícula desta sala, portal contíguo à sala do Capítulo, porta de entrada para a escadaria de acesso ao piso 2, porta da portaria conventual, arcos de passagem à capela da Ordem Terceira, arcos de passagem da igreja ao claustro, gargalo do poço existente no centro da quadra claustral. Nos contrafortes não ortogonais de ligação entre alas do claustro os blocos de granito não se apresentam na forma aparelhada.

Encontra-se ainda o granito nas duas escadarias internas de acesso ao piso 2, e aparente ou revestido em tardias e desadequadas intervenções, em elementos estruturais e simultaneamente decorativos: nas mísulas de arranque de arcos e nervuras de abóbadas,

chavetas em abóbadas, cruzes, gárgulas, pináculos e nas volutas palmares laterais ao portal principal. Por último, resultante de intervenção ocorrida no séc. XX, sob a forma de lajetas, no pavimento do que se presume tenha sido o antigo refeitório.

Pedra doutra natureza, concretamente o mármore da região de Estremoz¹⁰³, correspondendo a fases não iniciais da cronologia de construção do monumento, encontra-se principalmente na reforma da capela-mor da igreja, no altar-mor (de Montes Claros?)¹⁰⁴, em peanhas, pavimentos, lápides de sepulturas em pavimentos, lápides evocativas e brasões (Capela da Aparição), em degraus na escadaria de acesso ao terraço e campanário, nas pias baptismais bilaterais à entrada da igreja e no púlpito recente, etc.

Voltando à utilização dos materiais pétreos incorporados na alvenaria ordinária de paredes, para caracterização destas, para além da observação atenta das áreas nunca revestidas a reboco e das zonas com ausência parcial de reboco, foram efectuadas sondagens por picagem e remoção do reboco ou rebocos existentes, em locais adicionais, correspondentes, segundo parece verosímil, a fases construtivas distintas. Os referidos locais estão identificados no nas fotos 5.1, 5.2, 5.4 e 5.5.

Quanto à natureza da pedra utilizada, sendo diversa, é fundamentalmente, de dois tipos: o primeiro, da mesma natureza da utilizada nas muralhas do castelo e construções envolventes. Que poderá aqui, tal como no arrabalde, ser já uma reutilização ou reaproveitamento de materiais resultantes da demolição de construções do antigo burgo e de origem muito mais antiga.¹⁰⁵ Trata-se de rochas rijas, que as comunidades locais ainda hoje designam por “pedra-ferro”, dada a sua cor escura e a sua dureza. Esta designação dever-se-á também ao aspecto de corrosão superficial que por vezes apresenta, após contacto com argamassas de cal utilizadas em revestimentos superficiais, ocorrendo fenómenos de expansão que originam destacamento de secções desses mesmos rebocos. Na realidade trata-se de quartzitos negros¹⁰⁶, que aliás são a constituição geológica da colina, promontório, elevação em que se encontra edificado o castelo e que, como se disse, constituem o material principal das alvenarias de pedra das muralhas e torres do mesmo.

Estes quartzitos, apresentam-se misturados com outros materiais disponíveis nas proximidades da cidade, então vila, nomeadamente de origem granítica (granitos muito

¹⁰³ Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, D3S1 – Ementas – 1815-1834 .

¹⁰⁴ ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal Distrito de Évora Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas* , Volume VIII, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1975, p.313.

¹⁰⁵ ANDRADE, António Alberto Banha de – *Breve história das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*, Colecção Cadernos da História de Montemor-o-Novo, Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e de “A Defesa”, Évora, 1977, p. 6. Segundo este autor, esta prática foi de tal dimensão que obrigou o Rei a decretar a proibição de “desmanchar casas” para as edificarem no arrabalde (IAN/TT – Chancelarias Régias D.João III, L.11, f.142 v.).

¹⁰⁶ ZBYSZEWSKI, G. e CARVALHOSA, António - *Notícia Explicativa Folha 35-D Montemor-o-Novo Carta geológica de Portugal* , Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa, 1994, p. 18.

alterados de grão fino), que os antigos designavam por “*pedra parda*”¹⁰⁷. Nas alvenarias que são observáveis no interior do vão de escadaria de acesso ao terraço, podemos também constatar a presença de materiais de cor esverdeada, que se crê poderão ser migmatitos¹⁰⁸ ou tratar-se de uma anomalia da pedra. Motivada pela ausência quase total de luz solar, poderá tratar-se de uma das formas de colonização biológica, concretamente, a formação e desenvolvimento de cianobactérias.

Os granitos trabalhados e em peças, provavelmente terão tido origem mais distante, colocando-se as hipóteses de serem oriundos das proximidades de Évora, das pedreiras de São Bento e São Caetano, ou das pedreiras de Valverde e Monte das Flores. Há documentação histórica a comprovar que estas pedreiras já existiam como explorações de pedra no tempo da construção da Catedral de Évora.¹⁰⁹ Quaisquer destas pedreiras se situavam na época, nas proximidades de vias medievais, donde havia maior facilidade no seu “*carrego*”. Uma outra hipótese, esta a maior distância, refere-se às pedreiras de granitos da zona de Pavia, contíguas ao *Caminho das Terras d’Aviz*, daí com semelhante facilidade de transporte.

Também se encontram peças em granito de cor rósea, como por exemplo em mísulas e chavetas na sala do Capítulo e em peças dos contrafortes do claustro. Não esquecendo que apesar do apoio da Casa Real à construção desta casa franciscana, as dificuldades eram notórias, conjugadas com a procura de austeridade e similitude com a arquitectura popular local, a preferência pela Ordem, das artes de construção e materiais locais, mais nos leva a crer que a origem deste granito também terá sido local. De granito róseo, coloração dada pelo feldspato presente na sua composição mineralógica, ainda hoje se encontra em actividade a pedreira do Godeal, de “*pedras pintas*”, na época integrando o Termo de Lavre.

Ainda a comprovar a utilização prioritária dos materiais disponíveis localmente, referir a existência nas paredes da caixa de escada de acesso ao terraço, de restos de uma antiga coluna (troços cilíndricos e parte do embasamento) que poderão ter pertencido à anterior capela-mor ou à pré-existente Ermida de N^a. Sr^a. das Graças (fotos 5.6 e 5.7) ou de uma qualquer construção demolida na antiga vila. O mesmo se pode registar na alvenaria do piso 2, a poente, no acesso ao dormitório grande (foto 5.8).

¹⁰⁷ BRANCO, Manuel J.C. – “A Igreja e a Sala do Despacho: três campanhas de obras” em *A Misericórdia de Montemor-o-Novo História e Património*, Tribuna / Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2008, p.131. Para a campanha de obras da Misericórdia, que decorreu de 1605 a 1606, a *pedra parda* foi proveniente da herdade do Barrocal do termo de Montemor.

¹⁰⁸ ZBYSZEWSKI, G. e CARVALHOSA, António – *Ob. cit.*, p.40-41.

¹⁰⁹ BARBOSA, Ana Lúcia Rosado da Silva – *Convento de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo. Relatório Histórico-Arquitectónico*, IPPAR, Direcção Regional de Évora, Évora, Janeiro 2005, p.120 (policopiado).

5.1.2. Materiais cerâmicos

O barro, solo com composição caracterizada por teor elevado de argila, sujeito a processo de cozedura em cerâmica não industrial, apresenta-se em diferentes materiais. Após a conclusão do seu fabrico são classificados como pedras artificiais de natureza porosa, por oposição às pedras artificiais de natureza não porosa, aqui se incluindo faianças, azulejos e louças sanitárias.

No território envolvente a Montemor, verifica-se a existência de manchas argilosas, onde ao longo do tempo, se foram criando e desenvolvendo as denominadas barreiras ou barreiros, que originaram um conjunto elevado de olarias. Se bem que a olaria fosse uma unidade onde se produziam artesanalmente peças cerâmicas de uso comum doméstico ou para armazenamento de produções de uso alimentar, nos tempos mais recuados era o oleiro que fabricava os tijolos, telhas e outros materiais de construção. Mais tarde verificou-se alguma especialização, tendo o fabrico em exclusivo de peças de barro cozido destinadas à construção, dado lugar ao aparecimento de unidades próprias designadas ainda hoje por *telheiros*. Nestes, o artífice já não é o oleiro mas sim o *mestre do telheiro*.

O primitivismo da produção destes materiais traduz-se numa grande falta de homogeneidade de características, não só no campo dimensional, mas também de aspecto (porosidade e cor) e resistência mecânica. De referir que a simples variação no material lenhoso utilizado para aquecimento do forno, é factor bastante para modificar as características intrínsecas do material produzido.

No conjunto edificado em estudo, o barro cozido apresenta-se sob diversas formas: em tijolo maciço (*lambaz* ou *burro* ou *baldosa*), telha de canudo e acessórios para revestimento de coberturas, tijoleiras em pavimentos, todos de produção artesanal e, de aplicação mais recente, com produção industrial, o tijolo cerâmico furado e perfurado, a telha de aba e canudo. O tijolo maciço está presente na constituição de alvenarias como material resistente, assente de diversas formas, como também na criação de arcos, nervuras e faces de abóbadas (assente ao alto ou ao baixo), lintéis e cunhais. Mas aparece também na alvenaria ordinária sob a forma de resíduos (fotos 5.1 a 5.5). Aliás, sob a forma de resíduos em incorporação de alvenarias ordinárias, também se encontra a telha de canudo. Estes resíduos de telha de barro, tiveram muita utilização na criação de “encasques” e “enchimentos” de paramentos verticais. Crê-se que este tipo de telha terá tido aplicação em todas as coberturas do conjunto edificado, até finais do séc. XX, momento em que na ala nascente se procedeu a renovações de coberturas e sua substituição por telha de aba e canudo, tipo lusa.

A aplicação de restos de materiais cerâmicos e a sua incorporação nas alvenarias, poderá representar os primórdios do actualmente designado processo de reciclagem ou de gestão de RCD (resíduos de construção e demolição), ou como afirma o Hélio Costa LIMA “isto não é mais que o testemunho de uma estratégia de gestão de entulhos, das mais eficazes”.¹¹⁰

Quanto aos cerâmicos de natureza não porosa, haverá que dar o justo realce aos importantes conjuntos azulejares existentes na sala do Capítulo e na sua edícula, na igreja, na capela da Ordem Terceira, na antiga portaria do convento e na capela da Aparição.

Na sala do Capítulo, nas suas paredes laterais, em alizar muito alto até à cota das mísulas de pedra, têm-se azulejos de padrão enxaquetado de côr azul e branca, que se crê serem do último terço do séc XVI¹¹¹. A edícula situada ao fundo desta sala, conserva nas suas estreitas paredes laterais, azulejos policromos, tipo tapete. No frontal de altar, tem um painel (seiscentista?), decorado com aves, flores exóticas e indígenas, limitado por barra com serafins e arabescos.

Na igreja o apainelado também é alto, de azulejaria híbrida de arte barroco-rococó, com decoração azul e branco em painéis de quatro tipos. No rodapé, parcialmente encoberto pelo assoalhado de madeira, um primeiro nível geométrico, de côr diferente. Segue-se um segundo nível formando igualmente rodapé, figuras avulsas enquadradas por molduras geométricas. Ao centro, quadros de albarradas e golfinhos. A rematar, urnas laterais em cada painel e ao centro tabelas florais. Segundo ESPANCA, *trata-se de conjunto de fabricação lisbonense, de formadas e épocas diferentes (cerca de 1715-40)*¹¹².

Na Capela da Ordem Terceira, também curioso alto alizar, parcialmente encoberto pelo cadeiral de madeira, em azulejos também de esmalte azul e branco, com figuração de episódios da vida de S.Francisco de Assis.

A capela da Aparição, no lancil, também tem forro de azulejos policromos, do tipo de tapete. Segundo o autor já citado serão de meados do séc. XVII. Por fim, na portaria, ainda se podem observar vestígios de painéis (mais baixos) de cerâmica azul e branca.

Para concluir a descrição relativa aos materiais cerâmicos, embora de pouco significado quantitativo, referir a existência de gárgulas em cerâmica.

¹¹⁰ LIMA, Hélio Costa – “A Exemplaridade dos Sistemas Construtivos Tradicionais para a Inovação em Sustentabilidade na Arquitectura”, em [http:// infohabitar.blogspot.com](http://infohabitar.blogspot.com), p. 32.

¹¹¹ ESPANCA, *Ob. cit.*, p. 311.

¹¹² ESPANCA, *Ob. cit.*, p. 312.

5.1.3. Cais

Reveste-se da maior importância a utilização e a presença da cal no edificado do conjunto franciscano de Montemor-o-Novo. Este material de ligação, apresenta-se de vários tipos e em várias utilizações, a saber: como ligante¹¹³ ou aglomerante aéreo¹¹⁴ na constituição de argamassas de alvenarias ordinárias mistas ou só de tijolo, como ligante na fabricação de argamassas de assentamento de aparelho de granito, como ligante na constituição de argamassas para rebocos interiores ou exteriores, como material para revestimento final (para caiação) e, em conjunto com o gesso e o pó-de-pedra (mármore) como adjuvante na fabricação de estuques.

Desde épocas recuadas que a produção de cais e a implantação de fornos para o seu fabrico teve uma relação directa com a existência local de matéria-prima, dada a precariedade coeva das vias de comunicação e dos meios de transporte de cargas. Deste modo, era fundamental a existência de afloramentos rochosos de natureza calcária. Na área territorial de Montemor-o-Novo, segundo a Notícia Explicativa da Folha Nº35-D da Carta Geológica de Portugal¹¹⁵, é referenciada a presença de calcários cristalinos.

Ainda são visíveis antigos fornos de cal por vários locais do concelho, nomeadamente nas freguesias de Silveiras e Santiago de Escoural. São indicativos da existência deste recurso os topónimos de conjuntos rurais ou agrícolas como sejam: herdade da Caeira, Caeirinha, Caeiras, etc..

Admite-se que tenha sido de alguns destes antigos fornos, ainda hoje existentes, embora fora de actividade, a origem das cais utilizadas na construção do conjunto edificado. Se atendermos ao Inventário de 21 de Abril de 1828¹¹⁶, lá se encontra o registo, nas despesas com materiais: "*hum moio de Cal das Silveiras com seu frete, e areia*". Há alusões, para obras em Montemor realizadas no início do séc.XVII, de cal proveniente de Pavia.

Quanto aos tipos de cal propriamente ditos, parece ser de presumir a utilização de cal preta no fabrico de argamassas para alvenarias e a cal branca para caiações e produção de estuques, estes também com a adição de pó-de-pedra e gesso moído (na capela-mor e capela da Ordem Terceira).

¹¹³ Sob esta designação agrupam-se os materiais fundamentalmente destinados à preparação de argamassas, por sua vez utilizadas na ligação ou revestimento de materiais principais, como sejam as pedras naturais e artificiais.

¹¹⁴ Aéreo ou não hidráulico, por endurecer ao ar, produzindo argamassas não resistentes à água. Por oposição, os ligantes hidráulicos endurecem em forma pétreo ao ar ou debaixo de água.

¹¹⁵ ZBYSZEWSKI, G. e CARVALHOSA, António – *Notícia Explicativa Folha 35-D Montemor-o-Novo Carta Geológica de Portugal*, Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa, 1994, p.76.

¹¹⁶ AHMMNovo, D3S1, *Ementas*, 1815-1834, Inventário do Convento de S. Francisco de Montemor Novo.

A cal hidráulica de fabrico industrial, que não a cal gorda apagada, terá tido utilização nas intervenções realizadas no século XX: nas capelas a sul, nos anexos cemiteriais, nas intervenções de reconstrução da ala nascente e da arcaria do claustro e também na renovação do pavimento da capela-mor.

5.1.4. Areias

As areias utilizadas na composição de argamassas, terão sido provenientes do Rio Almansôr, apresentando-se várias razões objectivas para tal. Em primeiro lugar, por ser o mais importante curso de água das redondezas. Em segundo, dada a existência de sinuosidades do percurso propiciarem a existência de meandros bastante pronunciados, locais naturalmente favoráveis à deposição de sedimentos, quando do seu transporte pelos caudais de cheias. Em terceiro lugar porque, desde a nascente do rio, no concelho de Évora, até à cidade de Montemor, a sua bacia hidrográfica se constituir e desenvolver predominantemente em terrenos com solos graníticos alterados, conduzindo a areias de natureza quartzítica (areias siliciosas), resistentes, e portanto óptimas para argamassas. Estas areias, eram ainda caracterizadas pela excelente lavagem natural a que eram sujeitas.

Por outro lado, sabendo-se que já existiam duas pontes sobre o rio Almansor, é significativo o facto de a postura que isentou de portagem as cargas de materiais para a reconstrução de casas na antiga vila, se referir exclusivamente à *ponte no Caminho d'Évora*¹¹⁷. Tal poderá significar que, devido ao facto de na envolvente a Montemor o rio se encontrar alcantilado e quase em desfiladeiro, ser difícil o seu acesso aos veículos de tracção animal, daí serem os locais de abastecimento (areeiros) localizados onde as margens são mais planas, a nascente da vila.

De notar, que nas alvenarias ordinárias de pedra ou nas mistas, por vezes, as argamassas eram também constituídas com a adição de algum saibro com determinada fracção (mínima) argilosa, que o saber empírico dos mestres construtores justificava como conveniente. Não tendo sido possível proceder à análise laboratorial das argamassas presentes na construção em estudo, contudo da mera análise macroscópica efectuada aos locais onde se efectuaram sondagens, pareceu identificar-se essa composição.

¹¹⁷ ANDRADE, António Alberto Banha de – *Breve história das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*, Colecção Cadernos da História de Montemor-o-Novo, Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e de “A Defesa”, Évora, 1977, p. 14.

5.1.5. As madeiras

Apesar da existência de importante mancha florestal na Serra de Monfurado, situada a poucos quilómetros de distância do conjunto franciscano, a mesma não possui espécies arvenses adequadas para a produção de madeiras para construção. Essa dificuldade já se constatava no início do séc. XVI: “*Para a obra da cadeia, foi necessário o carpinteiro Gomez Vaz, ir comprar ‘certa madeira’ a Lisboa, com o seu dinheiro só recuperado por carta régia de 5.6.1505*”.¹¹⁸

Igualmente sintomático da pequena importância que a construção em madeira tinha na área do concelho, veja-se que segundo Varella¹¹⁹ só havia 3 mestres serradores de madeira e 13 mestres e oficiais carpinteiros de casas, aqui concerteza incluindo-se muitos dedicados à carpintaria de limpos.¹²⁰

No conjunto franciscano de Montemor-o-Novo, a madeira, tal como os materiais anteriormente estudados, também está presente a satisfazer necessidades construtivas de índole diversa. Assim, encontra-se como material puramente estrutural na cobertura (estrutura treliçada) do corpo nascente do claustro, visível na actual sala de leilões de arte das Oficinas do Convento. Esta estrutura é constituída por cinco asnas simples, travadas por madres e escoras.

Nas construções afectas à Ordem Terceira, a estrutura de madeira existente, terá sido substituída no limiar do séc. XXI por estrutura com base em elementos pré-fabricados de betão armado pré-esforçado. Ainda, e correspondendo a uma intervenção da década de 80 do séc. XX na estrutura de suporte à cobertura em chapa de fibrocimento sobre a caixa de escada no alçado norte da igreja. Com funções estruturais tem-se também o primeiro lanço de escada de acesso à cobertura e sineira, totalmente executado com madeira.

A sua presença como material de construção não estrutural, está reflectida sobretudo em caixilharias de portas e janelas e pavimentos. Assim tem-se, que todos os vãos do conjunto têm caixilharia de madeira, com excepção de uma porta situada no corpo nascente e de acesso à sala de leilões de arte e também a porta principal de acesso às Oficinas do Convento, esta em vidro temperado. Quanto aos pavimentos de madeira, podem-se identificar em todo o soalho da nave da igreja, no pavimento próximo ao altar-mor, todo o pavimento da capela da Ordem Terceira também é assoalhado, encontrando-se

¹¹⁸ ANDRADE, António Alberto Banha de – *Breve história das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*, Cadernos da História de Montemor-o-Novo, Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e de “A Defesa”, Évora, 1977, p. 14.

¹¹⁹ VARELLA, Joaquim José – “Memoria Estatística A’cerca da notavel Villa de Monte Mor o Novo”, in *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, MDCCCXVI, p. 43.

¹²⁰ *Carpintaria de limpos* por oposição à *carpintaria de toscos*, referindo-se a todos os trabalhos em madeira para a construção, com funções não estruturais, principalmente caixilharias, portas e janelas, soalhos, etc..

datado de 1877. Igualmente em madeira são os pavimentos da sacristia e da sala de reuniões da antiga Irmandade.

Se para as portas e janelas da 'nova' capela-mor, há o registo do pagamento de madeiras de casquinha¹²¹, já para as restantes peças não há certezas quanto às qualidades de madeira utilizadas. Por seu lado, em intervenções recentes (finais do séc. XX) as estruturas de madeira que encontramos a suportar revestimentos em chapas de zinco atrás referidas, são de vigamentos de pinho, eventualmente tratado com produtos preservadores de madeira, prevenindo o ataque por insectos xilófagos, bem como promovendo alguma resistência a humidades.

Embora de menor relevância quantitativa, não poderá deixar de ser referida a presença da madeira em peças de natureza decorativa e escultórica: altares, tabelas, talhas, corrimões, mobiliário, destacando-se entre este, o cadeiral da capela da Ordem Terceira.

5.1.6. Materiais diversos

Como se disse no início, para além dos materiais anteriormente estudados, outros há, presentes no conjunto franciscano, cujo aplicação se pode considerar residual.

Os metais (ferro forjado, bronze, chumbo e cobre) estão aplicados em gradeamentos e guardas de janelas, corrimões, eixos de candelabros, suportes de lamparinas, ferrolhos e fixações de blocos de pedra, portões, ligadores de estruturas de madeira, trancas e ferragens de portas e janelas e finalmente em chapas onduladas de revestimento de coberturas, sino e instalações eléctricas.

As pedras artificiais de natureza hidráulica, concretamente os ladrilhos hidráulicos, do início do século XX, encontram-se no pavimento da capela-mor, no pavimento de um anexo conventual do piso 1, voltado a nascente e de utilização cemiterial.

Os restantes, para além dos vidros de diferentes épocas, utilizados em caixilharias de madeira, são todos de aplicação quase contemporânea e são principalmente: os cimentos, os betumes asfálticos, vinílicos, placas de gesso, tintas plásticas e vernizes, encontrando-se principalmente no piso 2, afecto às Oficinas do Convento.

¹²¹ AHMMNovo, D3S1, Ementas 1815-1834, *Inventário do Convento de S. Francisco de Montemor Novo*, p.38.



Foto 5.1.- Convento de São Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria ordinária na fachada primitiva da igreja.



Foto 5.2. – Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria ordinária no alçado interior sul do nártice. .



Foto 5.3. – Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo - alvenaria no interior de santuário no alçado norte da nave da igreja.

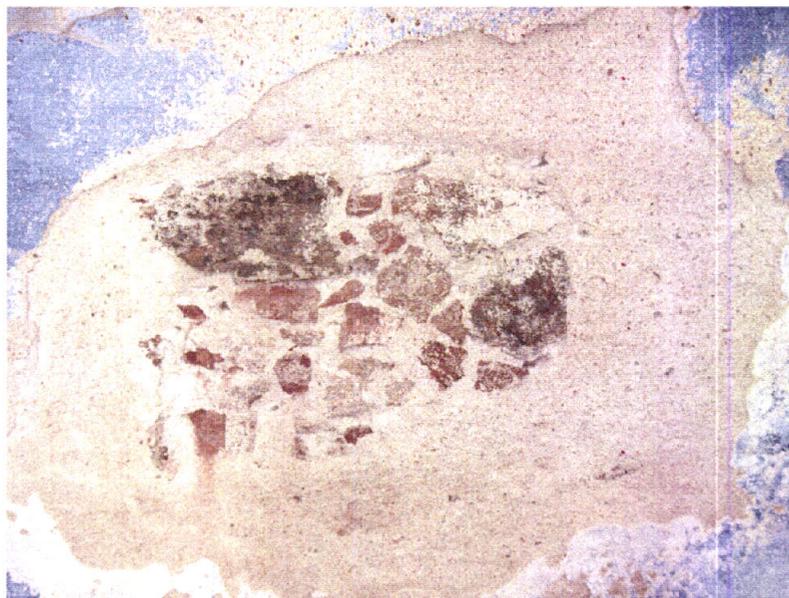


Foto 5.4.- Convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: no interior da igreja, alvenaria mista de pedra e tijolo.



Foto 5.5. – Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria mista na parede exterior do ala norte do claustro.

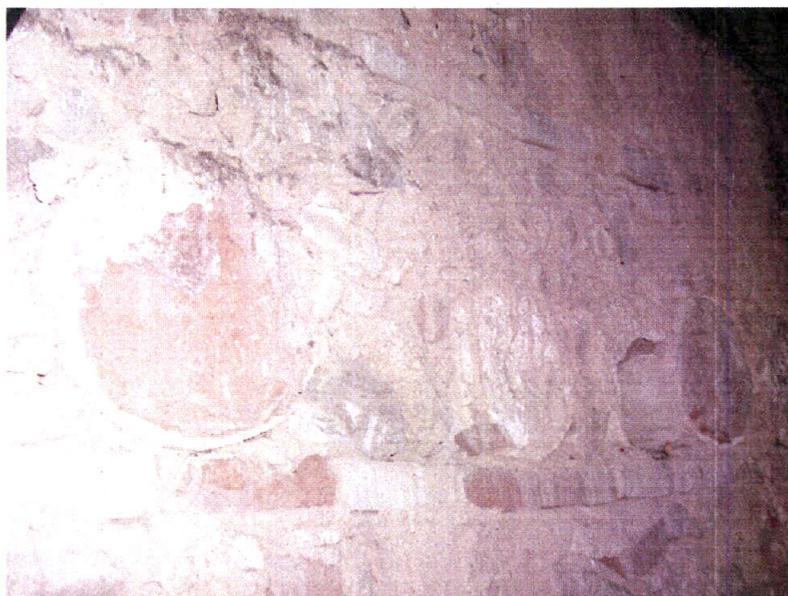


Foto 5.6. - Convento de São Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria mista na caixa de escadaria a norte da capela-mor.



Foto 5.7.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: bloco de granito trabalhado, aproveitado de anterior construção.



Foto 5.8.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: granito trabalhado, reaproveitado de construção anterior.

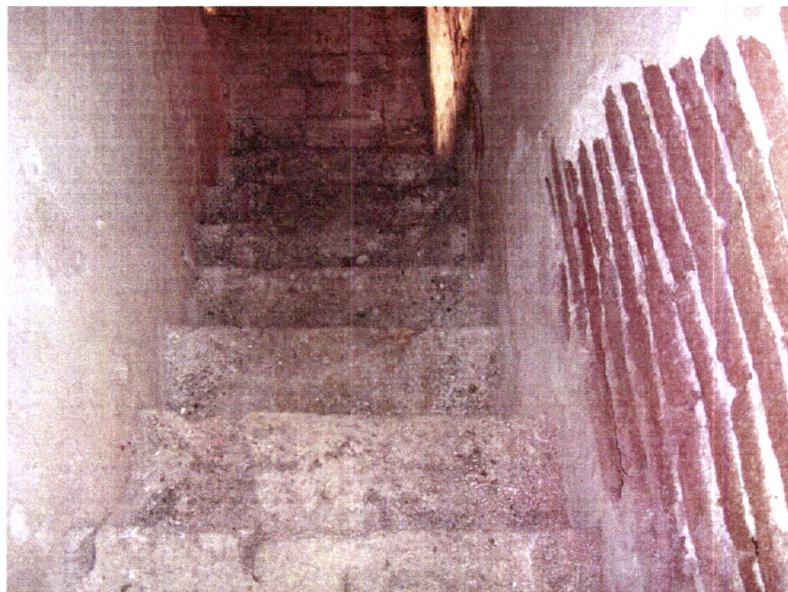


Foto 5.9.- Convento de São Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria "pura" de tijolo, na escadaria de acesso ao coro-alto.



Foto 5.10.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria de tijolo no "miolo" de panos de alvenaria de pedra.

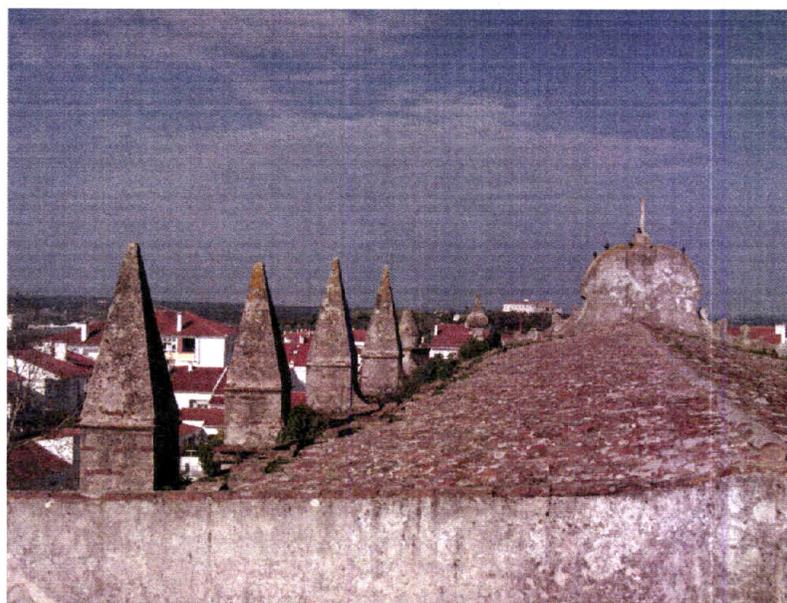


Foto 5.11.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: cobertura da igreja em telha cerâmica de canudo e pináculos piramidais de pedra nos contrafortes.



Foto 5.12.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: diversas formas de aplicação do tijolo de barro neste altar do alçado norte da igreja.

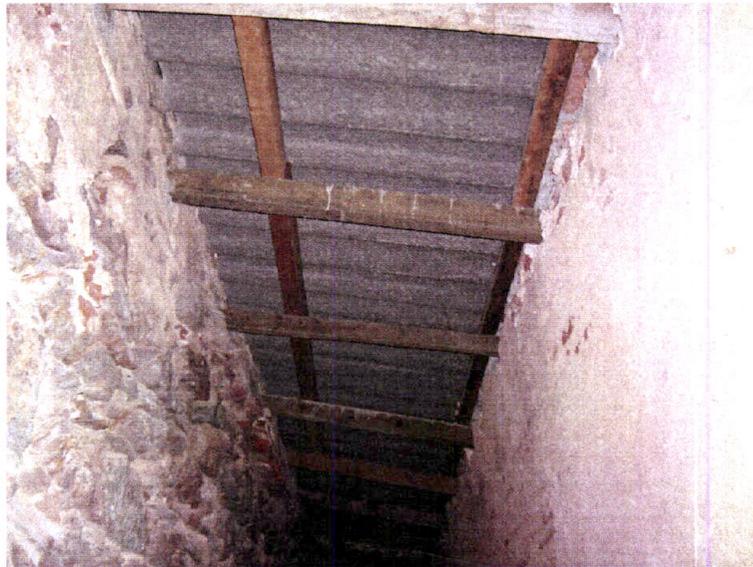


Foto 5.13- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: na igreja, a madeira como material estrutural em coberturas.

5.2. TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

5.2.1. Fundações

Com vista à identificação da natureza das fundações de paredes e contrafortes da nave da igreja, foi aberto um poço de inspecção na prumada interior da parede norte. Da escavação realizada, verificou-se a existência de fundação directa, que se crê contínua, de alvenaria de pedra, de natureza não granítica, arrumada à mão, com blocos de forma tendencialmente planar. Devido a séculos de contacto com o terreno e à presença da humidade, verificou-se que as argamassas são quase inexistentes ou muito degradadas. Importante é referir desde já, embora não se estando aqui num capítulo de diagnóstico de anomalias, o grande teor de humidade dos materiais da escavação, como da própria fundação.

Não se verificou uma diferença de secção transversal entre a parede e a respectiva fundação. Nas situações em que está em presença de um solo de fundação muito resistente, por vezes mais resistente que a própria alvenaria que nele se está a fundar, não é comum haver diferença de qualidade entre a alvenaria da fundação e a alvenaria da parede.¹²² Não é a situação que se nos apresenta.

Nos alçados norte e nascente, do corpo adjacente a norte do nártice, a erosão do solo permitiu a observação directa, parcial, da respectiva fundação. Nestas zonas é constituída por fiadas de alvenaria de tijolo, ligeiramente mais larga que a parede em alvenaria de pedra que suporta.

Por outro lado, foram realizadas mais três sondagens em locais exteriores com fácil acessibilidade, aproveitando a diferença de cota altimétrica relativamente à soleira da igreja, diferença criada quando da construção do arruamento (cerca do ano de 1938), que permite presumir estar-se abaixo da fundação primitiva. Donde se concluiu:

- a profundidades de 1,45m, de 1,60m e de 0,90m já não se encontram fundações;
- conjugado com o resultado do poço de sondagem realizado no interior da igreja, as fundações terão uma profundidade entre 0,70m e 0,90m;
- o solo de fundação é constituído por terra dura, saibro castanho-amarelado, resultante de granitos muito alterados. Aliás era visível um afloramento natural no espaço de logradouro situado entre o convento e o edifício da Cadeia Civil.

¹²² APPLETON, João – *Reabilitação de edifícios antigos. Patologias e tecnologias de intervenção*, Edições Orion, 1ª Edição, Amadora, Setembro de 2003, p. 14.

5.2.4. Pavimentos e escadas

Haverá que distinguir, desde já, entre os pavimentos térreos (piso1) e os pavimentos elevados. Nos pavimentos térreos tem-se uma grande diversidade de situações construtivas. No claustro subsistente, sob as arcadas, como também na quadra central, tem-se neste momento a terra batida, com o terreno natural praticamente inalterado, sujeito a pequena regularização e periódicas reposições de saibro, compactada pelo pisoteio.

No nártice tem-se argamassa de cal (e talvez já cimento), sarrafada ou atalochada¹²³, constituindo uma betonilha, crendo-se que não será o pavimento original, provavelmente também térreo ou em calçada irregular.

A nave da igreja tem o pavimento em soalho de madeira, com exclusão da faixa central de sepulturas, com tampos funerários em mármore. Crê-se que este pavimento final, parcialmente sobre aterro, tal como acontece no nártice, também não seja o original. Tal poderá concluir-se pela identificação de faixa de azulejo em rodapé, parcialmente encoberta por este pavimento assoalhado. Corresponderá a campanha de obras de melhoramento, na utilização que passou a ter após a instalação do cemitério municipal. A presença mais constante e prolongada de pessoas, terá justificado a necessidade de intervir no sentido de melhorar o conforto térmico do espaço. O mesmo se poderá dizer relativamente à Capela da Ordem Terceira.

A capela-mor tem também uma parte em soalho de madeira, envolvido por áreas em mosaico hidráulico e mármore. Corresponderão também a intervenções no início do século XX (1901). Áreas não públicas da cabeceira, mantêm ainda o pavimento em tijolo de barro (baldoza). O mesmo acontece na sala do Capítulo.

Nos espaços situados a sul do claustro, em todos eles e de forma cada vez mais pronunciada, devido ao aumento da inclinação do terreno natural de implantação, os pavimentos inferiores são parcialmente fundados em aterros. Haverá aqui que excluir, a sub-cave criada sob a sacristia da capela da Ordem Terceira.

Nos pavimentos elevados tem-se revestimentos finais de betonilha (argamassa de cais e areias), a tijoleira de barro (coro-alto e terraço sobre a capela-mor), os betuminosos no terraço acessível do claustro e os linóleos nas salas do piso 2 do corpo nascente do convento: camarata, sala dos leilões de arte e instalações administrativas da Associação Oficinas do Convento, corpo que foi objecto de obras de recuperação de Abril a Novembro de 2001.

¹²³ Consoante a regularização seja efectuada por intermédio da utilização do *sarrafo* de madeira ou da *talocha de pedreiro*.

Todos estes pavimentos elevados, estão estruturalmente baseados em abóbadas de cruzaria de ogivas, abóbadas de canhão ou abobadilhas alentejanas, com *carregos* de terra ou mistura desta com materiais granulares provindos de resíduos de construção ou indiferenciados. Sendo estas estruturas de apoio inferior, em geral com formas abatidas, os enchimentos terão tido volumes de trabalho pouco significativos.

No que concerne a escadas, havendo-as também correspondentes a várias campanhas de obras, diferentes nos materiais finais, mas semelhantes em técnica construtiva. Talvez as mais antigas, em granito envelhecido pelo tempo, no acesso lateral direito ao tardo da capela-mor e talvez subsistentes da sua pré-existência, as de acesso à antiga sacristia e de acesso ao tardo do altar-mor em tijoleira de barro, em granito as de acesso ao coro-alto e as de acesso à sala de leilões de arte (estas aproveitando o mesmo desvão onde se situam as que sobem ao campanário). Esta escadaria principal, para acesso ao terraço de cobertura da capela-mor, tem um primeiro lanço em madeira a que se seguem lanços com degraus maciços em mármore, coectâneos com a reforma da referida capela-mor (século XIX).

Todas baseiam o seu apoio estrutural em abóbadas de canhão (inclinadas) e troços amaciçados. Por vezes, o eixo dessas abóbadas é ortogonal ao eixo da escadaria, criando-se então arcos de passagem e circulação no piso inferior.

5.2.3. Paredes e contrafortes

Salvo raras excepções, em que desempenham funções de mera compartimentação de espaços, todas as paredes do conjunto edificado em estudo, têm como principal finalidade, para além do confinamento vertical dos espaços cobertos, o desempenho de funções estruturais, no que se pode considerar uma estrutura de alvenarias resistentes.

Se numa forma geral, as referidas paredes absorvem esforços resultantes de reacções de apoio transmitidas por arcos, abóbadas, abobadilhas e estruturas de madeira das coberturas, nalguns casos, resultantes de alguma inclinação planimétrica natural do terreno de implantação do conjunto, a sua função estrutural não se limita ao desenvolvimento de esforços normais, desempenhando também funções de resistência ao deslizamento e ao derrubamento, mercê da sua presença como muro de suporte do terreno. Isto verifica-se principalmente no corpo nascente do claustro, no qual a cota de soleira dos compartimentos do piso 1 situados mais a norte, é bastante inferior à cota do terreno do lado do cemitério. Tal também acontece na parede norte da sala térrea que

existe sob a capela Ordem Terceira, bem como na parede sul da nave da igreja, que suportará os impulsos activos dos solos de aterro da mesma.

Analisadas pelo exterior, e devido ao facto da totalidade das paredes se encontrar rebocada e caiada ou estucada e pintada, não é fácil a tarefa inspectiva de identificação exacta da sua constituição. Apenas no interior do nártice e na parede exterior norte do claustro se identificam locais aptos à realização de actos inspectivos.

No interior dos espaços, devido à degradação dos revestimentos ou por ausência total e inicial dos mesmos (caso da caixa de escada de acesso ao terraço sobre a capela-mor), tal avaliação tornou-se mais concreta e objectivamente mais fidedigna.

Dimensionalmente, temos no conjunto paredes cuja secção transversal vai desde um mínimo de 0.30m até um máximo de 3.00m. Estas paredes de anormal espessura localizam-se no alçado norte do antigo refeitório, no alçado nascente da sala do Capítulo e na parede norte da capela-mor. Se aqui tal se deverá à necessidade de, a uma cota superior, se desenvolver a caixa de escada de acesso ao campanário, já nas outras duas situações não se identificam razões estruturais para tal.

Do estudo efectuado concluiu-se pela existência em paredes exteriores e interiores, de diferentes tipos de alvenarias, assim identificadas:

- Tipo 1) Alvenaria ordinária de pedra;
- Tipo 2) Alvenaria ordinária mista de pedra e cerâmicos;
- Tipo 3) Alvenaria de tijolo (burro, lambaz e baldosa);
- Tipo 4) Alvenaria "armada" de tijolo e madeira;

Pela análise efectuada concluiu-se que as diferentes alvenarias em presença, têm alguma relação com as épocas ou as fases construtivas distintas, antes terão uma relação mais aproximada com o tipo de elemento construtivo-arquitectónico em que participam ou em que são o material constituinte. Deste modo, onde se verifica a existência de singularidades arquitectónicas ou enchimentos, temos uma maior presença da alvenaria de tijolo e por vezes mista.

Sobre a natureza e características intrínsecas dos materiais primários constituintes destas alvenarias, já anteriormente se fez uma abordagem. Acrescenta-se contudo, que parece haver uma maior qualidade das alvenarias das fases seguintes de construção, comparativamente com as alvenarias do que se identifica como primeira fase de construção. Esclarecendo melhor, afirma-se que essa maior qualidade derivou de uma também maior qualidade das argamassas de ligação utilizadas. Assim, na primeira fase têm-se argamassas com base em maior incorporação de materiais terrosos (terra argilosa e saibros), na segunda e terceira fases verifica-se que as argamassas são de muito maior resistência, motivada pela utilização de traços *mais ricos*, isto é, com maior percentagem do ligante cal. Tal comparação poderá fazer-se, por exemplo, entre a parede exterior norte do

claustro (foto 5.5) e as paredes extremas da demolição do piso superior, a poente, ou com o interior do desvão correspondente à caixa de escada de acesso ao campanário.

Estas argamassas de assentamento, cuja função é, sobretudo, o preenchimento de espaços entre os inertes grossos e por vezes tijolo, criando uma base uniforme e evitando a necessidade de “aparelho”¹²⁴, mais demorado e mais dispendioso, funcionam também como pontos de ligação importantes com as argamassas de revestimento. As argamassas de cal e areia que se referiram como utilizadas nas segunda e terceira fases de construção, são comuns em paredes de construções antigas e por vezes eram-lhe adicionados componentes com vista a melhorar as suas propriedades. Entre esses aditivos encontravam-se compostos de natureza orgânica como sebo animal e borras de azeite, que incrementavam o seu grau de impermeabilidade.¹²⁵

Foi realizado um estudo detalhado sobre as paredes da igreja e anexos conventuais, tentando-se obter conclusões sobre as relações geométricas utilizadas, que se encontram descritas no quadro seguinte:

Espaço	Parede	E (m)	H (m)	H/E (m)
Igreja - nave	Laterais	0.90	11.00	12
	Principal	1.00	11.00	11
Igreja - capela-mor	Laterais	1.60	6.00 (n)	3.75
	Laterais	1.60	11.00	6.88
	Fundo	2.30	11.00	4.78
Capelas meridionais	Laterais	1.25 a 1.30	6.50	5
	Fundo	0.85 a 0.95	5.50	6.11
Corpo nascente do convento	Nascente	1.40	8.50	6.07
Refeitório	Poente	1.40	8.00	5.71
	Nascente	0.70	8.00	11.42
		0.70	4.00	5.71
		0.70	2.00 (n)	2.85
Claustro	Norte	0.70	8.00	11.42

Sendo H - altura do pano de alvenaria

E - espessura da parede (em toco)

Hn- altura do pano de alvenaria até às nascenças das abóbadas

Da análise do mesmo podem-se obter as seguintes conclusões, de eventual interesse para futuro projecto de arquitectura:

¹²⁴ Aparelho- designação comum para pedra aparelhada, trabalho realizado por canteiro.

¹²⁵ CÓIAS, Vítor – *Inspeções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios*, IST Press, Lisboa, Setembro de 2006, p.30.

Paredes exteriores (do envelope)

$$5 < H/E < 6$$

Paredes com contrafortes

$$11 < H/E < 12$$

Paredes onde descarregam abóbadas cilíndricas (de canhão)

$$2.85 < H_n/E < 3.75$$

Por outro lado, ainda se concluiu sobre a redução de espessura de paredes, a cada subida de um piso. Tal redução não é uniforme, sendo dependente da localização da parede que se está a considerar. Assim:

Paredes exteriores $\Delta=0.30\text{m}$

Paredes interiores $\Delta=0.15\text{m}$

Não será aqui alheia, a necessidade de redução de massas na vertical, em paredes que não se encontram bilateralmente em equilíbrio estático, relativamente a esforços de derrubamento, conseguindo-se assim redução de momentos na sua base.

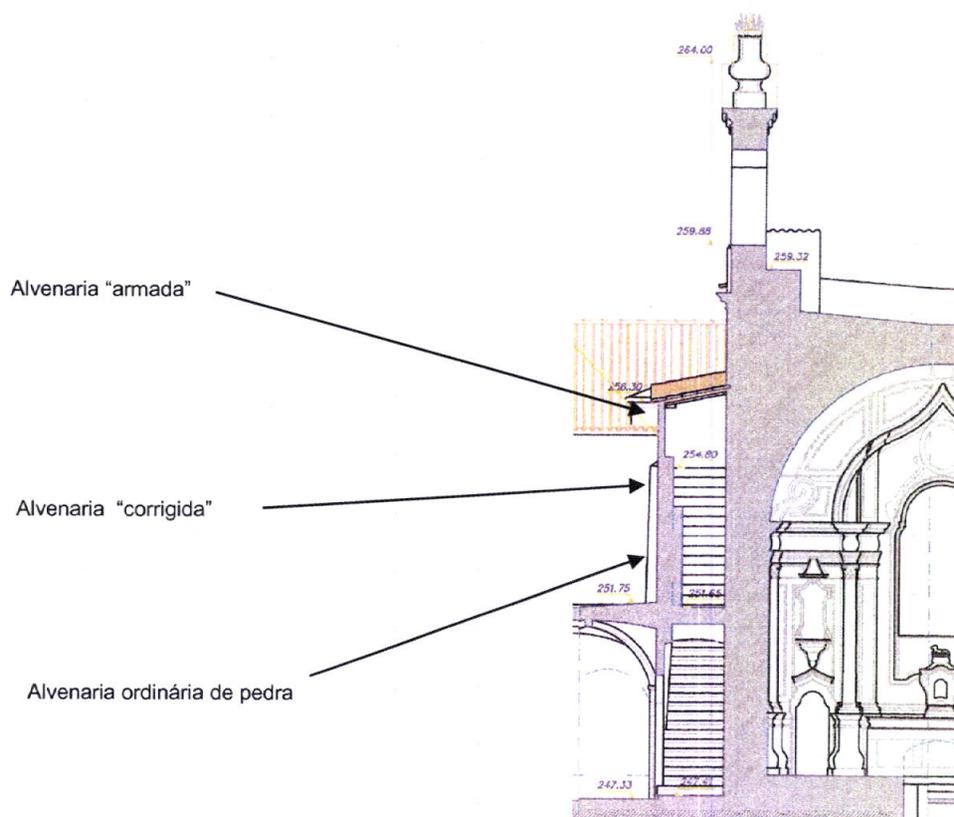
De referir ainda que, de uma maneira geral, se constata um razoável desempenho das paredes resistentes de alvenaria subsistentes, com as excepções que são caracterizadas no capítulo de Diagnóstico.

Por último, afirmar-se a presunção da existência no interior das paredes mais antigas e de maior dimensão, de arcos de descarga em tijolo do tipo 'baldosa'. Estes arcos, de diâmetro da mesma ordem de grandeza do afastamento entre contrafortes, observam-se na parede norte da nave da igreja e nas paredes exteriores do anexo norte adossado ao nártice. Tais arcos não se visualizam na alvenaria de pedra da capela-mor, nem nas fotografias da reconstrução de parede do corpo nascente do claustro.

Ainda, e devido à sua singularidade, vai desenvolver-se com maior detalhe, o estudo relativo a uma secção de "alvenaria" de tijolo e elementos resistentes em madeira, localizada no vão superior da escadaria de acesso ao terraço, implantado a norte da capela-mor.

A referida parede é constituída por paramentos verticais de tijolo de barro com as dimensões de 30x15x5, assentes com argamassa de cal e areia, em posição sub-angular (em semelhança ao *opus spicatum* romano mas disposto na vertical), separados por elementos de madeira verticais, afastados 0,60 a 0,65m, actualmente já bastante

degradados por ataque de xilófagos e podridão (foto 5.16 e foto 5.17). Não se identificou em todo o conjunto construído, outra qualquer zona de alvenaria desta natureza. Não se trata de tabique nem de parede tipo gaiola pombalina, apenas se encontrando semelhanças com o *enxaimel* do Sul de Portugal ou com a *taipa de rodízio* característica de algumas construções antigas do Norte de Portugal e do *entramado ariostrado*¹²⁶ usado em diferentes regiões de Espanha, nomeadamente Castela e Astúrias ou com o *frontal à galega*, a designação portuguesa da técnica construtiva originária da Galiza . Encontra-se ainda alguma semelhança com o *fachwerk* na Alemanha, ou com as construções *himis* na Anatólia (Turquia)¹²⁷. Nestas tipologias construtivas, a madeira introduz um comportamento elástico à estrutura, constituindo a *alma* da parede. É uma técnica construtiva de origem medieval que se generalizou desde o século XVI, em territórios onde abundava a madeira apta para construção. Exactamente como a parede que se tem em presença, não se encontrou em toda a bibliografia consultada, antiga e contemporânea, qualquer referência a alvenarias com estas características. Ao longo dos anos de intervenções em edifícios com alvenarias resistentes antigas em Montemor-o-Novo, ainda não se havia encontrado este modelo tipológico de “*alvenaria armada*”.



¹²⁶ CARRIÓ, Juan Monjo – *Tratado de Rehabilitación, Tomo 3 Patología y técnicas de intervención. Elementos estructurales*, DCTA – Universidad Politécnica de Madrid, Editorial Munilla-Lería, Madrid, Agosto 1998, p.99.

¹²⁷ COBANCAOGLU, Tulay – ““Himis” construction system in traditional Turkish wooden houses”, em *Historical Constructions*, Paulo Lourenço e P.Roca (Editores), Guimarães, 2001, p.806.

Colocando-se a hipótese, de ser um antigo vão ou abertura correspondente a torre sineira da antiga ermida pré-existente ou da capela-mor original, porque não o seu fecho com alvenaria ordinária de pedra como a restante parede ou então alvenaria de tijolo? Crê-se deste modo que poderá não ter sido qualquer uma destas situações mas sim, de acordo com a análise conjugada do levantamento arquitectónico, um último troço de parede lateral, de menor espessura (0.16m), que o mestre construtor entendeu aligeirar com a aplicação desta tecnologia.

Ainda na mesma parede identifica-se um outro tipo de alvenaria, ordinária, em que a presença do material cerâmico, assume uma maior regularidade, traduzida pela existência de fiadas horizontais, longitudinais, de tijolo com características morfológicas semelhantes, espaçadas altimetricamente cerca de 0.50m, espaço "preenchido" pela dita alvenaria de pedra com argamassa de cal (foto 5.18). Crê-se que as camadas horizontais de tijolo, introduzirão alguma homogeneidade na transmissão de esforços, face à irregularidade existente na alvenaria ordinária "pura". Quase que se encontra aqui, uma similitude com alguma construção unibloco em terra crua, a taipa, em que na separação dos vários blocos, se aplicavam camadas de argamassa de cal, pedras, ou elementos de tijolo. Será uma "adaptação" das regras da alvenaria em pedra talhada, tentando garantir, durante a execução, as regras de horizontalidade das fiadas por via deste nivelamento sistemático a alturas regulares, a verticalidade dos paramentos e o monolitismo pelo travamento entre blocos.

Parece ter-se aqui, um interessante exemplo de estudo, em que a necessidade da redução de massas na vertical, conjugado com a função estrutural de resistência ao derrubamento, implicou a redução de espessura de cada secção, que por sua vez obrigou a processos construtivos distintos, função da dimensão e natureza dos materiais aplicados.

Conclui-se afirmando a existência do que se pode considerar como uma variedade alargada de tipologias no que concerne a alvenarias de paredes, variando materiais, dimensões, forma de assentamento e qualidade das argamassas utilizadas, em suma, técnicas de construção diferentes.

No conjunto de edificios que constituem o objecto de estudo, os contrafortes apresentam-se em vários locais, com diversas secções e diferente caracterização construtiva.

Os contrafortes da nave da igreja, principalmente a sul, pela sua volumetria e imponência, aliada à sua terminação, são um elemento construtivo marcante do alçado da igreja. Têm uma secção visível de 1.00x1.00 (m), sendo construídos em aparelho de granito até determinada altura, a partir da qual, duas alternativas se colocam:

- Construídos na sua totalidade em alvenaria mista, até à cota de assentamento dos pináculos;
- Constituídos por pilares de pedra aparelhada, envolvidos pela dita alvenaria mista ou por alvenaria de tijolo.¹²⁸

Nesta segunda possibilidade, tal técnica construtiva, resultará da escassez local de pedra para aparelhar, satisfazendo-se desta forma, a necessidade de garantir um núcleo mais rígido e resistente, ao qual se adiciona o peso próprio da alvenaria mista envolvente. Os contrafortes terminam com pináculos piramidais em pedra, bastante acima da cota do beirado, com uma redução de secção transversal para 0.70x0.75 (m).

No alçado norte da igreja, pode ver-se um dos contrafortes no desvão da caixa de escada, em silhar de granito assente “à junta travada”. Este contraforte, correspondente ao arco triunfal da capela-mor, foi interrompido ao nível do piso 1, para abertura de galeria de modo a permitir o acesso ao púlpito mais recente. Exteriormente, os contrafortes deste alçado, têm dimensões da mesma ordem de grandeza, contudo não possuem pináculos. Terminam com revestimento em telha de canudo semelhante e na continuidade à da cobertura.

Planimetricamente, os contrafortes são ortogonais às paredes laterais, exceptuando-se os dos cunhais da banda ocidental, correspondentes à primitiva fachada, que são oblíquos. Estes, ou pelo menos o que se situa a sul, tem uma secção na base de 1.30x1.40 (m), sendo de aparelho “pardo”¹²⁹ até cerca de 2.00m de altura.

Por sua vez, os contrafortes da capela-mor implantados no alçado sul, têm as suas secções superiores, com faces exteriores oblíquas relativamente ao plano da parede. São todos em aparelho de granito, de menor altura total e menor secção transversal, podendo, como já foi afirmado, corresponder à pré-existência da Ermida de N^a. Sr^a. da Graça (ou das Graças). Duas situações distintas se podem aqui identificar:

- O contraforte situado a nascente, numa fase inicial terá estado implantado num cunhal, oblíquo ao mesmo. Com o prolongamento da construção para nascente, terá sido parcialmente absorvido, restando aparente apenas uma secção triangular;
- O contraforte correspondente ao actual arco triunfal da capela-mor, poderá ter sido também oblíquo, tendo sido absorvido com o prolongamento da construção para poente, ou ter, no troço inferior, secção rectangular, ortogonal à parede, sendo no troço superior alterada para secção pentagonal.

Nos anexos da capela da Ordem Terceira, os quatro contrafortes existentes implantam-se ortogonalmente às paredes e têm uma secção de 1.15x0.90 (m).

¹²⁸ APPLETON, João e outros – *Convento de São Francisco / Montemor-o-Novo Diagnóstico estrutural e não estrutural*, Julho 2007, p.6. (policopiado)

¹²⁹ Aparelho “pardo” ou aparelho de “pedra parda”, granito local com o grau de alteração intrínseco muito significativo, resultando uma coloração amarelada.

No edifício adossado ao nártice da igreja (antiga portaria), no seu alçado poente têm-se dois grandes contrafortes, diferentes entre si. A sua secção transversal é variável de 1.10x1.00 (m) junto à fundação constituída por soco, até 0.95x0.90 (m) no seu corpo, até uma cota altimétrica semelhante à do apoio do arco abatido do nártice, sendo que a partir daí a secção transversal é reduzida para 0.70x0.90 (m). O referido corpo intermédio é construído em granito aparelhado, apresentando-se os restantes corpos rebocados a argamassa de cal e areia, crendo-se que serão em alvenaria de pedra ou de tijolo. O segundo contraforte é diferente, não se identificando o corpo intermédio em granito. A partir do soco a sua secção transversal é constante com as dimensões de 1.00x0.90 (m).

Por último, analisam-se os contrafortes da arcaria do claustro subsistente, nos seus corpos a sul, nascente e norte. Têm uma secção média de 0.65x0.65 (m), excluindo-se os dos cantos, de secção pentagonal, simétricos relativamente a cada um dos corpos claustrais. A sua base (lado virado para a quadra) tem 0.65m e os restantes 0.35 a 0.40 m. Estes contrafortes são em pedra de granito aparelhada, tal como os pilares de apoio aos arcos, no alçado nascente, sendo de aparelho misto de granito e tijolo nos restantes alçados. De referir a existência de sanca em granito na separação com o troço seguinte. Todos os contrafortes têm actualmente uma gárgula em material cerâmico, para escoamento das águas pluviais dos terraços acessíveis. De acordo com registos fotográficos antigos (meados do século XX), os contrafortes teriam um desenvolvimento correspondente à altura dos dois pisos, não existindo na altura as referidas gárgulas e sendo a técnica construtiva utilizada nesses prolongamentos em altura, igual à utilizada no primeiro troço.

5.2.4. Tectos

Nave da igreja

É composta por cinco módulos com delimitação correspondente aos contrafortes observáveis do exterior. A abóbada nervurada tem um vão de cerca de oito metros, sendo que os arcos principais têm uma corda superior a nove metros.

A abóbada artesoada, tem as nervuras constituídas por tijolo de barro “ao alto” e tem aresta boleada. As faces da abóbada são de tijolo do tipo baldoza, desta vez assente “ao baixo”. As nervuras transmitem os respectivos esforços a mísulas de apoio, em granito, encastradas nas paredes de alvenaria ou nos contrafortes, se a secção destes atingir a face interior da nave.

Apesar de rebocadas e caiadas, as abóbadas permitem identificar a existência anterior de arcos secundários (os liernes), aparentemente com função estrutural acessória. Apesar da ainda enorme beleza do tecto desta nave, cuja data de alteração não foi possível determinar, dar-lhe-iam ainda maior importância estética e ornamental (foto 5.19).

Os nervos torais, os formeiros e as nervuras principais ainda subsistem. No cruzamento ou fecho destes, existem chaves-mestras circulares em granito, decoradas com esferas armilares (8 unidades) e escudos das armas da Casa Real (1 unidade). As chavetas intermédias, igualmente de granito têm elementos flóricos e naturalistas, e situam-se exactamente no ponto de intersecção dos liernes (removidos).

Colocou-se a hipótese de os nervos secundários estarem incisos nas próprias faces das abóbadas, situação invulgar, mas com alguma analogia com as designadas vigas invertidas utilizadas nas estruturas em betão armado. Conhecendo-se as funções estruturais a desempenhar por nervos e faces, tal situação só seria técnica e construtivamente viável com base em elementos de ligação (metálicos) que “aferrolhassem” o topo de tijolo de face com tijolo de nervura, de modo a garantir a solução de continuidade no intradorso das abóbadas. Não parece ser este o processo construtivo adoptado.

As mísulas, com forma tendencialmente prismática, em obra grosseira, conservam decoração da arte manuelina, sendo todas diferentes, havendo-as com dois níveis.

Capela-mor

Sofreu intervenção de reconstrução e/ou alteração no início do séc. XIX, determinadas pelo Guardiã Padre Frei Manuel Maria Monteiro e concluídas durante a guardiania do Padre Frei José Maria de Santa Ana Menezes, já em 1819. O seu tecto é constituído por grande abóbada de canhão assente nas paredes laterais de alvenaria, paredes estas “auxiliadas” por contrafortes localizados apenas nos cunhais. A abóbada tem uma corda de 7.80m e uma altura de 4.00m. Esta abóbada, em tijolo de barro, que se julga assente ao alto, tratando-se aqui de uma suposição atendendo a que não foi efectuada qualquer sondagem.¹³⁰

A separação entre a nave e a capela-mor é feita por um arco triunfal, com a espessura aproximada de 0.95m. É ornado de estuques escaiolados e armorejado com as insígnias franciscanas do lado da nave, enquanto que no lado interior já possui os guarnecimentos e pinturas de tinta de água comuns a toda a capela.

¹³⁰ Será de supor que antes dos aludidos trabalhos de reconstrução, o seu tecto terá sido tipologicamente semelhante ao da nave, característico do manuelino tardio e comum na arquitectura religiosa do Alentejo

Nártice e Coro-alto

Este corpo que corresponde à 2ª fase de construção, articula-se com bastante coerência com os volumes da nave. O nártice é antecedido por largo arco abatido com uma espessura de 1.70m e tem tecto em abóbada com quatro nervuras de aresta viva, da maior simplicidade com o tijolo lambaz assente ao alto, com 0.17m de largura. As nervuras vão apoiar em mísulas de granito. Esta abóbada tem as faces com tijolo de barro disposto ao baixo e funciona como pavimento do coro-alto, que se situa sobre o nártice.

O coro-alto tem tecto em abóbada de canhão, com forma ligeiramente abatida. A abóbada está construída em tijolo de barro tipo "baldosa" (peça de muito menor espessura face às restantes dimensões principais) assente ao alto e encontra-se na continuidade do tecto da nave.

Antigo refeitório

Este espaço é actualmente utilizado como oficina da madeira. Compõe-se de dupla nave com quatro vãos interligados por abóbadas nervuradas que se apoiam em mísulas de granito encastradas nas paredes laterais de alvenaria e em três apoios centrais de granito aparelhado, dois deles de secção circular com diâmetro aproximado de 0.55m e outro de secção quadrangular com cerca de 0.40x0.40 m. As nervuras são de tijolo não tendo sido possível identificar a disposição do tijolo de barro das faces, rebocadas e caiadas.

Sala do Capítulo

O tecto é constituído por abóbada de artesãos extremamente abatida, polinervurada, com as nervuras a apoiarem-se em mísulas de granito localizadas nos cantos e cravadas nas paredes de alvenaria. As nervuras, provavelmente, serão de tijolo de barro ao alto; por seu lado, as faces serão de tijolo ao baixo. De realçar a existência, nos cruzamentos dos diferentes arcos, de chavetas em granito com motivos naturalistas, sendo a chave central de escudete liso (ou propositadamente picado) com cercadura de corda.

Claustro

Os seus tectos são compostos por um conjunto de abóbadas consecutivas apoiadas em ogivas cruzadas, construídas com tijolo lambaz ao alto. Essas nervuras descarregam

em mísulas de granito que se encontram cravadas nas paredes de alvenaria e também nos pilares que igualmente servem de apoio vertical aos arcos de apoio e travamento lateral das abóbadas e que definem a arcaria do claustro.

Os pilares são de silharia de granito nos corpos nascente e sul e em alvenaria de tijolo (ou mista de tijolo e aparelho) no corpo norte. Estes pilares têm uma secção de 0.65x0.90 (m). Possuem uma cimalha a cota equivalente à das mísulas situadas no lado oposto, cimalha onde é feita a descarga das acções provenientes das suprarreferidas nervuras. Os arcos longitudinais são em tijolo de barro tipo baldoza ao alto, o mesmo acontecendo relativamente às faces das abóbadas. Estes arcos pela sua largura muito superior à dimensão máxima da baldoza, tem uma curiosa técnica construtiva que se apresenta pormenorizada na foto 5.20.

Capelas meridionais da igreja

Com tectos de bastante interesse, também com abóbadas nervuradas, tem-se a Capela da Aparição (Capela "das ricas" ou capela das Vargas), a Capela Tumular de Paulo Villa Lobos e Vasconcelos, a Capela da Ordem Terceira e a Capela de Jesus Maria e José. Com cobertura semelhante tem-se a Capela da Ordem Terceira e a Capela de Paulo Villa Lobos e Vasconcelos; as duas restantes apresentam tectos diferentes. Naquelas, as nervuras são bastante elaboradas, construídas a tijolo ao alto, sendo as faces das abóbadas de tijolo ao baixo. As mísulas são em granito tal como as chavetas, estas em número de quatro a seis por capela.

Na Capela da Aparição, a chaveta central tem a cruz da sagração envolvida por uma palma encordoada enquanto que as restantes têm elementos flóricos naturalistas encordoados e pintados a duas cores (foto 3.18).

Na Capela do Santo Cristo o tecto em abóbada de berço com caixotões de estuque decorado com motivos geométricos, identificando-se vestígios de pinturas murais. Ao eixo e ao centro há emblemas de inspiração franciscana.

Os anexos da Capela da Ordem da Penitência têm tectos com aplicação de modelo construtivo distinto. A sacristia tem abóbada de aresta estucada e caiada a duas cores. A sala de reuniões tem tecto estucado tipo masseira, tecto em quadratura com ornamentos nos quatro cantos e ao centro as insígnias franciscanas.

5.2.5. Coberturas

Há que estudar, por um lado, as estruturas de coberturas e, por outro, o revestimento de coberturas, bem como detalhar ou discutir alguns aspectos construtivos menos comuns e aqui introduzidos ou aplicados.

A maioria da superfície coberta do conjunto em estudo é constituída por revestimento em telha cerâmica de canudo. Temos assim: o edifício principal, a igreja, bem como os anexos cemiteriais a sul, a Capela da Aparição e as congéneres situadas a poente dela. O corpo nascente do claustro teve obras de renovação da cobertura, tendo sido substituída a telha de canudo por telha de aba e canudo e beirado comum. Tal renovação também aconteceu nos espaços cobertos propriedade da Paróquia de N^a Sr^a da Vila (Capela da Ordem Terceira e anexos).

No espaço correspondente à antiga portaria e dormitório novo, a cobertura é provisória, por ruína da original, em chapas onduladas de zinco sobre estrutura de madeira. Tal é também o caso da cobertura sobre o vão da escadaria. São o resultado de intervenção de emergência realizada no ano de 2001.

Nas obras de renovação dos edifícios da paróquia, a estrutura aplicada foi baseada em elementos pré-fabricados de betão pré-esforçado.

Na capela-mor da igreja a cobertura é em terraço, com platibanda de alvenaria de tijolo, terraço revestido a tijoleira de barro para impermeabilização e com acentuada inclinação para eficaz drenagem de águas pluviais.

Na nave da igreja, Capela da Aparição e restantes espaços com o revestimento original em telha árabe (de canudo), surge a dúvida sobre a existência ou não de uma estrutura de suporte em madeira a apoiar nas paredes laterais. É nossa presunção que existirá, será do tipo não treliçado, apenas com madres, varedo e ripado e/ou forro. Pode-se igualmente fundamentar esta presunção se se atender à descrição constante de Inventário do Convento, de 21 de Outubro de 1832¹³¹, que refere a compra de madeiras para as coberturas. Não é essa a opinião de João Appleton, que considera a existência de estrutura de suporte com enchimento de terra.¹³²

¹³¹ AHMMNovo, Ementas, D3S1, p.138: “*Dispozição do Convento Obras Que fes a Comunidade: De nove moios de cal e seus carretos; oito centas meias, e seis manilhas: Quarenta e duas dúzias de ripas, e quarenta e cinco virões: mil e oitocentos pregos de ripar, e sete centos de galiota: tudo para o amanho dos telhados dos Dormitórios, Varandas, e Igreja; como também diversos reboucos de portas, e paredes,...*”. O moio é uma antiga medida de capacidade correspondente a 60 alqueires. O alqueire, medida de capacidade aplicada sobretudo a cereais, onde correspondia aproximadamente a 13 litros. Se referido a líquidos, corresponde a 6 canadas ou seja aproximadamente 8 litros. Tem-se então que o moio será equivalente a 780 ou 480 litros, consoante se trata de granéis sólidos ou líquidos.

¹³² APPLETON, João e outros – *Convento de São Francisco / Montemor-o-Novo Diagnóstico estrutural e não estrutural*, Julho 2007, p.44, (policopiado).

Ainda relacionado às coberturas, de destacar o curioso sistema de drenagem de águas pluviais, dos 3 a 4 canais de telhado cuja drenagem é obstruída pela presença dos pináculos dos contrafortes. A água é escoada atravessando os referidos pináculos, onde dá entrada nas gárgulas de granito e daí para os tubos de queda, estes de aplicação já tardia e actualmente fora de serviço.

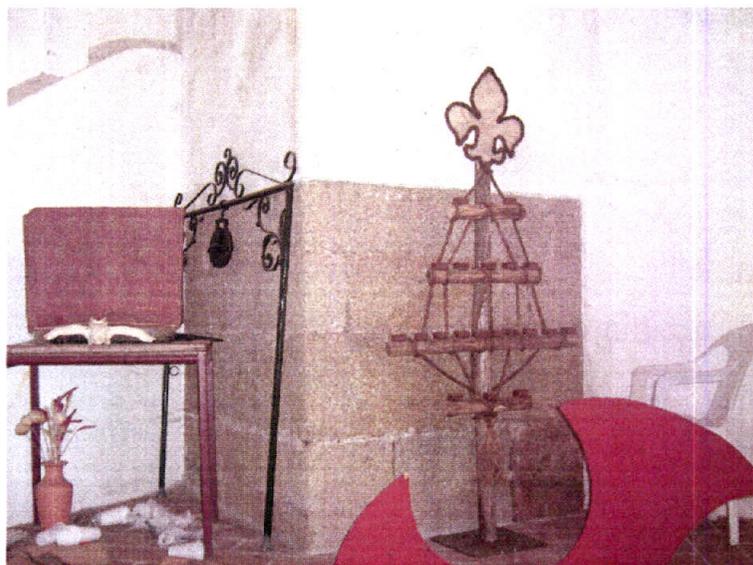


Foto 5.14.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: arranque do contraforte sudoeste.

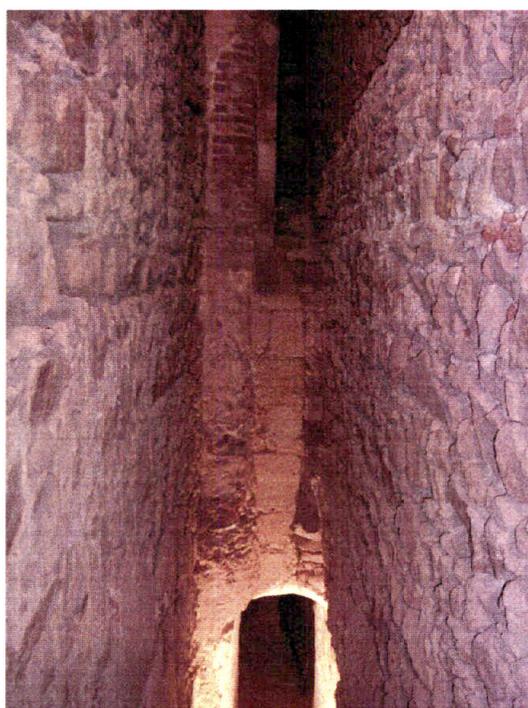


Foto 5.15.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: caixa de escadaria no acesso ao terraço.



Foto 5.16.- Igreja do Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria “armada” com madeira vertical.

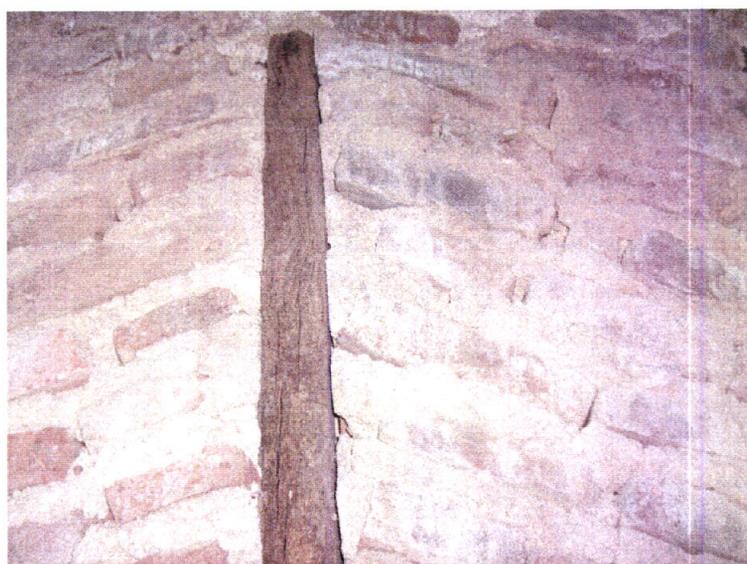


Foto 5.17.- Igreja do Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pormenor da alvenaria “armada”.



Foto 5.18.- Igreja do Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: tipos de alvenaria.



Foto 5.19.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: abóbada do tecto da nave.

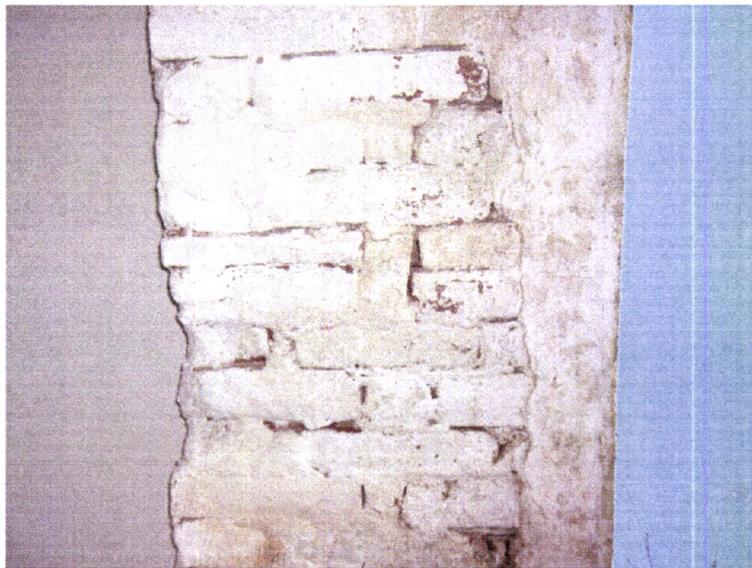


Foto 5.20.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pormenor construtivo de arco do claustro, em tijolo.

CAP 6 - AVALIAÇÃO DO ESTADO ACTUAL DE CONSERVAÇÃO

Cada um dos materiais identificados no edificio e relativos aos diferentes elementos de construção, têm tipos de anomalias, formas de degradação e decaimento que lhes são próprias. Na identificação dessas anomalias deve ter-se em consideração o meio em que determinado material está inserido, isto é, com que tipo de outros materiais ou atmosfera está em contacto directo, que ambiente exterior o influencia, directa ou indirectamente, e qual a técnica construtiva ou de aplicação utilizada. Interessará ainda esclarecer se sofreu intervenções recentes e de que natureza.

A análise visual *in situ* com registo escrito, gráfico e fotográfico, foi repetida nalguns casos, cerca de um ano depois, com o objectivo de, embora de modo grosseiro, poder obter conclusões sobre a evolução de algumas patologias identificadas.

Os actos inspectivos realizados no conjunto edificado decorreram em 2006, 2007 e 2008. Os espaços propriedade da Paróquia de N^ª. Sr^ª da Vila foram visitados a 24 de Setembro de 2008. Como actos antecedentes, há a referir a colocação de testemunhos em gesso, por nós efectuada em 2001.

Para efeito da caracterização das alvenarias em presença¹⁰⁰, para além da observação atenta das zonas nunca rebocadas¹⁰¹ e de zonas com ausência parcial de reboco, foram efectuadas sondagens (picagem do reboco ou rebocos existentes) em locais adicionais, correspondentes, em nossa opinião, a fases construtivas distintas.¹⁰²

Foi efectuado *varrimento a laser* no interior da nave (quatro secções A, B, C e D), cujos resultados se apresentam no quadro abaixo. Verifica-se a existência de falta de verticalidade, não constante, não se podendo afirmar, se os resultados do levantamento estiverem correctos, que existe uma inclinação preferencial. Esses desaprumos não parecem ter grande significado, como sendo resultantes de movimentos ou assentamentos diferenciais do solo de fundação e consequentes movimentos de rotação das mesmas fundações. Dado que não se conseguiu proceder à verificação da existência ou não de empolamentos no reboco, nos pontos de leitura, poderá haver um erro associado às determinações, bem como provável falta de perfeição no próprio acto construtivo. Parece, e pela importância que esta análise se reveste para o diagnóstico e consequente projecto de intervenção estrutural, que esta acção inspectiva *in situ* deverá ser repetida. O mesmo se poderá aplicar às fundações, elemento construtivo que pela sua importância, justifica a abertura de novos poços de inspecção em locais diferentes de outros corpos do conjunto edificado, propondo-se desde já, nos alçados exteriores do claustro e do corpo situado a norte do nártice.

CORTE	Alçado Sul	Alçado Norte	Largura/Cota	Largura/Cota
A	V	▼	8,07m / 0,00	7,96m/ 9,81m
B	▲	▲	8,10m / 0,00	8,08m/8,64m
C	▼	▼	8,18m / 0,00	8,17m/9,78m
D	▲	▼	7,78m / 0,00	7,74m/5,03m

V - Parede vertical

▼ - Parede Inclínada para Sul

▲ - Parede Inclínada para Norte

6.1. Identificação de anomalias

Dos diferentes percursos de inspecção efectuados, resultou o registo individualizado de anomalias com diferente relevância, em diferentes localizações, interessando a

¹⁰⁰ Sobre a metodologia e conclusões da inspecção realizada a fundações da igreja, já os resultados foram apresentados no capítulo anterior dedicado às Técnicas de Construção, concretamente no sub-capítulo 5.2.1..

¹⁰¹ Interior do vão de caixa de escada abrangendo nave e capela-mor (esta com duas fases de construção)

¹⁰² Os referidos locais estão identificados nas fotos 5.1, 5.2, 5.4 e 5.5.

diferentes elementos construtivos e a diferentes materiais. De tal conjunto de informação, definiram-se as principais anomalias, as quais se subdividiram em dois grandes grupos: de natureza estrutural e de natureza não estrutural.

A metodologia de apresentação seguida foi, para o primeiro grupo (de natureza estrutural), segundo o que nos parece ser a sua maior importância e gravidade. Para o segundo grupo uma apresentação mais "arquitectónica", efectuando uma leitura desde os pavimentos até às coberturas.

6.1.1. De natureza estrutural

Fendilhação estrutural em paredes – trata-se duma anomalia típica das alvenarias, pela sua fraca resistência à tracção, aqui apresentando-se generalizada a todas elas. Contudo, a grande fractura vertical, visível no alçado poente da igreja, parece revelar-se da maior importância em todo o conjunto edificado, pela sua dimensão longitudinal e transversal, pelo seu significado em termos de relação com anomalias de outros elementos construtivos e pelo seu estado não estabilizado. Destacam-se, pela sua importância, as restantes fendas no mesmo alçado (parede do nártice e coro-alto), estas de directriz diagonal. Ainda de referenciar fendilhação nas seguintes partes:

- alçado poente da nave, lateral ao portal principal
- na capela-mor, parede de tardo do altar
- nos dois alçados laterais da nave da igreja
- antiga entrada para a capela do Santo Cristo
- acesso ao coro-alto a partir do claustro
- múltiplas e acentuadas no corpo anexo a norte do alçado poente da igreja
- paredes do antigo refeitório
- paredes do claustro
- paredes da sala do Capítulo
- parede exterior norte do claustro.

Fendilhação estrutural em arcos e abóbadas – tal como na anomalia anterior, merece destaque a importante fendilhação existente no arco e abóbada do nártice. A fendilhação existe a toda a largura transversal do espesso arco, propagando-se depois para a abóbada do nártice. Merecem também destaque as fendilhações no tecto do coro-alto e também as existentes no arco triunfal da capela-mor, estas também de directriz diagonal. Também se encontra generalizada na arcaria de ligação entre pilares do claustro.

Outros locais onde se pode evidenciar esta patologia:

- abóbada de canhão do compartimento posterior ao altar-mor

- tecto da nave (pouco significativas)
- arco de separação do coro-alto
- abóbada de canhão do acesso ao piso superior a partir do claustro
- portaria “nova”
- tecto do antigo refeitório
- actual sala dos cerâmicos
- tectos do claustro, em geral.

A anomalia surge diferentemente, consoante o tipo de abóbadas e arcos em presença. Em abóbadas nervuradas, a fendilhação surge nas proximidades dos apoios. Já nas abóbadas de canhão, a fendilhação surge mais frequentemente ao centro. Nos arcos de ligação entre pilares do claustro, a fendilhação apresenta-se a $1/3$, $2/3$ e $3/3$ da sua altura. Poderão resultar de pequenos movimentos de fundações dos pilares e contrafortes, não tendo a alvenaria capacidade de resistência suficiente.

Interrupção ou descontinuidade de contrafortes – apenas se encontra uma ocorrência, no contraforte situado no alçado norte da igreja, na secção transversal correspondente ao arco triunfal. O contraforte foi interrompido na sua base, para abertura de galeria de acesso ao púlpito mais recente. É visível a partir do vão de escadaria de acesso ao terraço.

Interrupção de nervuras em abóbadas – com evidência nas zonas norte do convento, no seu piso inferior, nos espaços anexos às portarias, actualmente funcionando como oficinas de artes. A remoção de parte destas nervuras, seja ela qual for, modifica totalmente o comportamento estrutural das abóbadas, colocando-as mesmo em risco de colapso.

Degradação de elementos estruturais em madeira – anomalia pontual na estrutura treliçada da cobertura da sala de leilões de arte, atacada por xilófagos.

Ruína parcial de parede – no corpo situado a norte do nártice e coro-alto, na ligação ao piso superior do claustro. Poderá representar o local de interrupção do processo de demolição das paredes exteriores do piso superior do claustro.

Eliminação/corte de nervuras secundárias (liernes ou cômbedos) de abóbadas – anomalia existente na nave da igreja, interessando indubitavelmente a elementos estruturais, mas cujas consequências se traduzem, basicamente, em aspectos estéticos e artísticos. De salientar que os nervos eliminados/cortados longitudinalmente, descarregavam as suas forças sobre os vãos de janela existentes. Apesar destes terem

pequena largura, logo pouco sujeito a esforços de flexão, poderá ter sido um aspecto tido em conta para a sua eliminação.

6.1.2. De natureza não estrutural

Degradação de pavimentos em soalho de madeira – na nave da igreja e capela-mor como também na capela da Ordem Terceira.

Degradação de pavimentos em materiais pétreos (naturais ou artificiais) – capela-mor, nave, capelas a sul da igreja, coro-alto, sala do Capítulo e terraço sobre a capela-mor.

Degradação e perda de revestimentos interiores e exteriores – referimo-nos essencialmente, aos revestimentos constituídos por argamassas de cal e areias em rebocos de paredes, tectos e abóbadas, arcos e nervuras, contrafortes, cimalthas, com acabamento final a caição. Trata-se duma anomalia generalizada a todo o conjunto, exceptuando-se alguns elementos construtivos interiores do piso superior, no corpo nascente do convento, por ter sido objecto de obras de conservação em 2000. Esta anomalia será talvez a que mais contribui para o aspecto geral de envelhecimento destes edifícios.

Degradação de revestimentos artísticos (pinturas, esgrafitos, fingidos, etc.) – principalmente na capela-mor, nas capelas a sul, nos altares e em espaços situados a norte da igreja, no piso térreo.

Degradação de painéis de azulejos – igreja, capela da Ordem Terceira, sala do Capítulo, portaria nova, capela da Aparição. Nestes dois últimos espaços, apenas se identificam vestígios da sua existência.

Colonização biológica em paredes, tectos, arcos e contrafortes – na igreja, nas capelas a sul e em todo o claustro.

Vegetação superior (macrófitas) em paredes, coberturas e elementos pétreos – com especial significado na cobertura da nave da igreja, no terraço sobre a capela-mor, na cobertura da capela da Aparição e em pilares e contrafortes do claustro.

Anomalias diversas em materiais pétreos – perda de material, desintegração granular, descoloração, depósito superficial, revestimentos inadequados, que se identificam em peças de origem granítica, principalmente em portais, contrafortes, chavetas e mísulas.

Degradação de caixilharias de madeira – quase comum a todo o conjunto, com pequenas excepções, responsável pelo maior desenvolvimento de outras anomalias noutros elementos construtivos.

Perda de estanquidade da cobertura – anomalia comum a todas as coberturas que não foram objecto de renovação, como a igreja, claustro, capela da Aparição, anexos cemiteriais, corpo adossado a norte do nártice.

Coberturas dissonantes – presentes na caixa de escadaria de acesso ao terraço da igreja, no corpo a norte do nártice e coro-alto, construção a sul no interior do espaço pertencente à paróquia.

Existência de excrescências construtivas – no claustro (ala norte), nos pátios a sul da igreja (paróquia), bem como no interior de algumas salas. Esta anomalia, para além da sua importância arquitectónica, terá, nalguns casos, também importância estrutural, pela alteração de comportamento de abóbadas e arcos.

Degradação de peças decorativas (tabelas, talhas, altares, figuras) – na capela-mor, na nave da igreja e nos espaços da Ordem Terceira. Com várias causas originantes, têm, contudo, consequências similares.

Deficientes instalações integradas (eléctricas, de drenagem, de ventilação, de abastecimento de água) – principalmente na igreja e anexos conventuais a norte, mas comuns a todo o conjunto.

Para além destas anomalias outras há que igualmente contribuem para o mau estado do conjunto edificado, a saber: existência de pavimentos em terra batida no claustro, degradação e desadequação de pavimento sobre o claustro, assentamentos diferenciais de alguns pavimentos, outras soluções construtivas descaracterizadoras de diversa índole como sejam, por exemplo, o entaipamento de vãos, corrosão de materiais metálicos existentes, cancela da Ordem Terceira, correntes de lustres e balaustrada na mesma capela.

6.2. Factores de alteração

A cada uma das anomalias identificadas correspondem factores causais nem sempre únicos, resultando em processos que se cruzam e os seus efeitos conjugam-se e somam-se. Havendo algumas diferenças resultantes de factores intrínsecos aos materiais, crê-se contudo que a maioria das anomalias identificadas se devem a factores extrínsecos aos próprios materiais. Há dois factores que se destacam como os mais importantes para o conjunto das referidas anomalias. São eles: a atmosfera, com a presença da água nas suas diferentes formas, e a acção do homem.

A atmosfera, é o primeiro responsável pelo decaimento físico-químico do monumento: humidade (água), ciclos de alteração de temperatura (gelo/degelo), insolação (evaporação/condensação) e pressão, associados à abrasão provocada pela acção do vento.

A água tem aqui uma marcante presença por via da sua acção directa¹⁰³, como também por via da sua escorrência ao longo dos paramentos verticais das peças e dos elementos construtivos, resultante da ineficiência do sistema de drenagem das coberturas e dos pavimentos.¹⁰⁴ Por seu lado, as características arquitectónicas e morfológicas do edifício têm aqui a sua contribuição. O claustro sendo fechado e pouco amplo, estando adossado nas suas alas nascente e sul a edifícios de altura muito superior e que lhe provocam um enorme sombreamento durante a maior parte do dia, determinam a formação de um nanoclima nas peças de granito, presença de um teor de humidade mais elevado, pontos de orvalho também de maior significado e por essa via mais fenómenos de condensação.

A colonização biológica sob a forma de musgos e de macrófitas (vegetação superior), apresenta-se com bastante significado nos materiais de granito que constituem os pilares e contrafortes da ala nascente do claustro. As rochas sãs têm tendência a ser colonizadas por microrganismos autotróficos (que retiram energia da luz solar) e por heterotróficos (que retiram energia da matéria orgânica) como as cianobactérias, algas, fungos e líquenes.

Os líquenes, por dissolução dos minerais da rocha e agregação de matéria orgânica transportada pela acção eólica ou pela água da chuva (processos de deposição seca ou deposição húmida), principalmente em juntas e frizos e cimalthas, agravado pelo movimento turbilhonar da água ao longo dos paramentos verticais dos silhares de granito, formam um solo incipiente onde se desenvolve a flora contendo os musgos e a vegetação superior.

¹⁰³ Água com entrada directa através de paramentos expostos. Entrada indirecta através de zonas deformadas de coberturas, junto aos beirados (nave), ou de pavimentos fissurados (terraço da capela-mor e terraço do claustro).

¹⁰⁴ Verificou-se ser pequena a parte da água pluvial, cuja drenagem é efectuada através de gárgulas, constituídas com base em manilhas de grés e instaladas em cada um dos contrafortes do claustro.

Por seu lado, nas alvenarias rebocadas com argamassas e caiadas, em fachadas do edifício, nas abóbadas e arcaria do claustro, em tectos da nave e de capelas tem-se a presença de abundantes verdetes (colonização biológica). O escurecimento abundante nas paredes e tectos da capela-mor é uma igual manifestação da colonização biológica, aqui induzida pela água de infiltração através do revestimento da cobertura em terraço.

No portal principal da igreja parece ocorrer alguma desagregação granular tendo-se aqui também como factor causal a acção dos agentes atmosféricos. Não se tem aqui a acção directa da água mas sim os sucessivos e alternados ciclos de evaporação e condensação. Parece haver nestas peças também alguma pátina escurecendo o portal em granito cinzento de grão fino e duas micras.

A presença da água conjugada com as características arquitectónicas e de implantação do edifício, adicionada à falta de ventilação, revelam ser a causa principal das patologias existentes nos pavimentos da nave e capela-mor.

Com efeito, relacionando topográficamente a igreja e o claustro, constata-se que aquela se encontra implantada a cota inferior. Consoante as diferentes secções consideradas, calcularam-se diferenças de cotas de 0,16 a 0,51m, tendo o claustro, como é habitual, ao centro da sua quadra, uma cisterna para recolha e armazenamento de água. Segundo é afirmado pelos actuais utilizadores dos anexos conventuais implantados a norte e nascente da igreja (Associação Cultural de Arte e Comunicação Oficinas do Convento), o descarregador de superfície da cisterna encontra-se obstruído impedindo o seu funcionamento. Sem o recurso a equipamento de bombagem de emergência, o excesso de água drenada para a cisterna, espalha-se pelos pavimentos do claustro. Aliando esta situação aos problemas de drenagem do terraço do claustro, podemos ter aqui uma justificação para o grande teor de humidade encontrado no interior da nave da igreja, responsável por humidades ascendentes por capilaridade como causa imediata para a degradação do património azulejar, de rebocos e até de alguns constituintes das próprias alvenarias, bem como por toda a degradação do soalho de madeira da nave da igreja e da capela-mor.

Referir ainda que a cota do piso não pavimentado exterior à entrada norte do claustro, é superior à cota do mesmo, o que, apesar da existência de rudimentar sistema de drenagem, em momentos de maior pluviosidade se verifica não ser suficiente, ocorrendo a entrada da água remanescente para o interior do convento.

Durante os actos inspectivos realizados, comprovou-se a escorrência de água sobre a calçada da Carreira de São Francisco adjacente ao alçado poente do corpo do edifício que constitua a antiga hospedaria dos peregrinos. Essa água cuja percolação ocorrerá através ou sob as fundações é responsável pelos abundantes sinais de humidades por capilaridade

nas paredes exteriores e contrafortes bem como pela vegetação permanente na referida zona de calçada.

Na igreja, crê-se merecerem a máxima atenção as patologias identificadas na zona da fachada, nártice e coro-alto. Sem dúvida que se verificam movimentos estruturais importantes, das alvenarias e abóbadas constituintes deste corpo da igreja. As fendas existentes aparentam grande antiguidade. Contudo verificou-se, num período de seis anos, um alargamento da fenda principal em 6mm, o que permite concluir que a referida fenda se encontra activa ou não estabilizada.

Tendo em consideração a sua tipologia e a sua localização, julga-se que as referidas fendas, se terão desenvolvido devido à ocorrência de deslocamentos transversais dos apoios (paredes laterais do nártice), por acção de impulsos horizontais transmitidos pelas abóbadas. De facto, como se descreveu em capítulo anterior, as paredes laterais da nave estão seccionadas por contrafortes de grande massa em alvenaria de pedra, para absorverem as acções horizontais permanentes produzidas pelas abóbadas e eventual carregamento. A capela-mor só os possui nos seus cunhais, sendo aqui o tecto constituído por abóbada de berço. O corpo adicionado que constitui o nártice e coro-alto não possui esses contrafortes, daí os graves sinais de instabilidade que se constatarem. De facto este corpo encontra-se diferentemente equilibrado: a sul, não tem contraforte e, a norte, tem outro corpo adossado, com dois pisos.

Crê-se que todas as patologias existentes no nártice e coro-alto, são resultantes desta falta de equilíbrio conducente a movimentos estruturais de todo este corpo. Coloca-se como hipótese de trabalho, o possível movimento de fundações, como consequência da escavação realizada cerca de 1938, à face das aludidas fundações, com profundidade superior a 1.00 m, para construção do arruamento.

Também não se poderá excluir a possibilidade, de algumas destas fendas terem sido causadas ou agravadas devido a acções sísmicas. O megassismo de 1755 terá atingido a zona do castelo com grau de intensidade VI na escala de Richter. Enquanto na parte restante do burgo, onde na altura já vivia a maior parte da população, terá alcançado o grau VI a VII.¹⁰⁵

No seguimento do sismo de 12 de Fevereiro de 2007, com magnitude 5.8 na escala de Richter, realizámos uma nova avaliação destas fendas, tendo-se concluído pelo aparente não agravamento. De notar que neste caso, apesar da elevada magnitude, o epicentro se localizou a cerca de 360 km de distância.

¹⁰⁵ VALLE, Padre Pedro Botelho do – IAN/TT, Memórias Paroquiais, Volume 24, pp 1429-1454 - “ e agora so me resta dizer por ultima conclusão, que fazendo nesta terra apreheção o tirrivel ímpeto do terramoto, não houve idificio que experimentace ruína, nem criatura o menor prigo, atribuindo todo este Povo a milagre do Senhor São João de Deus que como Padrueyro de sua patria, sempre esta defendendo a ella, e seos patricios do mayor prigo.” – concluindo-se que não terá havido danos significativos no edificado da vila.

Tal como acontece relativamente à acção da água, também aqui se poderá falar em acção directa e acção indirecta do homem. Na acção directa constam-se atitudes não adequadas ao conjunto patrimonial, não conservadora dos materiais da edificação. Verifica-se a existência de muitos exemplos de duas formas diferentes de alteração: a perda de material, devido a acções mecânicas externas (portal da sala do Capítulo e arco polilobulado no seu interior) e as intervenções por pintura (ou caiação) em arcos, chavetas e mísulas (quer no claustro quer na igreja e capelas)¹⁰⁶, as posteriores intervenções como tentativa de remoção dessas camadas de pintura, e as tentativas de reposição com outros materiais (chumbo, argamassas, etc.).

Por outro lado, intervenções construtivas (ou desconstrutivas) erradas, conduziram indirectamente ao aparecimento de anomalias de natureza estrutural e também estética ou decorativa.¹⁰⁷

A falta de intervenções de manutenção e conservação, conduziu, por exemplo, ao franqueamento de vãos à entrada de aves, que em permanência, levam ao acumular de excrementos em elementos construtivos e no património móvel restante. No tal cruzamento de consequências que se falava de início, a falta de conservação de revestimentos exteriores, induz também uma maior facilidade na infiltração de água.

Por último, a sujidade e depósito superficial extremamente abundante resulta da proximidade a foco de poluição automóvel muito significativa, proveniente da Avenida Gago Coutinho, com tráfego de veículos pesados quase contínuo e consequente libertação de gases de queima de combustíveis. De facto, comumente, uma das manifestações mais evidentes da poluição atmosférica é o enegrecimento progressivo das superfícies. Este enegrecimento é devido à deposição superficial ou à retenção na camada mais externa das paredes, das partículas carbonosas provenientes da queima dos combustíveis. É uma acção indirecta do homem (ou da civilização).

6.3. Riscos patológicos

Associados a cada uma das patologias referidas, existem riscos inerentes à omissão de intervenções. Com efeito, se não ocorrer uma acção de contenção, mas preferencialmente de eliminação das causas das aludidas anomalias, as consequências serão necessariamente graves, porventura definitivas e irremediáveis.

¹⁰⁶ No caso de peças graníticas só se poderá falar em processos físico-químicos, na vertente de reacções químicas entre os sais das cais utilizadas nas pinturas e os minerais constituintes dos granitos.

¹⁰⁷ Como já se havia referido, interrupção por corte ou remoção de arcos e nervuras em abóbadas diversas, construção de paredes interrompendo abóbadas, excrescências construtivas, etc..

Tal como as anomalias que os induzem, os riscos patológicos poderão também subdividir-se em dois tipos diferentes: os que se relacionam com a própria subsistência do edifício ou de partes do mesmo, e os que se relacionam com a perda definitiva de valores artísticos ou estéticos.

As anomalias de natureza estrutural, pela sua importância para a conservação do conjunto, merecerão especial atenção no capítulo das propostas. A urgência na intervenção resulta dos riscos que aquelas comportam.

Pode-se afirmar que quase todas as anomalias desta natureza (estrutural), poderão conduzir ao colapso de algumas partes ou elementos construtivos dos edifícios que constituem o conjunto e, no limite, à sua ruína. Assim, serão de considerar:

- colapso estrutural do nártice e coro alto, por agravamento das fracturas existentes e consequente diminuição dos esforços de compressão nos arcos e abóbadas. A alteração de equilíbrios que se seguirá, levará ao derrubamento das próprias paredes.
- colapso do arco triunfal da capela-mor e parte da sua abóbada de canhão, "arrastando" parte da abóbada do primeiro tramo da nave da igreja.
- colapso de tectos (abóbadas) de espaços situados no piso térreo do corpo situado a norte do nártice, onde houve interrupção de nervuras, com eventual propagação a elementos construtivos situados a cotas superiores.
- colapso de arcos do claustro que fazem a ligação entre pilares, com os previsíveis danos colaterais. Tendo em consideração que pelo claustro se faz o acesso e circulação às áreas mais utilizadas e conservadas do conjunto, poderá aqui, como nas situações anteriores, haver o risco para vidas humanas.
- agravamento da ruína parcial de parede no piso cimeiro, com uma eventual derrocada a atingir a área aberta exterior.

Deverá ter-se em conta que, a ocorrer o colapso estrutural de corpos, partes ou elementos construtivos, haverá também a provável perda ou, no mínimo danos graves em elementos patrimoniais doutra natureza: revestimentos artísticos, azulejares, perda de peças em pedra e alterações morfológicas noutros.

No que concerne às anomalias de cariz não estrutural, os riscos que delas advêm traduzem-se essencialmente em:

- na perda de importantes valores artísticos (pinturas, esgrafitos, painéis de azulejos, entre outros).
- agravamento de anomalias de natureza estrutural, demonstrando-se a existência de uma relação biunívoca, ou seja, na perda de revestimentos exteriores, que permite uma maior entrada de água, com o consequente aumento da degradação das alvenarias. O mesmo se poderá afirmar sobre a degradação de caixilharias de madeira e a perda de estanquidade da cobertura.

- risco de incêndio para a totalidade do edifício, pela ausência de meios de detecção e combate, mas principalmente devido ao mau estado das instalações eléctricas e ao degradante estado das arrumações, nas instalações usadas por artistas (nos anexos conventuais a norte da igreja). O mesmo se poderá afirmar relativamente aos espaços ocupados pelos escuteiros, propriedade da Paróquia de Nossa senhora da Vila.



Foto 6.1.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: grande fractura da alvenaria no alçado poente.



Foto 6.2.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fendas diagonais no pano de alvenaria da frontaria.



Foto 6.3.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fenda a toda a espessura do arco do nártice.



Foto 6.4.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fractura no coro-alto.



Foto 6.5.-Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fenda no coro-alto e testemunho em gesso.

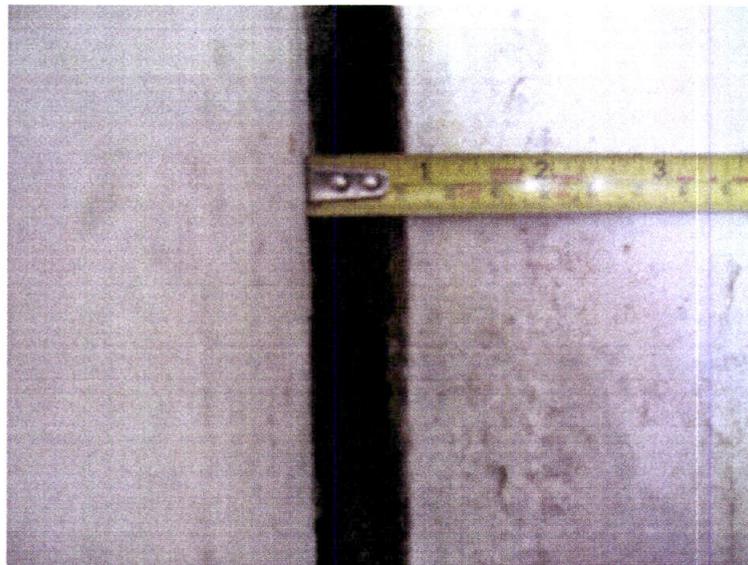


Foto 6.6.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fenda do coro-alto.

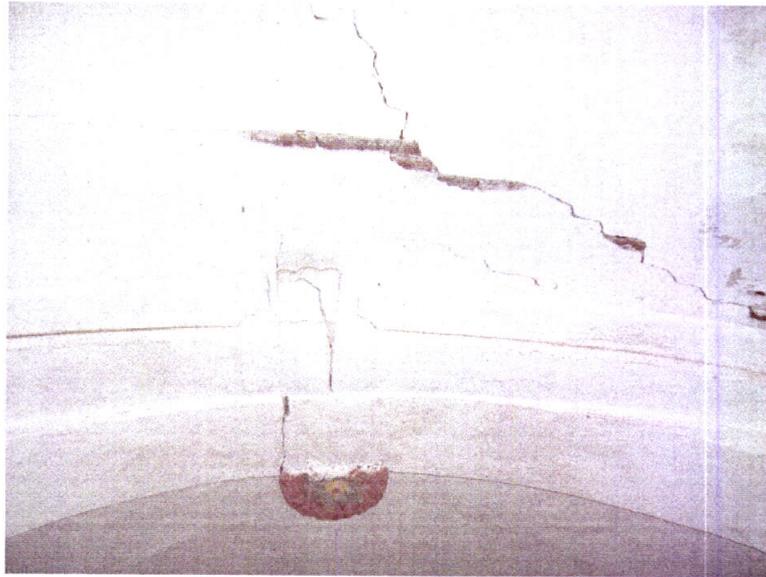


Foto 6.7.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: tecto do coro-alto em abóbada com fenda sensivelmente longitudinal. Fenda no centro do arco de ligação à nave (arco triunfal).



Foto 6.8.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fendas com orientação preferencial no arco triunfal.

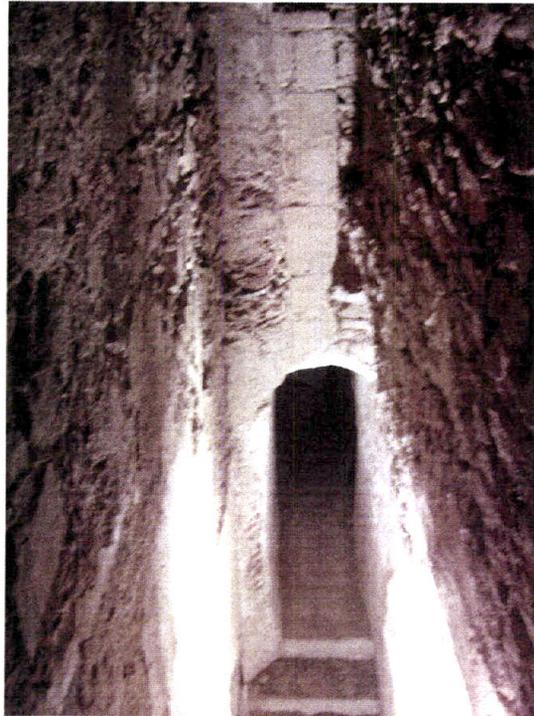


Foto 6.9.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: contraforte interrompido na sua base.



Foto 6.10.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fendilhação acentuada dos arcos e abóbadas do claustro.

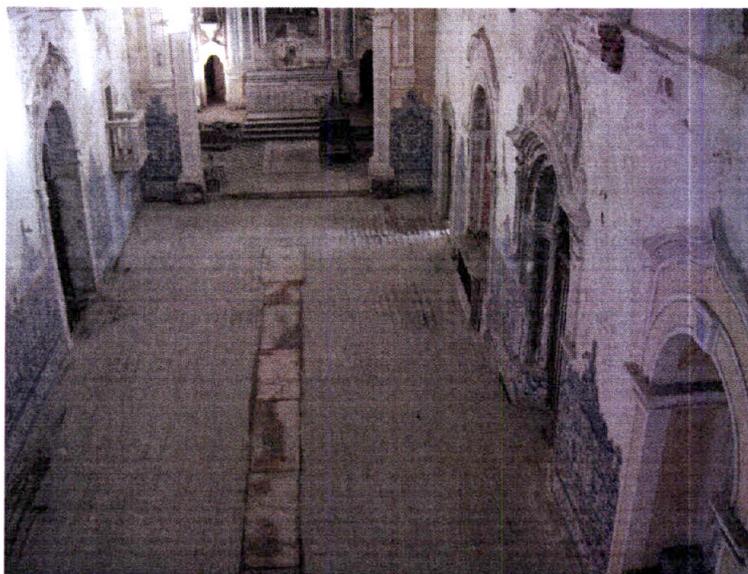


Foto 6.11. – Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pavimento da nave.



Foto 6.12.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: sinais de humidades nas pinturas murais da capela-mor.



Foto 6.13.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: macrófitas, vegetação superiores em coberturas.



Foto 6.14.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: tecto da ala norte do claustro.



Foto 6.15.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: perda e degradação de revestimento e colonização biológica.

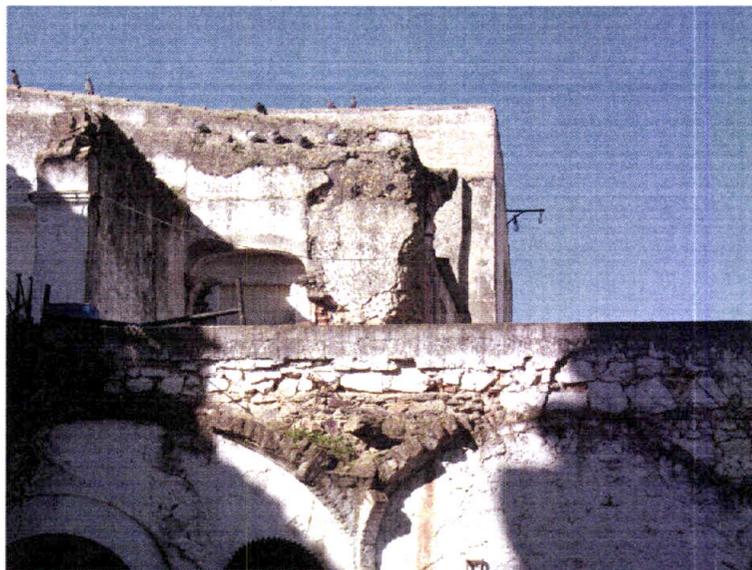


Foto 6.16.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: parede do antigo refeitório.

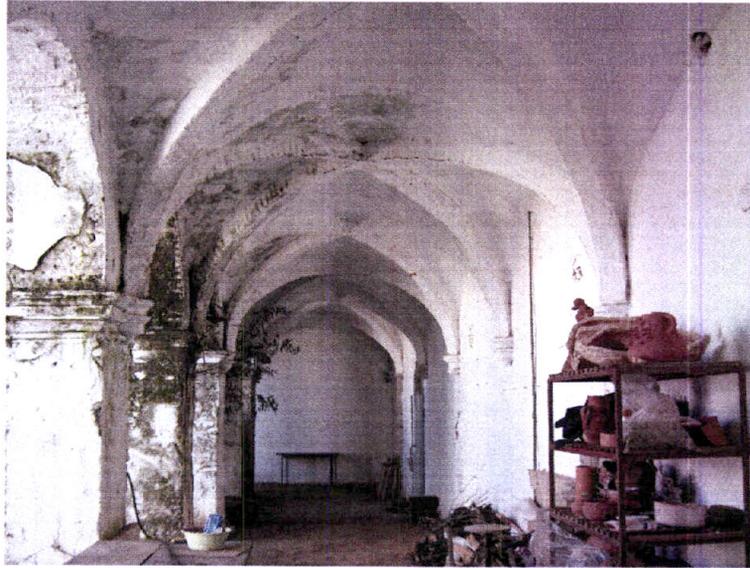


Foto 6.17.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: ala sul do claustro.



Foto 6.18.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: colonização biológica em pilares.

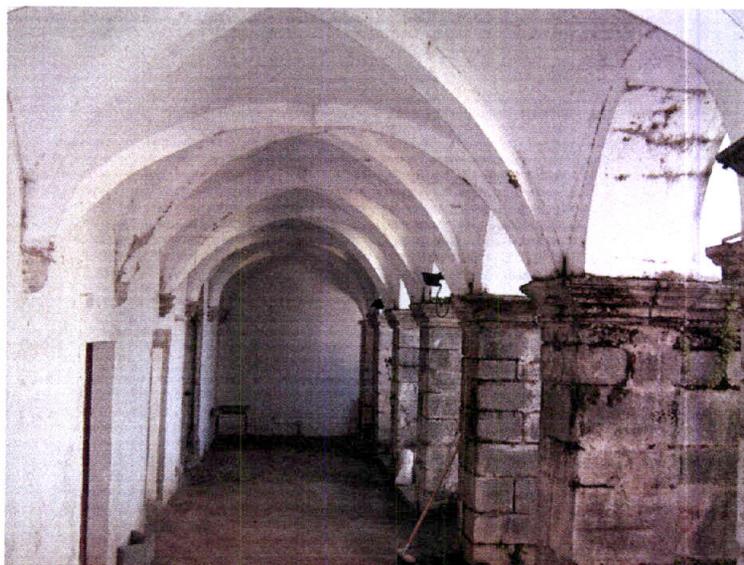


Foto 6.19.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pavimento do claustro em terra batida.



Foto 6.20.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: colonização biológica sob a forma de musgos.



Foto 6.21.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: degradação com perda de património azulejar, na sala do Capítulo.

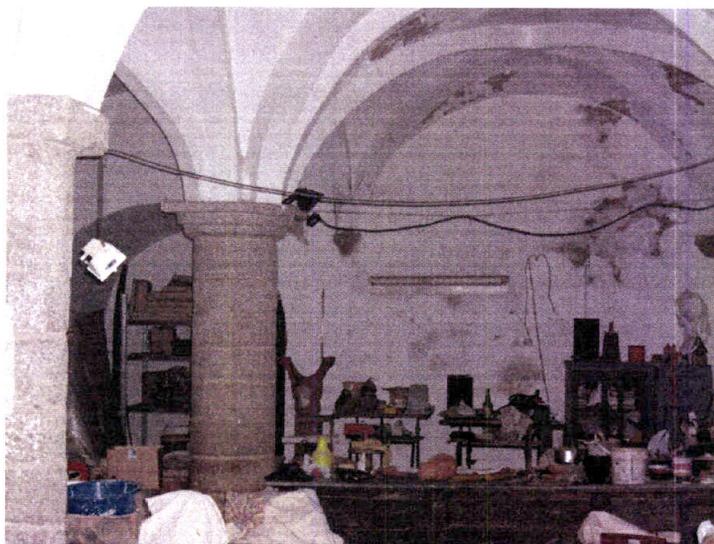


Foto 6.22.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: no antigo refeitório, fendilhação e perda e degradação de revestimentos



Foto 6.23.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: interior da antigo dormitório.



Foto 6.24.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: terraço sobre o claustro.



Foto 6.25.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: contraforte do claustro, no alçado nascente.

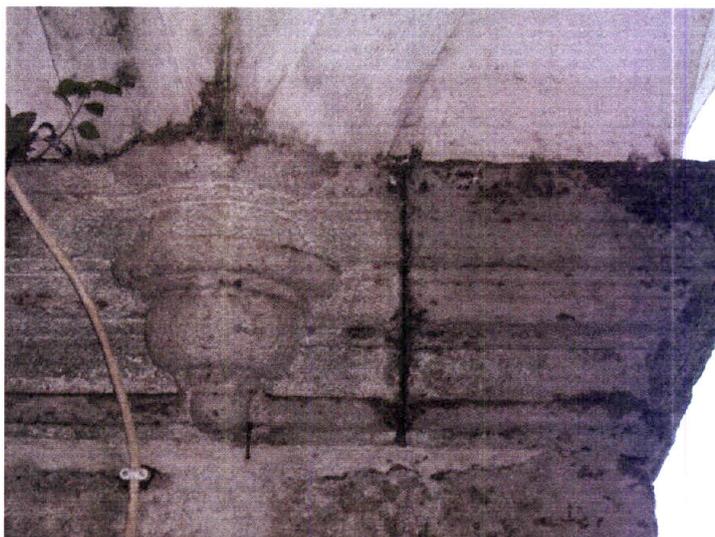


Foto 6.26.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pilar e mísula em granito, no claustro, com sinais de anterior intervenção.



Foto 6.27.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: portal de entrada na sala do Capítulo, com a perda de material.

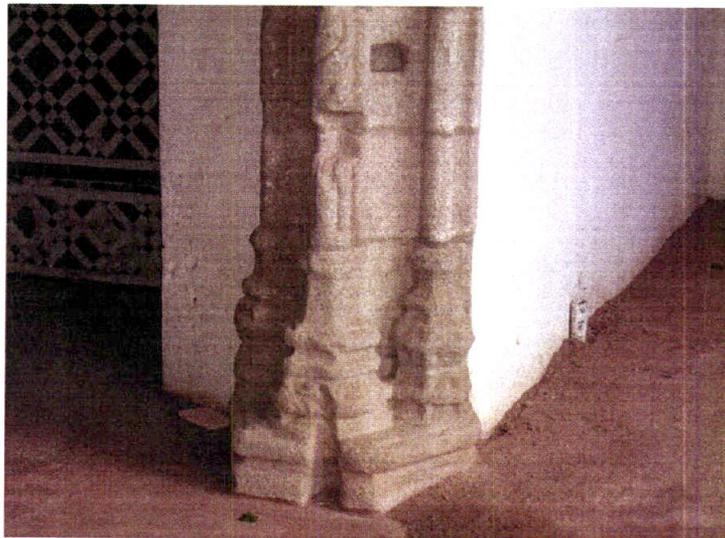


Foto 6.28.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pormenor de anomalia no portal da sala do Capítulo .



Foto 6.29. – Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: edícula da sala do Capítulo.



Foto 6.30.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: arco de passagem da igreja para a capela da Ordem Terceira.

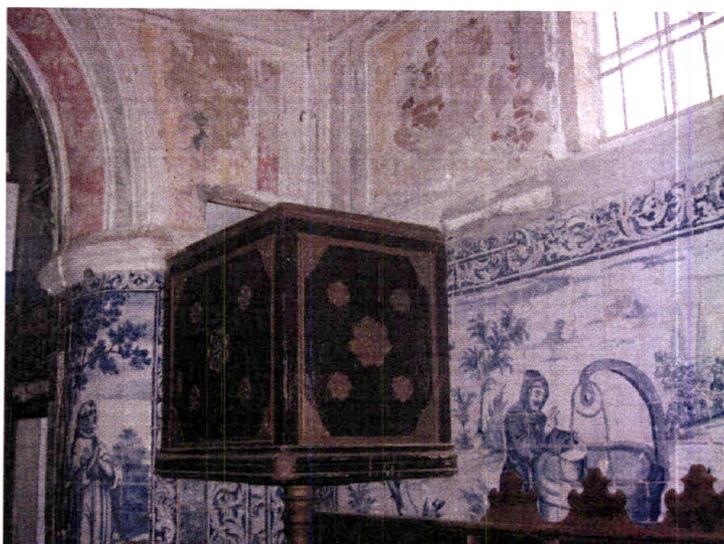


Foto 6.31.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: degradação de pinturas em paredes da capela da Ordem Terceira.

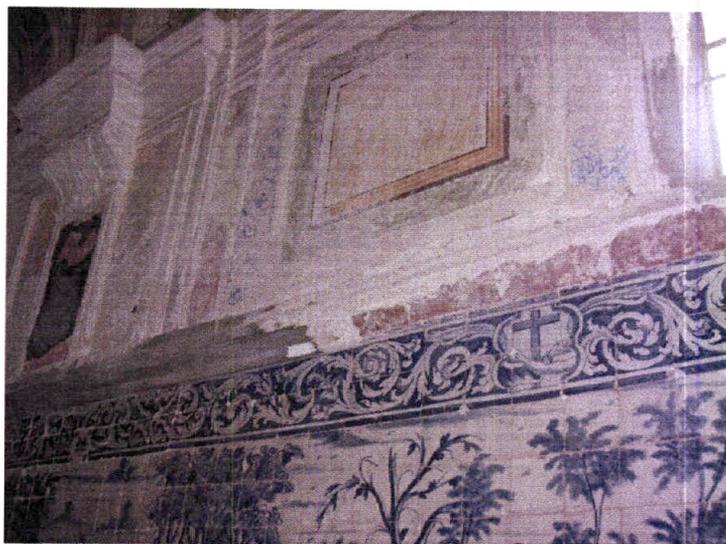


Foto 6.32.- Capela da Ordem Terceira: degradação de revestimentos azelujares e estuques.

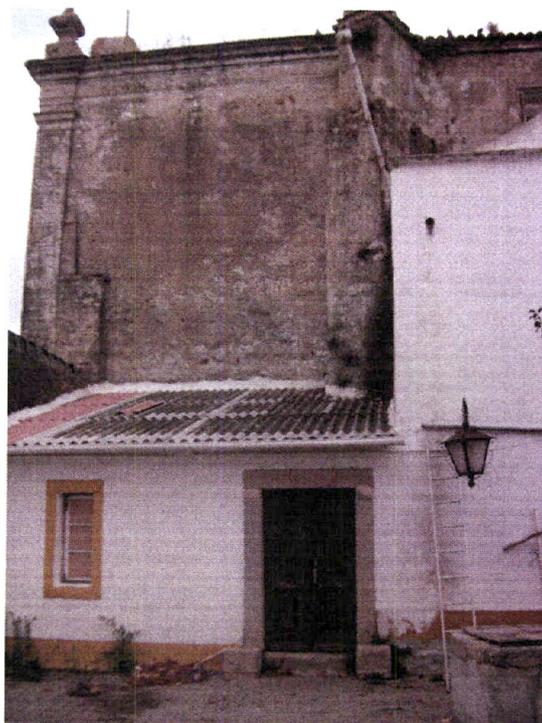


Foto 6.33.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: coberturas dissonantes nos anexos meridionais.

CAP. 7 - CONTRIBUTOS PARA A RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CONVENTO

Como se sabe, *“o Património é um bem não renovável”*. O convento franciscano de Montemor-o-Novo, é uma peça importante desse Património; daí urgir um conjunto de atitudes e acções tendentes a, de alguma forma, contribuir para que esse “bem” não se perca e possa até valorizar-se.

Considera-se que a atitude perante o objecto patrimonial em estudo deverá assumir, claramente, duas linhas de actuação:

- propostas imediatas para a sua conservação, quer de âmbito estrutural quer na redução ou eliminação de factores de alteração.
- propostas para a sua valorização cultural.

7.1.Propostas de intervenção imediata. Recomendações específicas.

Neste grupo, define-se um conjunto de acções cuja execução deverá ser imediata, assumindo mesmo carácter de urgência, tendentes a suster a evolução da degradação de corpos do conjunto edificado, dado que o seu estado acentuado de degradação limita ou põe em causa a segurança estrutural do edifício (ou de partes dele), como foi já referido acima. Essas acções baseadas no diagnóstico apresentado, são as seguintes:

7.1.1. De natureza estrutural

Igreja:

-Melhoria do travamento e ligação transversal de paredes, provavelmente através da colocação de tirantes de aço inoxidável em número, locais e diâmetros adequados, eventualmente complementados com a execução de pregagens, com posicionamentos ortogonais entre si ou outras.

-Reposição da continuidade de panos de alvenaria fendilhados, através da execução de selagens com produtos adequados;

-Reforço das abóbadas do tecto e do pavimento do coro-alto com lâmina fina de argamassa armada com rede de aço distendido. Se na abóbada do tecto, atendendo ao seu estado, nos parece necessário o reforço tipo "sanduíche" (lâminas de microbetão ou argamassa armada no extradorso e intradorso) já na do piso inferior creio que o reforço apenas do extradorso poderá ser solução suficiente, conhecendo-se o múltiplo aumento de resistência que essa solução traduz.

-Eventual necessidade de reforço de fundações de paredes, por processo construtivo baseado na execução de microestacas e respectiva viga de encabeçamento. Dada a existência de outras construções, do conjunto primitivo ou adossadas à igreja em fases de construção posteriores, a viabilidade de aceder directamente às fundações de paredes e/ou contrafortes ficou restringida ao interior da igreja. Aqui por seu lado, confirmaram-se as dificuldades de natureza arque-antropológica já descritas.

- Recuperação da estrutura de madeira da cobertura;

- Avaliação da estabilidade de contraforte em granito aparelhado existente no alçado norte da nave, o qual foi interrompido a cerca de 2.00m de altura do pavimento, para abertura de um acesso ao "novo" púlpito.¹⁰⁸

¹⁰⁸ O púlpito de forma quadrangular, construído com mármore branco, com faixa de lóbulos e peanha de andares, tem balaústres torneados e apresenta características que parecem ser do tempos mais tardios que a construção da igreja. Efectivamente foi para aqui deslocado, no século XX, aproveitado da profanada igreja paroquial de S.Tiago, igreja paroquial situada no interior da antiga vila muralhada medieval. Houve eliminação do antigo púlpito que se situava no tramo seguinte da parede, cujo acesso se fazia a partir do claustro e da igreja através dum dos santuários laterais.

- Eventual reforço contínuo de paredes, pelo lado exterior, atendendo à existência da grande área de revestimento azulejar no interior, cuja remoção, dado o estado ruinoso dos mesmos, poderá ser inviável sem agravamento de danos, porventura irreversíveis.

Anexos conventuais

- No compartimento da antiga portaria, onde os tectos têm nervuras interrompidas, modificando totalmente o seu comportamento estrutural, haverá que proceder à sua reconstrução pontual. Esta operação deverá ser executada em simultâneo com a execução do reforço geral do extradorso da abóbada, que poderá constar dos seguintes trabalhos: remoção do carregamento, limpeza a jacto de ar e aspiração, aplicação de grampos em aço inox, implantados em quicôncio, aos quais se solidarizará a armadura constituída por rede de malha de aço distendido, após o que se procederá à projecção da argamassa. Depois de uma secagem adequada, reposição do carregamento e do pavimento final. Os tijolos maciços do troço reconstruído da nervura poderão integrar elementos de fixação à abóbada ou à nova lâmina de reforço. Esta será, na generalidade, a operação a realizar em todas as abóbadas que necessitem de consolidação e reforço, independentemente de desempenharem funções de cobertura ou de pavimento.

-Para as paredes fissuradas ou mesmo fendilhadas, patologia corrente em todos os espaços edificados em análise, haverá que repor a continuidade das alvenarias por intermédio de selagens adequadas. Esta medida de intervenção constará no essencial de:

- acto de sondagem por remoção de faixas de reboco(s) na zona fendilhada, de modo a “descobrir” a alvenaria, só então se avaliando o eventual dano estrutural. Se a alvenaria for de tijolo de barro, os tijolos fracturados serão substituídos por tijolos de igual dimensão, fazendo o assentamento com argamassas de cais e areia ou bastardas de cal.cimento e areia;

- selagem superficial de fendas aplicando manualmente argamassas de cais ou bastardas (p.e. traços 2:1:9 de cal, cimento e areia ou, para a segunda, 1:3 de cal natural e areia) e instalando-se tubos de injeção e de purga. Após presa adequada, injeção mecânica de caldas de produção industrial com composições específicas para injeção e compatíveis com os materiais de construção das alvenarias. Retirada das tubagens de injeção e purga e imediata selagem superficial. Se a alvenaria for de pedra, não se fará qualquer substituição de pedra. Serão aprofundada as juntas no percurso da fenda, seguindo-se os procedimentos atrás descritos;

- Uma acção de consolidação para as extremidades de paredes de alvenaria não demolidas do piso 2 do claustro, de modo a suspender a desagregação e ruína da estrutura. Consiste na aplicação de argamassa projectada (ou, em alternativa, microbetão) sobre rede de metal distendido devidamente aferrolhada às faces laterais, após a remoção das partes desagregadas até se encontrar uma secção com alvenaria sã e picagem total de rebocos nas áreas a revestir. Refira-se que as paredes apresentam cimalthas, as quais introduzem esforços adicionais, igualmente contribuintes para a desagregação.

- acção de consolidação para os arcos fendilhados do claustro. A intervenção proposta, tal como acontecerá relativamente a nervuras interrompidas, também terá que ser em simultâneo com as operações de reforço das abóbadas que lhe estão adjacentes e neles apoiadas. Neste caso após o “descarrego” e a limpeza adequada do extradorso, serão abertas as fendas dos arcos e proceder-se-á a selagens com a aplicação da técnica construtiva atrás descrita para as paredes.

No conjunto de medidas de carácter imediato e de natureza estrutural acima recomendadas, há algumas soluções em que as preocupações com a sua reversibilidade e autenticidade, terão forçosamente que ser sacrificadas face às exigências de segurança estrutural. Contudo, tal será permitido se atendermos ao artigo 11º da Carta de Veneza que esclarece: *Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser efectuada através do recurso a outras técnicas modernas de conservação ou de construção, cuja eficácia tenha sido demonstrada cientificamente e garantida através de experiência de uso.*

7.1.2. De natureza não estrutural

- Drenagem adequada das águas pluviais no claustro. A descarga de superfície da cisterna central não funciona pelo que todo o claustro, com pavimentos em terra, fica alagado;

- Reparação da fendilhação existente no revestimento do terraço, creio que consequência da deformação do tecto em abóbada de berço e respectivo carregamento, presumindo a não existência de qualquer estrutura complementar;

- Recuperação ou renovação dos revestimentos em telha de canudo das diferentes coberturas (nave, coro-alto, capelas adossadas);

-
- Reparação do sistema de drenagem vertical de águas pluviais (gárgulas, caleiras, tubos de queda, etc.) e remoção de toda a vegetação existente;

 - Renovação de caixilharias exteriores;

 - Renovação de todas as instalações integradas (de distribuição predial de água, de drenagem de águas residuais domésticas, instalações de energia eléctrica e iluminação, ventilação e exaustão de fumos, etc.);

 - Renovação/substituição dos soalhos de madeira nos pavimentos da nave, parte da capela-mor e capela da Ordem Terceira, dado o seu estado de apodrecimento nalgumas zonas, devido à presença constante da humidade e escassez de ventilação;

 - Tratamento dos revestimentos de paredes, interiores e exteriores, nalgumas zonas constituído por camadas múltiplas, correspondendo a intervenções realizadas em épocas diferentes. Não se descarta a possibilidade de, em camadas subjacentes de revestimentos interiores, ocorrer o aparecimento de pinturas murais a fresco.

 - Ventilação do edifício.

Nestas propostas só se consideraram aspectos intrínsecos do construído, pois há todo um conjunto de elementos decorativos de grande importância cuja conservação igualmente urge que seja efectuada por especialistas das respectivas áreas de restauro: tratamento de madeiras em santuários, tabelas, talhas em altares e retábulos, sacrários, rodapés e peanhas, restauro de pinturas murais e estuques decorativos, azulejaria na igreja e na sala do Capítulo, entre outros.

7.1.3. As intervenções na pedra

Todas as operações que conduzam à redução da humidade nos materiais pétreos, principalmente pilares e contrafortes, contribuirão para retardar o aparecimento de novas colónias de microrganismos. Como acção inicial para atacar a origem principal do problema, uma vez que sobre os factores de implantação e morfológico-arquitectónicos não se poderá intervir, por exemplo, o sombreamento muito permanente, haverá que tornar eficiente o sistema de drenagem de águas pluviais da cobertura do claustro, reduzindo não só a acção directa da água da chuva, as escorrências superficiais, como também a sua presença por capilaridade. Em segundo lugar deverá proceder-se a limpeza da colonização

biológica existente. A limpeza far-se-á por raspagem e escovagem com escovas de nylon ou piaçaba (com preferência para as primeiras), dada a nocividade que poderá representar a acção das segundas em peças graníticas. Seguir-se-á a aplicação de biocida, que permanecerá estabilizado o tempo adequado, seguindo-se a lavagem com água para remoção dos seus resíduos. Por último e após preenchimento das juntas em que se verificou a perda de material, com argamassas estudadas de modo a tentar reconstituir composições muito semelhantes às iniciais, realizar uma protecção geral por aplicação de produto hidrófugo sobre estas superfícies.

Para as anomalias identificadas como alterações morfológicas por acções mecânicas, não se poderá pensar na reconstituição de peças. Eventualmente, poderá realizar-se uma protecção com um silicato de etilo, por exemplo. A bibliografia indica-o como sendo um consolidante eficaz para aplicação em rochas de composição silicatada. Tal será também a proposta para o portal principal da igreja onde se verifica um começo de desintegração granular por arenização.

Nas peças graníticas que foram sujeitas a caição ou pintura aparece a maior dificuldade. A remoção total não será fácil e isenta de danos para as peças, dada a sua textura granular. Naquelas em que tal intervenção já foi iniciada, procurará finalizar-se com a utilização de técnicas não abrasivas. Nas restantes, haverá que ponderar a opção entre remoção ou restauro da pintura existente.

Para as mármorees apenas parece ser necessária uma limpeza por escovagem fina sem adição de produtos.

7.2. Contributos para a recuperação e valorização a médio e longo prazo

São propostas de âmbito mais lato, não só na vertente física do conjunto mas fundamentalmente na vertente funcional, que definirão o futuro para este conjunto franciscano, considerando aqui também a respectiva cerca conventual, ou parte dela, por via do espaço urbano que actualmente lhe corresponde.

Se atendermos novamente à Carta de Veneza, no seu artigo 5º, pode ler-se que *“a conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis. Essa utilização embora desejável, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É apenas dentro destes limites que as modificações que seja necessário efectuar poderão ser admitidas”*. É pois necessário e conveniente abrir o conjunto à comunidade social, no sentido dos conceitos de *conservação* e de *restauro* utilizados na Carta de Cracóvia (2000).

Neste momento, colocam-se duas questões:

- Recuperar para quê e para quem?
- Que potencialidades tem o conjunto e que necessidades se apresentam?

As duas questões terão uma abordagem e um resposta conjunta, que estão dependentes da análise doutros aspectos do ente urbano, como sejam o conjunto e a evolução da paisagem urbana, o edifício e a sua envolvente e a estratégia para o desenvolvimento do concelho.

Indubitavelmente que a melhor utilização futura deste espaço será sempre de natureza cultural. Não se poderá pensar noutra utilização que não neste âmbito. Abstraindo-nos das questões relacionadas à propriedade dos espaços, o regresso à utilização cultural permanente não parece ser necessária. Deverá ser tentado, estabelecer um protocolo de entendimento entre as duas entidades detentoras da posse do conjunto, com o objectivo de definição duma utilização conjunta e adequada de espaços. Assim um programa geral poderá ter um conjunto de objectivos principais:

- Para a igreja, com as capelas a sul e por via da franca ligação à grande capela da Ordem Terceira, prever uma nova utilização pública: seminários, conferências, concertos e exposições.
- Para os anexos conventuais a norte: manutenção das actividades artísticas e culturais do Centro de Artes e Ofícios – Associação Cultural de Arte e Comunicação “Oficinas do Convento”, com ateliers de produção artística, exposições, alojamento, outros. Em espaço aberto ao público um Centro de Documentação de Artes Visuais, Arquitectura, Paisagem e Ecologia.
- Para os restantes espaços a sul da igreja, uma utilização cultural e desportiva, por organizações juvenis de raiz católica (Agrupamento de Escuteiros).

O programa definido e aprovado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, proprietária da maioria do imóvel e datado de 2003, é reduzido aos espaços de sua propriedade, não contemplando a possibilidade de uma recuperação e utilização globais, ou seja, uma intervenção de conservação integrada, situação que deverá ser corrigida. Este estudo prévio prevê, para conseguir corresponder às necessidades de áreas para as funções indicadas, a construção de novos corpos e a reconstrução de partes demolidas do claustro. Se sobre a primeira intenção não nos pronunciamos, conscientes da sua necessidade, já sobre a segunda se nos apresentam dúvidas, se não mesmo oposição sobre a validade dessa opção. A avançar esta segunda opção, deverá respeitar-se o definido no artigo 12º da Carta de Veneza: *“Os elementos destinados a substituírem as partes que faltam devem integrar-se harmoniosamente no conjunto e, simultaneamente, serem distinguíveis do original por forma a que o restauro não falsifique o documento artístico ou histórico”*

Por outro lado, e ainda no que respeita a funções para estes espaços conventuais, a Carta Estratégica de Montemor-o-Novo, aprovada em 2007, no seu Programa de Actuação Cultura e Património, incluiu um projecto a implementar, que poderá ser de impacto relevante, sob a designação de “*Rota dos Quatro Conventos* “. Consistindo num circuito turístico-histórico-cultural, abrangendo quatro espaços construídos, de raiz conventual, com construção aproximadamente coetânea, e cuja participação e integração no circuito seria de modo complementar, a saber:

Designação	Dinamizador principal	Actividade proposta
Convento da Sr ^a da Saudação	Centro Coreográfico de Montemor-o-Novo	Artes Cénicas (ou transdisciplinar)
Convento de S. Domingos	Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo /Coral S.Domingos	Artes Musicais, Etnografia e Museologia
Convento de S.Francisco	Associação de Arte e Comunicação “Oficinas do Convento”	Artes Plásticas
Convento de S.João de Deus	Câmara Municipal de Montemor-o-Novo	Biblioteca e Galeria Municipal

Deste modo, desenvolver-se-ia um percurso, que da antiga vila muralhada e através do núcleo antigo, levaria o visitante/participante, conduzido por sinalética de informação e direcção adequadas, a conhecer em simultâneo outros equipamentos urbanos de qualidade até atingir, já no exterior do centro antigo, todo o conjunto edificado de S.Francisco (anexo 29).

Por outro lado, o período manuelino tem grande expressão edificada em Montemor-o-Novo. Desde a arquitectura civil e militar, passando pela do tipo religioso e popular, até às casas-torre e paços, são inúmeros os exemplos espalhados pela cidade, o que demonstra a importância da vila no início da Idade Moderna. A iniciativa actualmente existente e integrada no programa “Dias Tranquilos”, promovida pela Câmara Municipal, com a denominação de *Rota do Manuelino*, poderá ser a génese duma outra actividade mais permanente. Essa actividade poderá consistir numa rota alternativa, que conste da visita aos exemplares existentes no núcleo antigo, a saber: casa da guarda do Castelo, portal da igreja de Santa Maria do Bispo, igreja da Misericórdia, arquitectura civil na Rua Teófilo Braga e Largo dos Paços do Concelho. Seguiria para o Convento de S.Francisco, com visita e participação em diferentes actividades, após o que seguiria rumo ao santuário de N^a Sr^a. da Visitação. O circuito poderia terminar noutra exemplar próximo, também da época de Quinhentos: o Paço de D.Francisco (anexo 30).

Num âmbito mais alargado, poderá pensar-se na criação e desenvolvimento dum itinerário franciscano ou mendicante que possa estimular o interesse e a atenção pela recuperação destes conjuntos edificados.

Apresentando o conjunto conventual um notório leque de potencialidades, não pode, contudo, omitir-se a debilidade principal resultante das distintas tutelas sobre partes do mesmo. Outra debilidade a salientar será inerente à crise económica global e de dificuldades transversais a quase toda a sociedade. A necessária auto-sustentabilidade do conjunto, na vertente de as actividades a desenvolver terem de pagar a futura conservação do imóvel, poderá ver-se dificultada pela aludida crise global. Num tempo em que o consumo é forçosamente priorizado, será de presumir uma secundarização das actividades humanas na vertente cultural.

Importa referenciar alguns aspectos, que poderão ser significativos do interesse das entidades que tutelam os edifícios, nomeadamente:

- 1) O concretizar da adjudicação do projecto de “reabilitação” e reforço estrutural do Convento de S.Francisco;
- 2) O facto de em documentos anuais da autarquia, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento, estar contemplada a rubrica Recuperação do Convento de S.Francisco, com uma previsão para o quadriénio de 2009 a 2012, com alguma dotação orçamental definida já para 2009 (50.000€);
- 3) A integração do Projecto de Recuperação do Convento de S. Francisco na candidatura da denominada *Rede de economias criativas*. Esta rede foi constituída juntamente com os municípios de Óbidos, Montemor-o-Velho, Portalegre e Guimarães. A fundamentação apresentada na candidatura refere que “a recuperação deste imóvel criará condições de uso e de trabalho para a realização de actividades culturais como: ateliers para artistas, residências criativas, espaços para criação artística, realização de conferências, concertos, exposições, etc.”¹⁰⁹. E garante que “este projecto conjuntamente com os patentesados nas fichas 1 e 3 dotam o Concelho e a Região de uma rede de espaços com condições e vocacionados para residências criativas e desenvolvimento de produções artísticas nacionais e estrangeiras, simultaneamente inseridas na comunidade local. A Faculdade de Belas Artes de Lisboa, a Associação Oficinas do Convento com o apoio da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, têm desenvolvido formação na área artística que será objecto de uma maior dinâmica após a reabilitação do

¹⁰⁹ *Economias criativas*, RUCI -Redes urbanas para a competitividade e inovação, Candidatura, Outubro de 2008, p. 82.

Convento de S.Francisco.¹¹⁰. Nos indicadores de resultados é realçada a forte componente de atractividade de pessoas ao património construído.

Para além dos aspectos anteriormente referidos, como resposta às duas questões iniciais, outros há necessariamente que referenciar. Começa-se pela necessidade de valorizar a envolvente do conjunto edificado. A requalificação do espaço fronteiro correspondente à Carreira de S. Francisco, do qual existe estudo prévio que não avançou para projecto de execução e que haverá eventualmente necessidade de rever e adequar às novas realidades urbanísticas e estéticas, será o primeiro deles. Poderá assim afirmar-se, que no conjunto das intervenções, edificios e espaços público, se terá aqui uma intervenção de reabilitação urbana.

Como de início se descreveu, o sítio teve uma evolução e sofreu mutações que se podem sintetizar por uma metamorfose do verde. Decorreu um percurso da paisagem humanizada que do verde labor, verde trabalho, verde produção e também emoção se chegou ao verde de lazer, verde saúde, verde prazer, verde pasmar e também emoção. Quer isto significar que da antiga cerca, paisagem de contemplação, paisagem espiritual, da estética da utilidade dos franciscanos, cinco séculos depois se terá uma nova estética da utilidade. Para tal se conseguir, haverá que valorizar as ligações entre o Convento e os novos equipamentos urbanos construídos na adjacência: parque urbano, piscinas, campos de ténis e, *logo ali*, o novo Arquivo Histórico Municipal (antiga Cadeia Civil de Montemor-o-Novo), também com Galeria de Exposições e Arquivos temáticos (Centro de Documentação da Reforma Agrária, Fundo Histórico Antigo, Arquivo Intermédio Municipal, etc.). Sendo que o conceito de centralidade tem a sua aplicabilidade a um nível territorial muito mais lato, da ordem de grandeza de áreas metropolitanas, contudo e aqui, à escala do aglomerado urbano da dimensão de Montemor-o-Novo, crê-se que se poderá aplicar esse conceito para traduzir o que seria expectável com a implementação das propostas anteriores para esta peça do património: uma nova centralidade.

A finalizar, três últimos apontamentos:

- A necessidade de concluir com brevidade as etapas finais do processo administrativo da classificação como Imóvel de Interesse Público (IIP), que se encontra na fase de homologação. Sabendo-se que *“a protecção e a conservação do património edificado será mais eficaz se fôr contemplada com acções legais e administrativas. Estas devem ser orientadas de modo a assegurar a confiança no trabalho de conservação ou que ele esteja, em qualquer caso, sob a supervisão de profissionais da conservação”*¹¹¹.
- A constituição de parcerias por via protocolar com a restante entidade proprietária de espaços do conjunto, com vista á demolição de excrescências e construções dissonantes,

¹¹⁰ *Idem*, p. 82-83.

¹¹¹ *Carta de Cracóvia (2000)* – artigo 14º.

descaracterizadoras deste imóvel de interesse cultural, bem como ao usufruto por visitantes das belezas artísticas, arquitectónicas e construtivas das capelas da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco, respectivo salão, capela de Santo Cristo, capela de Jesus Maria e José e capela Tumular de Paulo Villa Lobos e Vasconcelos, aliás no seguimento do inicialmente proposto.

- Relembrar que o projecto de recuperação a desenvolver, deverá incluir a estratégia de conservação a longo prazo, conforme prevê o artigo 3º da Carta de Cracóvia (2000).

Por fim, e também a título de recordatória, o artigo 6º da referida carta de Cracóvia menciona que *“o objectivo da conservação de edificios históricos e monumentos, estando estes em contexto rurais ou urbanos, é o de manter a sua autenticidade e integridade incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com a sua configuração original. Tal conservação requer um “projecto de restauro” apropriado, que defina os métodos e os objectivos. Em muitos casos, requer-se ainda um uso apropriado, compatível com o espaço e significado existentes. As obras em edificios históricos devem prestar total atenção a todos os períodos históricos em presença.”*



Foto 7.1.- Parque urbano da cidade, em espaço da antiga cerca franciscana.



Foto 7.2.- Parque urbano da cidade, em espaço anteriormente integrante da cerca.



Foto 7.3.- As piscinas recreativas em espaço contíguo à antiga cerca.

CONCLUSÕES

Como se demonstrou, o Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo apresenta uma extensa área edificada em avançado estado de degradação e em ruína parcial, apesar de obras pontuais realizadas pelas entidades proprietárias ou utilizadoras.

O presente trabalho objectivou dar um contributo para a sua conservação e futura valorização e divulgar o seu valor enquanto lugar de memória. Conciliada a análise do espaço que se efectuou com a síntese dos estudos e trabalhos realizados sobre o conjunto, permitiu-nos entendê-lo ainda mais na sua instâncias histórica, estética e construtiva.

Essas instâncias terão que estar presentes na génese do projecto de recuperação. Como se tentou realçar ao longo do trabalho, também devem ser seguidos os critérios definidos nas cartas e convenções internacionais sobre património cultural, histórico, arquitectónico e paisagístico. Por outro, lado sendo a autenticidade algo que nós devemos garantir ao longo do tempo, tal será um dos conceitos que deverá estar sempre presente na consciência de todos os intervenientes. O mesmo deverá acontecer, sempre que possível, com os conceitos de reversibilidade e compatibilidade.

Pela natureza e âmbito das funções profissionais que se desenvolvem na entidade que é proprietária da igreja e anexos conventuais a norte (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo), houve necessariamente alguma envolvimento dos decisores políticos com o trabalho académico que em simultâneo se estava a desenvolver. Sendo sempre uma

presunção carregada de subjectividade, crê-se, contudo, que o avançar mais célere nas acções municipais concretas de recuperação do Convento de S. Francisco, não são alheias à envolvimento referida. De facto, verifica-se que há vários anos, a acção “Recuperação do Convento de São Francisco” integrava os documentos de acção do executivo municipal, planos de actividades anuais, como também o plano plurianual de investimentos, ainda que de forma meramente simbólica. Desta vez, tal presença teve concretização por via de acções concretas traduzidas na cabimentação orçamental e na adjudicação do estudo de diagnóstico estrutural e não estrutural, sua elaboração e sua sequente aprovação em reunião de Câmara, tendo-se seguido a adjudicação do projecto de execução, já no decorrer do desenvolvimento da presente dissertação.

Tais acções, ao terem contribuído para o avançar destes estudos, constituíram uma grande consecução de objectivos e motivo de satisfação pessoal que deverá ser comum a todos os que se interessam, defendem, se preocupam e se empenham na conservação do património histórico. A satisfação pessoal neste tipo de trabalho, com preocupações desta natureza e neste objecto de estudo, já se vinha incrementando desde as tarefas curriculares do mestrado.

Espera-se que, com a conclusão e aprovação do projecto de execução de reparação estrutural do Convento, se caminhe para a fase de obra, sem hiatos de qualquer natureza, a que se deverá seguir de imediato o projecto de arquitectura que deverá integrar para além das especialidades de Engenharia, os especialistas de Arqueologia, Antropologia, História e os especialistas no tratamento de conservação da pedra, do restauro de pinturas, da azulejaria, estuques e esgrafitos, talha e outras madeiras polícromas. Teria sido do maior interesse que os projectos de reparação estrutural e de arquitectura tivessem sido realizados em simultâneo.

Pelas razões sobejamente conhecidas, e por se conhecer o inevitável decaimento de edifícios antigos, mesmo quando adequadamente utilizados, deverá ser contemplado o plano de conservação a longo prazo, aliás como prevê a referida Carta de Cracóvia, onde deverão constar a realização de inspecções periódicas regulares, em suma, a monitorização do comportamento do edifício nas suas várias vertentes.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo

Inquirição de Évora, Maço N°438 N°4211

Processo de Pêro Dias Carriço

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

Ordem dos Frades Menores, Província dos Algarves Séc.XV-XIX, Província, Maço 96 N°6

Ms da Livraria n°620, de 198 folhas (*Chronica Provinciae Algarbiorum. Séries Chronologica Monasteriorum omnium Provinciae Algarbiorum debita etiam in praecedentia existentium* de Fr.João de Nossa Senhora)

Biblioteca Nacional

Códice 958 , Folio 90

Mss. 168 , N°5 (F1181)

Mss. 168, N°132 (F1185)

Mss. 184, N°47 (F1196)

Mss. 240, N°32 (F.2120)

Mss. 241, N°28 (F.2126)

Mss. 241, N°29 (F.2127)

Mss. 158, N°26 (F.1168)

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

A1C3 Alvará de D.João III

A1C2 Correspondência. Cartas-missivas, alvarás e outros documentos enviados ao concelho pela chancelaria régia (1505-1597).

A1B4 f.16 e 23 (transc f.12 e f.17)

2K10 f.104v

D3S1 Ementas 1815-1834 Inventario do Convento de S. Francisco

JOSÉ, Padre Victorino - *Descrição Topográfica da Pátria do Senhor S.Joao de Deus que he natural de Monte Mor novo*

Biblioteca Pública de Évora

CÓDICE CLXVI / 1-1

CÓDICE CLXVI / 2-38 - *Tombo das Capellas do Convento de S.Francisco de Montemor-o-Novo*

Convento de Santa Clara, Livro 50, Documento 21.

Convento de Santa Clara, Livro 50, Documento 24.

Convento de Santa Clara, Livro 50, Documento 28.

FONTES IMPRESSAS

ESPERANÇA, Frei Manuel da – *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S.Francisco na Província de Portugal*, Lisboa, Oficina de António Craesbeeck de Mello, Impressor de Sua Alteza, Anno 1666.

ESPERANÇA, Frei Manuel da – *História Seraphica das Ordem dos Frades Menores De S.francisco na Província de Portugal*, Lisboa, Officina de Antonio Galhardo, Anno 1763.

BELÉM, Frei Jeronymo de – *Chronica Seráfica da Santa provincia dos Algarves da regular Observância do Nosso Seráfico Padre S.Francisco Em que se trata da sua*

origem, Progressos, e Fundações de seus Conventos, Parte Primeira, Tomo 1, Livro 1. Oficina de Ignacio Rodrigues, Lisboa, MDCCL.

CONCEIÇÃO, Frei Apollinario da Conceição – *Claustro Franciscano Erecto no Domínio da Coroa dedicado a Sacra, Real, Augusta Majestade del Rey D. João V Nosso Senhor*, Lisboa Occidental Na Off. De António Isidoro da Fonseca, M.DCC.XL .

RIBEIRO, Padre Bartolomeu – *Guia de Portugal Franciscano Continental e Insular. Esquema histórico de 1217 a 1834 e Crónica sucinta da Província dos Santos Mártires de Marrocos*, Residência de Leixões, 1946.

SOLEDADE, Frei Fernando da – *Historia Seráfica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*, II Parte da III, Lisboa Occidental ,Na Oficina de Domingos Gonçalves, MDCCXXXV.

SOLEDADE, Frei Fernando da – *Historia Seráfica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*, IV. Parte, Lisboa Occidental , Na Oficina de Domingos Gonsalves, MDCCXXXVII.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Laurinda – “O impacto da legislação pombalina sobre o património das instituições religiosas: o caso de Montemor-o-Novo”, *Conversas à volta dos conventos*, Coord. de Virgínia Fróis, Casa do Sul Editora, Évora, 2002.

AIRES-BARROS, Luís – *As rochas dos monumentos portugueses. Tipologias e Patologias*, Volume I e Volume II, Ministério da Cultura e IPPAR, Lisboa, 2001.

ALMEIDA, Álvaro Duarte de e BELO, Duarte – *Portugal Património* Volume VI, Círculo de Leitores, 1ª Edição, Lisboa, Outubro de 2007.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, 3 volumes, Portucalense Editora S.A.R.L., Porto, 1967.

ÁLVARES, José Manuel e CORREIA, José Hilário de Brito – *Estudos Históricos, Jurídicos e Económicos sobre o Município de Montemor-o-Novo*, Volume I Estudos Históricos, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1873, Edição Fac Símile, Coimbra Editora, Agosto 2001.

ANDRADE, António Alberto Banha de – “Subsídios para a história da arte no Alentejo”, *Cadernos de História de Montemor-o-Novo*, Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1980.

ANDRADE, António Alberto Banha de – “Montemor tem história Frades de 1435 até 1834”, *Jornal “O Montemorense”*, Agosto de 1974.

ANDRADE, António Alberto Banha de – “Breve História das Ruínas do Antigo Burgo e Concelho de Montemor-o-Novo”, *Cadernos da História de Montemor-o-Novo*, Edição do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo e “A Defesa”, Évora, 1977.

APPLETON, João – *Edifícios Antigos Contribuição para o Estudo do seu Comportamento e das Acções de Reabilitação a Empreender*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.

APPLETON, João e outros – *Convento de São Francisco Montemor-o-Novo Diagnóstico estrutural e não estrutural*, Volume I, II e III, Lisboa, Julho 2007 (policopiado).

APPLETON, João – *Reabilitação de Edifícios Antigos Patologias e Tecnologias de Intervenção*, Edições Orion, Amadora, 1ª Edição, Setembro de 2003.

APPLETON, João – “Recuperação Construtiva de Edifícios Conventuais: da Teoria à Prática”, *Conversas à Volta dos Conventos*, Coord. de Virgínia Fróis, Casa do Sul Editora, Évora, 2002.

Arquitectura Popular em Portugal Volume 3 Zona 5 Alentejo e Zona 6 Algarve, Associação dos Arquitectos Portugueses, 3ª Edição, Lisboa, 1988.

AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *História da Igreja em Portugal*, 7 Volumes, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

BARBOSA, Ana Lúcia Rosado da Silva – *Convento de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo , Relatório Histórico – Arquitectónico*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Direcção Regional de Évora, Janeiro de 2005 (policopiado).

BOTA, Adelaide Maria de Almeida – *Igreja do Convento de N.S. das Virtudes Azambuja Bases para uma proposta de Recuperação e Valorização*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Évora, 1998 (policopiada).

BRANCO, Manuel J. C.– “Evolução do sítio do século XIII ao século XIX”, *Monumentos Nº17*, DGEMN -Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, Setembro 2002.

BRANCO, Manuel J. C. – “A Igreja e a Sala do Despacho: três campanhas de obras”, em *A Misericórdia de Montemor-o-Novo História e Património*, Coord. Jorge Fonseca, Tribuna da História e Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2008.

BRAUNFELS, Wolfgang – *Arquitectura Monacal en Occidente*, Breve Biblioteca de Reforma, Série Iconológica, Barral Editores, 1975.

BRAUNFELS, Wolfgang - *Monasteries of Western Europe. The Architecture of the Orders*, Thames and Hudson, Nova Iorque, 1993.

CAEIRO, Elsa Maria Moreira – *Estudo comparativo de conjuntos urbanos situados na área de influência de Évora*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Évora, 1995 (policopiado).

CARBONARA, Giovanni-dir., *Trattato di Restauro Architettonico*, UTET, Torino, 1996.

CARRIÓ, Juan MONJO, dir.- *Tratado de Rehabilitación Tomo 3 Patología y técnicas de intervención. Elementos estructurales*, UPMadrid /Editora Munilla-Lería, Madrid, 1998.

CARTA ESTRATÉGICA DE MONTEMOR-O-NOVO , Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2007.

CARVALHOSA, António e ZBYSZEWSKI,G – *Noticia Explicativa da Folha 35-D Montemor-o-Novo, Carta Geológica de Portugal*, Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa, 1994.

CASTRO, Elda de – *Tratamentos de conservação de pedras em monumentos*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ITG2, Lisboa, 1984.

CHINITA, Filipe Jorge - *Montemor|o|Novo Passado, Presente, Futuro*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, Setembro, 2003.

CHINITA, Filipe Jorge - *Montemor|o|Novo 30 Anos de Abril*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2006.

CÓIAS, Vítor – *Inspecções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios*, IST Press, Lisboa, 2006.

CÓIAS, Vítor, Coord. – *Estruturas de Madeira Reabilitação e Inovação*, GECORPA, Lisboa, Setembro de 2000.

COSTA, António Carvalho da – *Chorografia portugueza, e descriçam topográfica do famoso reyno de Portugal*, 1868-9,

COSTA, Salvador da – “Memórias de Salvador da Costa”, em *Almansôr*, Revista de Cultura nº10, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 1992.

COTOVIO, Vítor M. Boieiro – *Anomalias construtivas da Igreja de S. Francisco de Montemor-o-Novo*, Trabalho realizado no âmbito do 8ºCurso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico para a disciplina Análise e Consolidação Estrutural, Universidade de Évora, Fevereiro de 2007 (policopiado).

COTOVIO, Vítor M. Boieiro – *O Conjunto Franciscano de Montemor-o-Novo e a evolução da paisagem urbana*, Trabalho realizado no âmbito do 8ºCurso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico para a disciplina Arte Paisagista e dos Jardins, Universidade de Évora, Fevereiro de 2007 (policopiado).

CUSTÓDIO, Jorge – “Salvaguada do Património – Antecedentes Históricos – de Alexandre Herculano à Carta de Veneza”, em *Dar Futuro ao Passado*. Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1993.

DIAS, Pedro – *Arquitectura Gótica Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

DIMIER, Anselme – *Les Moines Bâtisseurs*, Paris, 1964.~

ECO, Humberto – *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Editorial Presença, 11ª Edição, Lisboa, Junho, 2004.

ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal Distrito de Évora Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, VIII, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1975.

FONSECA, Jorge – *Montemor-o-Novo no Século XV*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 1998.

FONSECA, Jorge – “O Concelho de Montemor-o-Novo nas Memórias Paroquiais de 1758”, em *Almanson Revista de Cultura*, Nº3, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 1985.

FONSECA, Jorge – “Castelhanos em Montemor-o-Novo no tempo de Filipe II (1580-1592)”, em *Almanson Revista de Cultura*, Nº3, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 1985.

FONSECA, Jorge – *Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo Inventário*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 1996.

FONSECA, Jorge – “Toponímia e Urbanismo de Montemor-o-Novo (séculos XV- XIX)”, *Almanson Revista de Cultura*, Nº14, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2000.

FONSECA, Jorge – “Bibliografia de Montemor-o-Novo”, em *Almanson, Revista de Cultura* Nº1 | 2ªSérie, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2002.

FONSECA, Teresa – *Joaquim José Varela e a Memória Estatística acerca da notável vila de Montemor-o-Novo*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

GASPAR, Jorge – “Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade”, *Conversas à Volta dos Conventos*, Coord. Virginia Fróis, Casa do Sul Editora, Évora, 2002.

GILLET, Louis – *Histoire Artistique des Ordres Mendiants*, Ed. Flammarion, Paris, 1939.

GONZALEZ-VARAS, Ignacio – *Conservación de bienes culturales: Teoría, historia, principios y normas*, Manuais Arte Cátedra, Madrid, 2000.

HENRIQUES, Fernando M.A., RODRIGUES, José Delgado, AIRES-BARROS, Luís e PROENÇA, Nuno – *Materiais pétreos e similares. Terminologia das formas de alteração e degradação*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ICT, Lisboa, 2004.

JORGE, Virgolino Ferreira – *Cultura e património*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Portel, Lisboa, 2005.

KUBLER, George – *Arquitectura portuguesa chã. Entre as Especiarias e os Diamantes (1521 – 1706)*, Tradução de Jorge Henrique Pais da Silva, VEGA, 2ª Edição, Lisboa, 2005.

LIMA, Hélio Costa - “A Exemplaridade dos Sistemas Construtivos Tradicionais para a Inovação em Sustentabilidade na Arquitectura”, em Congresso “Arquitectura Sustentável – Futuro com [...] passado, Aveiro, Outubro 2008.

LOURENÇO, Paulo e ROCA, P. (eds.)- *Historical Constructions*, Guimarães, 2001.

MARGALHA, Maria Goreti - *Reabilitação Urbana_Práticas Concertadas*, Mértola, Março 2007.

MARQUES, Marco António e RODRIGUES, José Delgado e MARQUES, Beatriz Lopes – *Degradação e conservação da pedra em estruturas de alvenaria. Terminologia e conceitos petrográficos*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2004.

MATEUS, João Mascarenhas – *Técnicas tradicionais de construção de alvenarias. A literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*, Livros Horizonte, Lisboa, Novembro de 2002.

MATEUS, Rui Jorge da Silva Pereira – *Políticas Sectoriais na Área da Conservação Integrada de Centros Históricas Portugueses. A construção de um modelo operativo para a sua gestão e sua aplicação ao Centro Histórico de Mértola*, Volume 4, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, Évora 2004 (policopiado).

MATIAS, Susana Cacela – *Património conventual franciscano: Contribuições para a análise espacial do corpo conventual. O Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Alvito*, in 3ºENCORE – Encontro sobre conservação e reabilitação de edifícios, Volume 1, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, Maio de 2003.

MATTOSO, José , Dir. – *História de Portugal*, Volume III - No Alvorecer da Modernidade (1480-1620), Círculo de Leitores, 1ªEdição, Lisboa, 1993.

MATTOSO, José , Dir.– *História de Portugal*, Volume V – O Liberalismo (1807-1890), Círculo de Leitores, 1ªedição, Lisboa, 1993.

MENDONÇA, Manuela - *Cidades, vilas e aldeias de Portugal*, Estudos de História Regional Portuguesa, Volume 1, edições Colibri, Lisboa, 1995.

MOREIRA, António Montes – “Implantação e desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal Séculos XIII-XVI” , Actas do Seminário “*O Franciscanismo em Portugal*”, Volume 1, Fundação Oriente, Lisboa, 1996.

MURTEIRA, Maria Mário Calado C.P. Queimado e TORRES, Teresa Sá – *Igreja do Convento de S.Francisco de Portalegre*, trabalho realizado no âmbito do 7ºCurso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Évora, Julho de 2003 (policopiado).

NOGUEIRA, Bernardo de Sá – “Cartas-Missivas e Mandados(Provisões) enviadas pelo rei D.João III ao concelho de Montemor-o-Novo. Parte primeira (1521-1539)”, em *Almansi* Revista de Cultura Nº14, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2000.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá – “Provisões Enviadas pelo Rei D.João III ao Concelho de Montemor-o-Novo. Parte Segunda (1540-1547)”, em *Almansi*, Revista de Cultura Nº2 | 2ªSérie, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2003.

PACAUT, Marcel – *Les ordres monastiques et religieux au Moyen Age*, Editions Nathan, Tours, 1993.

PAGARÁ, Ana Fátima Martelo – *Proposta de Conservação e Valorização do Conjunto Subsistente do Mosteiro Cisterciense de São João de Tarouca*, Dissertação do Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Évora, 1997 (policopiado).

PEREIRA, Paulo (Dir) – *Historia da Arte Portuguesa*, 7 volumes, Círculo de Leitores, Lisboa, 2007.

PEREIRA, Paulo – *Lugares Mágicos de Portugal – Arquitecturas Sagradas*, Círculo de Leitores, 1ªEdição, Lisboa, 2004.

PINTO, Ana Ferreira e RODRIGUES, José Delgado – “Conservação de pedras calcárias. Estudo de tratamentos de conservação”, Revista *Monumentos Nº8*, DGEMN, Lisboa, Março, 1998.

PORTELA, Ana Margarida e QUEIROZ, Francisco – “Contributos para a História da Arquitectura e do Urbanismo em Montemor-o-Novo, do Século XVI ao Século XIX: I-O Convento de Nossa senhora da Saudação II – O Cemitério de S.Francisco”, em *Almensor*, Revista de Cultura, Nº1 | 2ªSérie, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2002.

SAMEIRO, Pedro – “Pedras de Armas de Montemor-o-Novo”, em *Almensor*, Revista de Cultura, Nº2|2ªSérie, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2003.

SANTOS, Cláudia Valle e FONSECA, Jorge e BRANCO, Manuel – “A Vila Quinhentista”, em *Montemor-o-Novo Quinhentista e o Foral Manuelino*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2003.

SARAMAGO, José – *Levantado do chão*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1986.

SEGURADO, João Emílio dos Santos – *Avenaria e Cantaria*, Biblioteca da Instrução Profissional, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa, 4ªEdição, s.d..

SEGURADO, João Emílio dos Santos – *Edificações*, Biblioteca da Instrução Profissional, Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1908.

SILVA, José Custódio Vieira da – *O Tardo-Gótico no Alentejo A arquitectura no Alentejo*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

SOUSA, Silvana e COTOVIO, Vitor e SILVA, Celino – *A Igreja do Convento de S.Francisco de Montemor-o-Novo*, trabalho realizado no âmbito do 8ºCurso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico para a disciplina de Sistemática da Arquitectura, Universidade de Évora, Maio de 2007 (policopiado).

TEIXEIRA, Gabriela de e BELÉM, Margarida de Cunha – *Diálogos de edificação*, CRAT-Centro Regional de Artes Tradicionais, Porto, 1998.

TERENO, Maria do Céu Simões – “O Convento de Nossa Senhora da Graça em Évora”, *Conversas à Volta dos Conventos*, Coord. de Virgínia Fróis, Casa do Sul Editora, Évora, 2002.

VARELLA, Joaquim José – *MEMORIA ESTATISTICA A cerca da notavel Villa de Monte Mor o Novo*, em Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, MCCCCXVI.

VITERBO, Sousa – *Dicionário histórico e documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores portugueses*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, Fac-simile da Edição da Imprensa Nacional, Lisboa, 1904.

XAVIER, António Manuel – *Das Cercas dos Conventos Capuchos*, Casa do Sul Editora e CHARTE da U.Évora, Évora, 2004.

SITES INTERNET

www.gecorpa.pt

www.monumentos.pt

www.franciscan-archive.org

www.ofm.org.pt

www.spab.org.uk

www.getty.edu

www.iscarweb.com

www.antropos.galeon.com

www.assircco.it

www.uniroma1.it

www.upm.es

www.prorestauro.pt

[http:// infohabitar.bolgspot.com/](http://infohabitar.bolgspot.com/)

ÍNDICE DE IMAGENS

Foto 2.1. - Montemor-o-Novo, desenho de Pier Maria Baldi, em 1669.

Foto 3.1. - Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo : enquadramento no final do séc.XIX.

Foto 3.2. - Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: início do séc. XX , ainda a fazer a ligação entre o aglomerado e o campo.

Foto 3.3.- Convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo. Actual envolvimento pelas zonas de expansão urbana da cidade. No alto do monte, o Santuário da Sr^a. da Visitação.

Foto 3.4.- Vista aérea da cidade de Montemor-o-Novo, em 2007, vendo-se o convento de S. Francisco absorvido pelo desenvolvimento urbano.

Foto 3.5.- Igreja do convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: capela-mor.

Foto 3.6. – Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: arco triunfal.

Foto 3.7.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: na parede norte da capela, o arco por onde se fazia a passagem para o claustro.

Foto 3.8.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: parede sul da nave.

Foto 3.9.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: altar de S. Carlos Borromeu, na parede sul da nave.

Foto 3.10.- Igreja do convento de S. Francisco de Montemor-o-Novo: portal de entrada na capela da Ordem Terceira, na parede sul da nave.

Foto 3.11.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: na parede sul , altar que fechou a entrada da capela de Paulo Villalobos

Foto 3.12.- Igreja do convento de S. Francisco de Montemor-o-Novo: nave e coro-alto.

Foto 3.13.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: altar da parede norte da nave.

Foto 3.14.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo. Na parede norte, altar e acesso ao antigo púlpito.

Foto 3.15.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo : púlpito actual.

Foto 3.16.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: tecto da nave.

Foto 3.17.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pormenores de chaves de arcos.

Foto 3.18.- Convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: tecto da capela da Aparição.

Foto 3.19.- Igreja do convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: alçado poente.

Foto 3.20.- Igreja do convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: frontão contracurvado com as armas de S.Francisco, no alçado poente.

Foto 3.21.- Igreja do convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: portal de acesso.

Foto 3.22.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: lápide existente na frontaria.

Foto 3.23.- Igreja do convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: alçado sul.

Foto 3.24.- Convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: alçado sul da igreja, anexos conventuais e cemiteriais.

Foto 3.25.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: vista de noroeste.

Foto 3.26.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: anexos conventuais a norte

Foto 3.27.- Convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: vista do claustro.

Foto 3.28.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: vista do claustro e alçado norte da Igreja.

Foto 3.29.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: ala nascente do claustro.

Foto 3.30.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: entrada da sala do Capítulo.

Foto 3.31.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: interior da sala do Capítulo.

Foto 3.32.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: portaria nova.

Foto 3.33.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: antigo refectório.

Foto 3.34. – Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: antiga portaria.

Foto 3.35.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: alçado nascente.

Foto 3.36.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: aspecto exterior das construções da Ordem Terceira.

Foto 3.37.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: interior da Capela da Ordem Terceira.

Foto 3.38.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: alçado poente da capela da Ordem Terceira.

Foto 4.1.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo. Reconstrução do corpo nascente, na década de 50 do séc. XX (foto DGEMN).

Foto 4.2.- Convento S. Francisco em Montemor-o-Novo : obras de reconstrução do dormitório, na década de 50 do séc. XX, para uso pela Câmara Municipal (foto DGEMN).

Foto 4.3.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: ruínas de pilares e contrafortes da ala poente do claustro (foto DGEMN).

Foto 4.4.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: aspecto dos anexos conventuais em 1950 (foto DGEMN).

Foto 4.5.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: portal da sala do Capítulo na década de 50 do séc. XX (foto DGEMN).

Foto 5.1.- Convento de São Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria ordinária na fachada primitiva da igreja.

Foto 5.2. – Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria ordinária no alçado interior sul do nártice. .

Foto 5.3. – Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo - alvenaria no interior de santuário no alçado norte da nave da igreja.

Foto 5.4.- Convento de S.Francisco em Montemor-o-Novo: no interior da igreja, alvenaria mista de pedra e tijolo.

Foto 5.5. – Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria da parede exterior do ala norte do claustro.

Foto 5.6. - Convento de São Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria na caixa de escadaria a norte da capela-mor.

Foto 5.7.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: bloco de granito trabalhado, aproveitado de anterior construção.

Foto 5.8.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: granito trabalhado, reaproveitado de construção anterior.

Foto 5.9.- Convento de São Francisco em Montemor-o-Novo. Alvenaria “pura” de tijolo, na escadaria de acesso ao coro-alto.

Foto 5.10.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo, alvenaria de tijolo no “miolo” de panos de alvenaria de pedra.

Foto 5.11.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: cobertura da Igreja em telha cerâmica de canudo e pináculos piramidais de pedra nos contrafortes.

Foto 5.12.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: diversas formas de aplicação do tijolo de barro neste altar do alçado norte da Igreja.

Foto 5.13- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: na Igreja, a madeira como material estrutural em coberturas.

Foto 5.14.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: arranque do contraforte sudoeste.

Foto 5.15.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: caixa de escadaria no acesso ao terraço.

Foto 5.16.- Igreja do Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: alvenaria “armada” com madeira vertical.

Foto 5.17.- Igreja do Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pormenor da alvenaria “armada”.

Foto 5.18.- Igreja do Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: tipos de alvenarias.

Foto 5.19.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: abóbada do tecto da nave.

Foto 5.20.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pormenor construtivo de arco em tijolo do claustro.

Foto 6.1.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: grande fractura da alvenaria no alçado poente.

Foto 6.2.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fendas diagonais no pano de alvenaria da frontaria.

Foto 6.3.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fenda a toda a espessura do arco do nártice.

Foto 6.4.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fractura no coro-alto.

Foto 6.5.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fenda do coro-alto.

Foto 6.6.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fenda do coro-alto.

Foto 6.7.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: tecto do coro-alto em abóbada com fenda sensivelmente longitudinal. Fenda no centro do arco de ligação à nave (arco triunfal).

Foto 6.8.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fendas com orientação preferencial no arco triunfal.

Foto 6.9.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: galeria de acesso ao púlpito.

Foto 6.10.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: fendilhação acentuada dos arcos entre pilares do claustro.

Foto 6.11. – Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pavimento da nave.

Foto 6.12.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: sinais de humidades nas pinturas murais da capela-mor.

Foto 6.13.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: macrófitas, vegetação superiores em coberturas.

Foto 6.14.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: tecto da ala norte do claustro.

Foto 6.15.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: perda e degradação de revestimento e colonização biológica.

Foto 6.16.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: parede do antigo refeitório.

Foto 6.17.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: ala sul do claustro.

Foto 6.18.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: colonização biológica em pilares.

Foto 6.19.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pavimento do claustro em terra batida.

Foto 6.20.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: colonização biológica sob a forma de musgos.

Foto 6.21.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: degradação com perda de património azulejar, na sala do Capítulo.

Foto 6.22.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: no antigo refectório, fendilhação e perda e degradação de revestimentos.

Foto 6.23.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: interior da antigo dormitório.

Foto 6.24.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: terraço sobre o claustro.

Foto 6.25.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: contraforte do claustro, no alçado nascente.

Foto 6.26.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pilar e mísula em granito, no claustro, com sinais de anterior intervenção.

Foto 6.27.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: portal de entrada na sala do Capítulo, com a perda de material.

Foto 6.28.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: pormenor de anomalia na sala do Capítulo .

Foto 6.29. - Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: edícula da sala do Capítulo.

Foto 6.30.- Igreja do convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: arco de passagem da igreja para a capela da Ordem Terceira.

Foto 6.31.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: degradação de pinturas em paredes da capela da Ordem Terceira.

Foto 6.32.- Capela da Ordem Terceira: degradação de revestimentos azulejares e estuques.

Foto 6.33.- Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo: coberturas dissonantes nos anexos meridionais.

Foto 7.1.- Parque urbano da cidade, em espaço da antiga cerca franciscana.

Foto 7.2.- Parque urbano da cidade, em espaço anteriormente integrante da cerca.

Foto 7.3.- As piscinas recreativas em espaço contíguo à antiga cerca.

ANEXOS

1. – Ortofotomapa da cidade de Montemor-o-Novo (2005). Escala 1:10 000;



0 200m

N
△

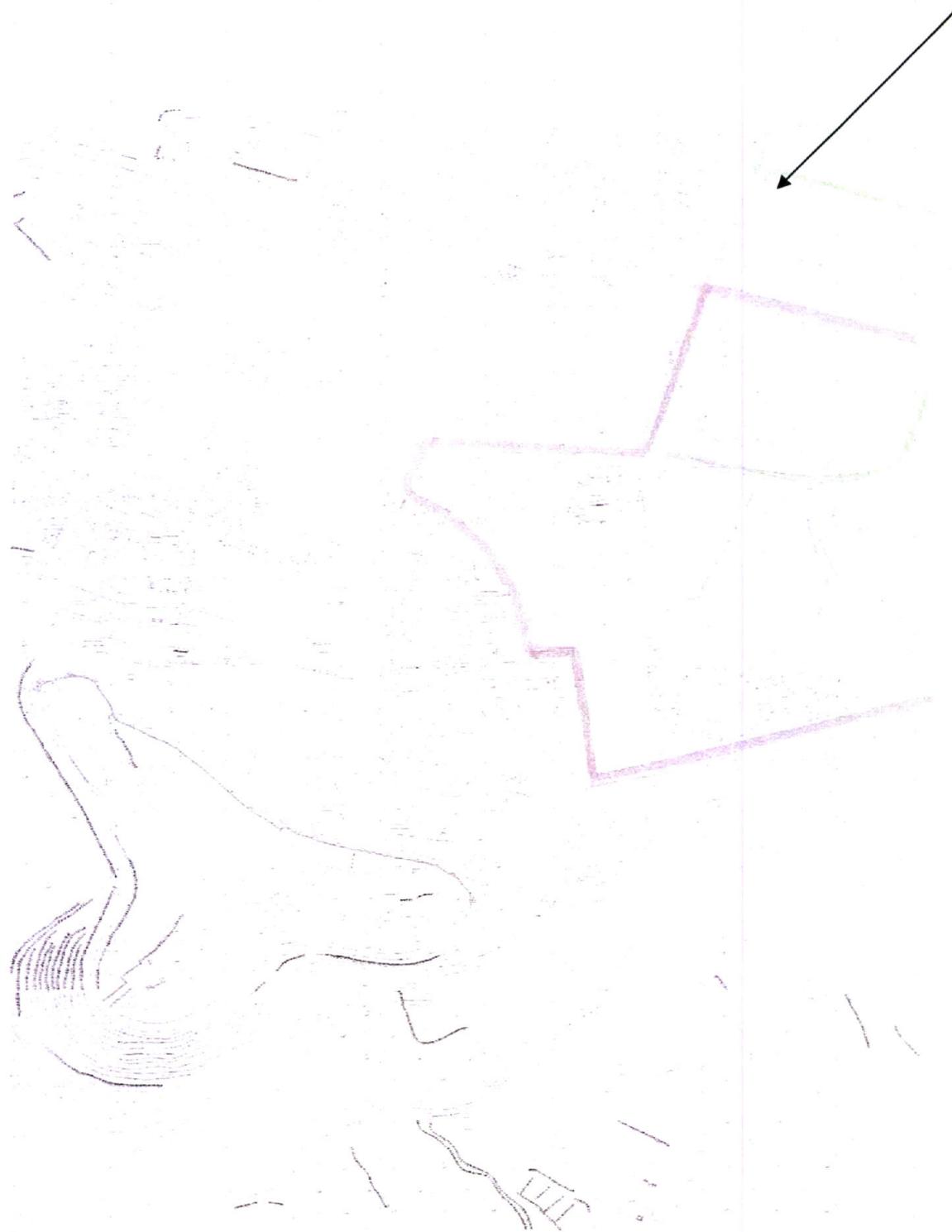
2. – Montemor-o-Novo. Planta de Localização do conjunto franciscano (2005).



0 100m



3. – Montemor-o-Novo. Planta com limites do Rocio no Séc XV, segundo FONSECA (em *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo*, GTL, 2000).



LEGENDA:

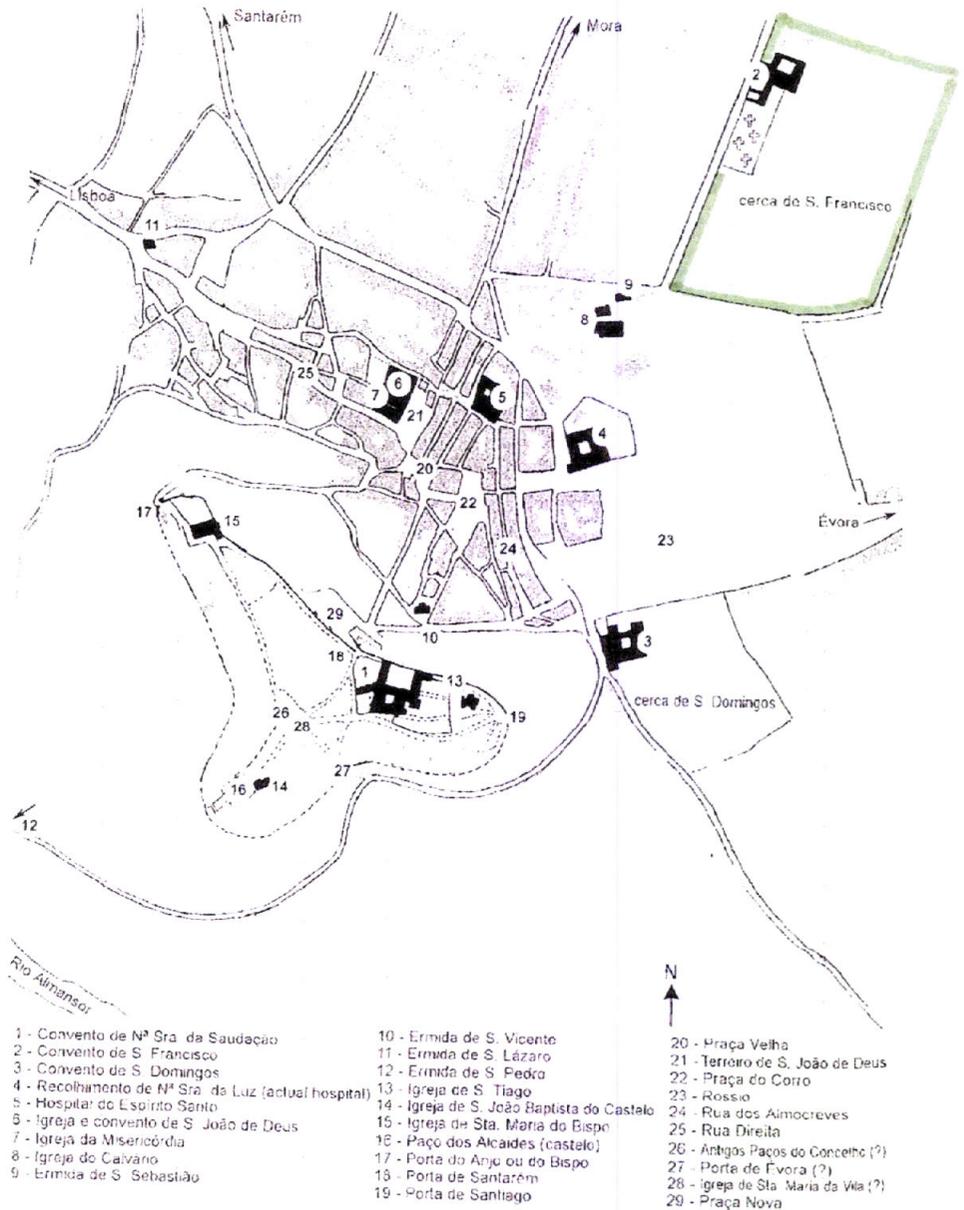
 Limite do Rocio no séc. XV

0  300m



4. – Montemor-o-Novo. Reconstituição hipotética da cerca franciscana nos finais do séc.XIX, efectuada sobre planta de 1945, segundo PORTELA e QUEIROZ, ob.cit., p.126.

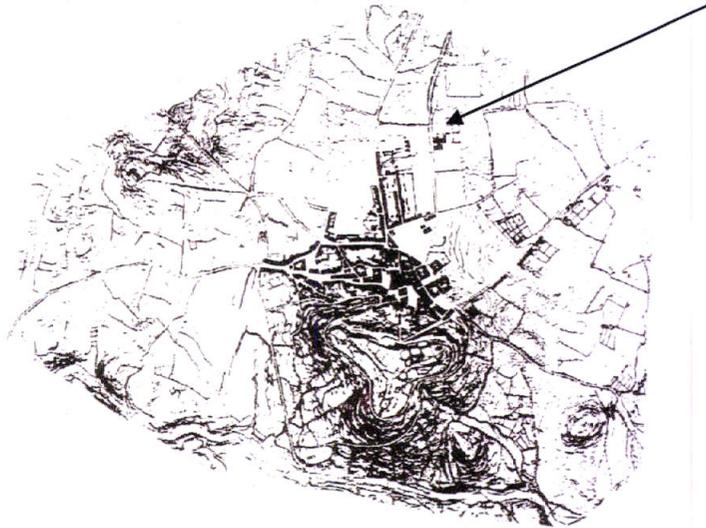
Montemor-o-Novo em
finais do século XIX:
Reconstituição hipotética
desenhada sobre uma planta de
1945



0 300m

5. - Evolução Urbana de Montemor-o-Novo, entre 1827 e 1945;

**EVOLUÇÃO URBANA
DE MONTEMOR-O-NOVO**



1827



1945

0 500m



6. - Evolução Urbana de Montemor-o-Novo, entre 1972 e 1993;

**EVOLUÇÃO URBANA
DE MONTEMOR-O-NOVO**



1972



1993

0  500m



Documento 21

f.1: "Eu el Rey mando a vos Diogo Lopez menistrador e Recebedor das capellas que fiquarom do mosteiro de san Francisco desta cidade d' evora que do dinheiro do sobejo das ditas capellas que esta na arqua que esta na casa de sam Joam avangelista desta cidade d'evora entreguees a pessoa que diser o padre frey Francisco d'evora ministro da provençia d'alguarve trinta mjll reaes pera com elles se começar a crasta do mosteiro de monte moor o novo. E tanto que lhe forem entregues cobrarees este e seu conhecimento e asynado do dicto ministro em que nomee a pessoa a que se hão d'entregar e ho meterees todo na dicta arqua donde o dicto dinheiro sayr pera ser levado em conta a pessoa sobre quem cuidar. Feito em evora a XX dias de de (sic) setembro Andre Pirez o fez de l Bc XXXb (1535).

"Rey"

(Resumo do documento:) "pera o recebedor das capellas desta Cidade que do dinheiro que esta a arqua de sam Joam entrege a pessoa que o ministro da provençia do algarve ordenar XXX [mil] reaes pera se começar a crasta do mosteiro de monte moor. E cobre conhecimento esprito do dito ministro e com este metera todo na dicta arqua"

f.1v: "he verdade que ho padre frey Francisco mynystro da provyncya do Algarve deu poder a Fernam Machado estprivam dos orfaos de Montemor pera que podese Receber do Licenceado Diogo Lopez Recebedor das capellas de sam Francisco os trymta mjll reaes conteudos neste allvara atras e por verdade asynou aqui em evora a seys dias d'outubro de l Bc XXXbj (1536). E eu Adam Fernandez sprivam que este sprivj per seu mandado e asyney"

"Adam Fernandez" (autógrafo)

"Recebido. Francisco Beleagoa" (autógrafo)

"frey Francisco d'evora Ministro provincial" (autógrafo)

"Eu os Reçeby em montemoor de Bertolomeu Lopez esprivão dantre o vygairo por Diogo Lopez. E nom me lembra per cuja ordenaçam porem tenho alvara del Rey pera Receber todo o que for da obra"

"Fernam Machado" (autógrafo).

f.2v (envelope): "alvara del rrey em que dos sobejos das rendas mandou dar XXX [mil] reaes a mestre Francisco sendo ministro pera montemor"

"1535"

Documento 24

f.1: "Eu el Rey mando a vos Diogo Lopez que tendes careguo de Recebedor da (sic) rendas das capellas que ficarom do mosteiro de sam Francisco desta cidade d'evora que do Remdimento dellas despois de compridos os emcareguos que hos defuntos mandaram que por suas almas se fizessem des ao gardião e frades do mosteiro de nosa senhora da graça da dita ordem de sam Francisco da vjla de montemoor o novo doze mjll reaes de que lhe faço esmola pera madeirarem hum lamço do dormitório da dita cassa que hora diz que acabou de engalgar e pera o cobrirem e cobrarees este e conhecimento do dito gardião e per elle mando aos contadores que vos ouverem de tomar a conta que volos levem em conta. Feito em evora a dous dias de setembro Andre Pirez o fez de l Bc XXXiiij (1534). E este nom pasara pela mjnha chancelaria" "Rey"

"E se vos nam teverdes dinheiro fora da arca pera lhe pagar estes Xii [mil] reaes vos mando que os tires do deposito da dicta arca pera a dicta esmolla"

"Rey"

(resumo) "pera o recebedor das Rendas das capellas que ficarom do mosteiro de sam Francisco desta cidade que do sobejo delas despoes de compridos os encareguos dee ao gardiam e padre do mosteiro da ordem de sam Francisco desta cidade (sic, por Montemor) Xii [mil] reaes pera madeirarem e cobryrem hum lanço do dormjtório"

f.1v (envelope): "Reçebio ho padre frey Sabastião em nome de frey Joam d'Anucyada guardadyão (sic, sic) do moesteyro de são Francisco da vylla de montemor ho novo os doze mjll reaes contheados neste allvara dell Rey nosso senhor atras contheados e por verdade asynou aquy oje quatro dyas do mes de setembro da era de l Bc XXXiiij (1534) annos Luis d'Almada tabaliam que esto esprivi"

"frey Sebastyam"

f.2: "Alvara del rrey pera o provedor das capelas dar ao mosteiro de monte mor dos sobejos das capelas Xij [mil] reaes"

"1534"

Documento 28

f.1: "Eu el Rey Mando a vos Dioguo Lopez menistrador e Recebedor das capellas que ficarão do mosteiro de sam Francisco desta cidade d'evora que do dinheiro do sobejo das ditas capellas que estaa n'arqua que estaa na casa de sam Joam avangelista desta cidade entregues a pessoa que diser o padre frey Framçisco d'evora ministro da provemçia do algarve dez mjll reaes pera com elles se comprarem livros pera o mosteiro de monte mor o novo e tamto que lhe forem entregres cobreres este e seu conhecimento e asynado do dito ministro em que nomee a pessoa a que se am d'entregar e o meteres todo na dita arqua domde o dito dinheiro sair pera ser levado em comta a pessoa sobre quem carregar. Francisco Beleagoa o fez em evora a XX dias de setembro de mill Bc XXXb (1535)"

"Rey"

(resumo) "pera o Recebedor das capellas desta cidade que do dinheiro que esta na arqua de sam Joam entregue a pessoa a que ho nenistro (sic) da provemçia do algarve ordenar X [mil] reaes pera se comprar livros pera o mosteiro de monte mor o novo e cobre conhecimento esprito do dito ministro e com este metera todo na dita arqua"

f.1v: "he verdade que o padre frey Francisco mjinistro da provynçia do algarve deu poder a [Andre ?] Annes que tem caargo de Receber as esmollas de sam Francisco pera que Receba de Diogo Lopez Recebedor das capellas de sam Francisco os dez mjll reaes conteudos no allvara atras e por verdade mandou a mjm Adam Fernandez esprivam que fyzese este estormento em evora a bj (seis) dias de Outubro de I Bc XXXbj (1536) e o asynou comygo"

"Recebido" "Francisco Beleagoa" "Adam Fernandez"

"frey Francisco d'evora Ministro provincial"

Fr. Joze de Sta. Anna Rebello Guardião do
Convento de S. Francisco de Montemor Nov.

Atto, que o Sr. D. M. Fr. Joze de S. Carlos
de N. S. Para Amado Lente de Filosofia
no sobre dito Convento nos tres annos da
mea Guardiania, nelle Comtado e cidade;
e Rebello desempenhou as obrigações do
seu emprego, sendo mto frequente nos
negocios de S. M. e não faltando a dar
leções nos dias de aula, nem q' sempre se leua
va o tempo de duas horas de manhã, duas
de tarde, fazendo conferencias não
dispensando sabatinas, finalmente sendo
o atto um todo q'to he proprio e
pertence a um Lente de Filosofia e
por q' tudo isto he verdade não duoi
em passar esta q' vai por mim assigna
na aos 29 de Abril de 1825

Fr. Joze de Sta. Anna Rebello
Guardião

Fr. Joze de Sta. Anna Rebello Guardião do
Convento de S. Francisco de Montemor Novo

Atesto, que o Sr. D. Pedro de S. Joze Accordo
de N. S. Para Amado, Lente de Philosophia
no sobre dito Convento, nelle no fim do seu
curso Philosophico precedido, e seguido
publicamente humas Conclusões, q. con-
tinhaõ logica, Mathematica, e Phisica; sus-
tentando, e arguendo os argumentos,
q. se propunhaõ as Diferenças; Com
toda a clareza, e energia, fazendo em tudo
brilhar o Acto com abua doutrina, ex-
plicação q. faria, ni hum a palavra ni
faltarão em cauza alguma as Deveres
d' hum fante posto na Circumstancia de
precedir a Theses, e q. vq. se he verdade
naõ duvidou passar q. a q. uai q. uai
assignada no 29 de Abril de 1825



Fr. Joze de Sta. Anna Rebello
Guardião

Fr Manoel de Santa Gertrudes Magna Pregador,
e Presidnte in Capite do Convento de S. Fran. do
Montemor novo. H

Atesto q o R. P. M. Fr Jose Ricardo de N. S. S.
Rev. Amado L. de Artes em edito Convento, neste
prezidio, e defendeu humas Conclusões de Ethica,
esta nas primeiras, q' em o mesmo Convento pre-
zidio foi a admiração dos Espectadores pela sua
capitulada erudição, nestas parece q' se excedeo
asi mesmo, não sendo este acto menor, regular,
decente e brilhante q' o primeiro, como affirmo
todas esortudo ser verdade p'atto apprezente q'
assigno. Con. de S. Fran. do Montemor novo 11 de
Maio de 1825



Fr Manoel de Santa Gertrudes Magna
Pres. in Capite

INV. 20 MAIO 1834

15
2.

Inventário

Do Convento de S. Francisco de
Montemor Novo

Sendo Guardiã do mesmo

O R. P. Fr. Joaquim

Da Conceição Gama, P. Substituto

Para ir ao Capítulo, que se hade

Celebrar no Convento de S.

Francisco de Évora aos 24 de Maio de

Sendo ¹⁸³⁴ Presidente do mesmo

Com Beneditino Regio

O R. P. Fr. Antonio de Je-

sus e Maria Serra - Pregador Re-

gio, Ex-Definidor, Ex-Visitador Ge-

ral, P. M. Digno, e Min. Prov.ª desta Sta

Provincia das Alentejuras.



S. R. 9 III. 45
Junqueira

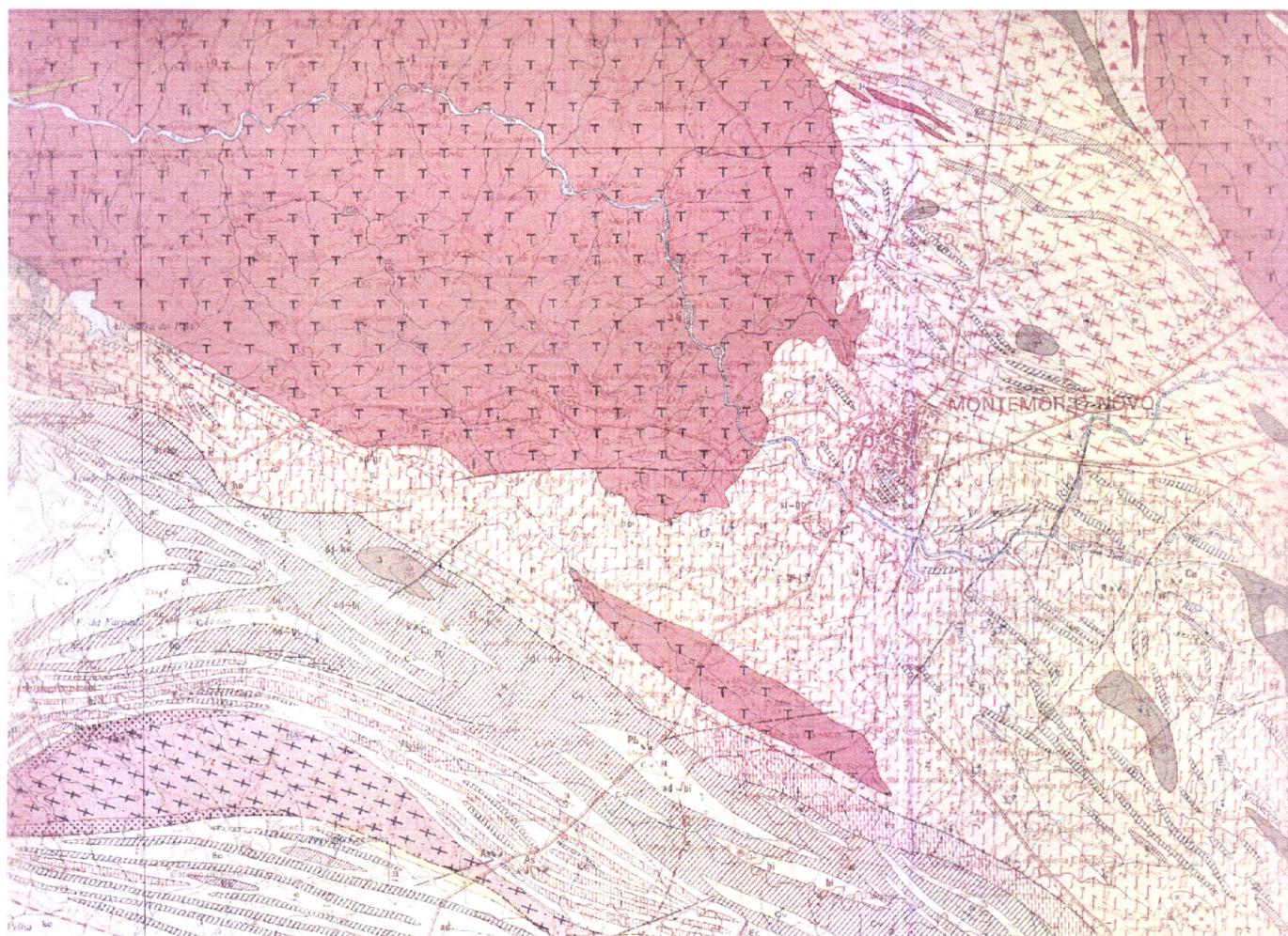
Câmara Municipal
de
Montemor-o-Novo

1498



[Faint, mostly illegible typed text, likely the body of the official letter]

[Handwritten signature or name]



0 1000m

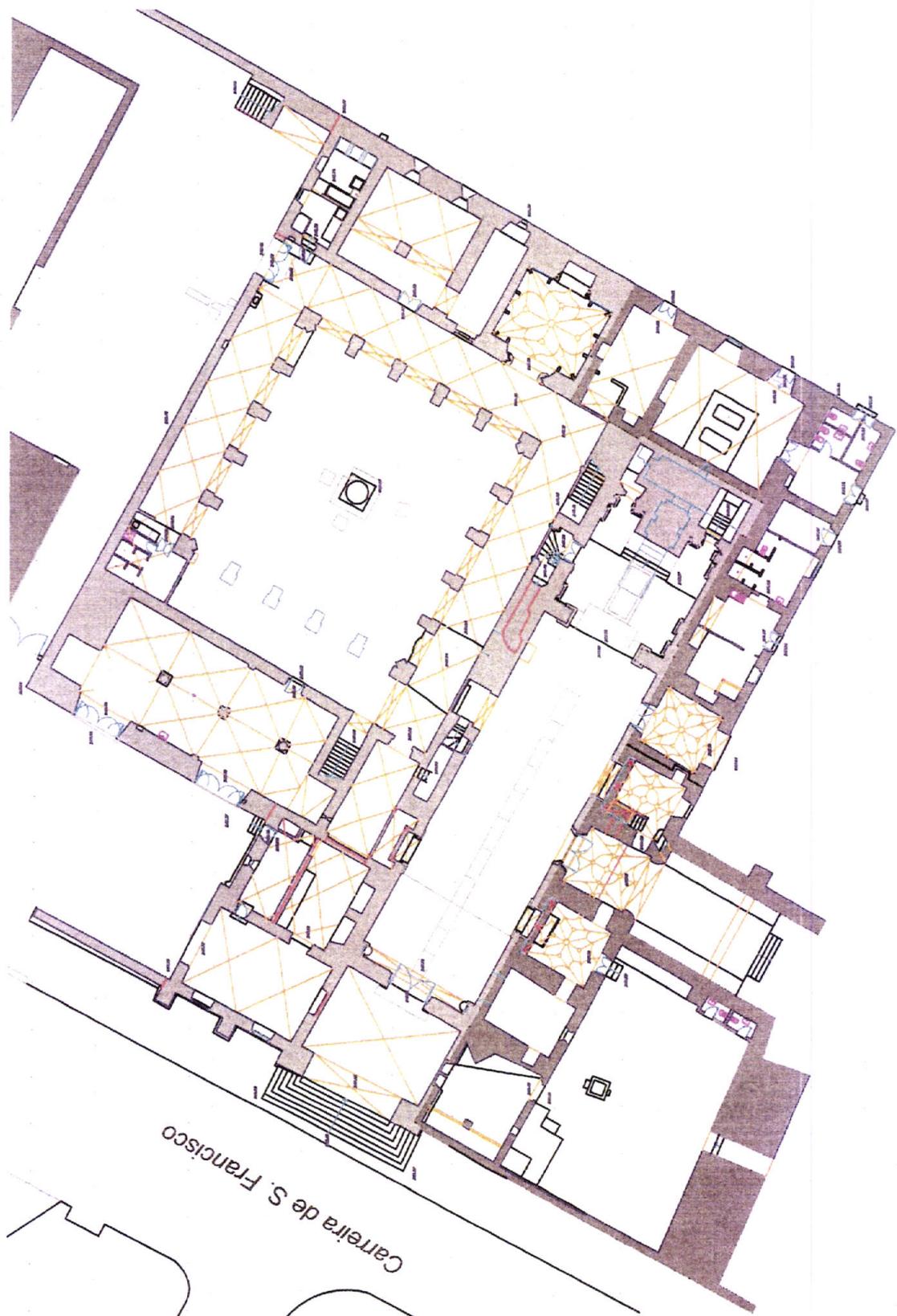




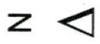
- Séc. XVI
- Séc. XVII
- Séc. XVIII
- Séc. XX



19- Convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo. Planta com fases de construção.



Carreira de S. Francisco

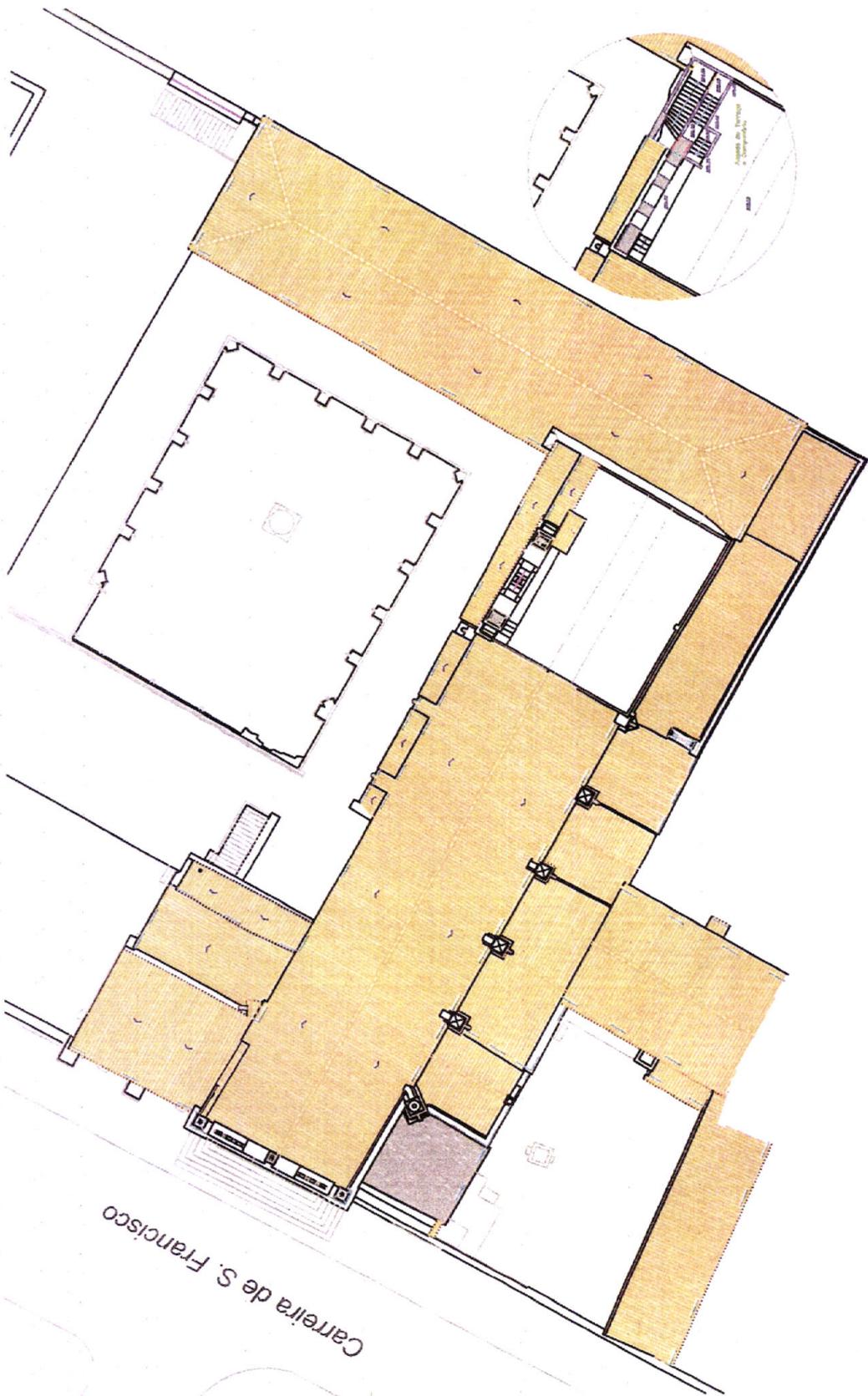


0 ——— 10m

20 - Convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo. Levantamento arquitectónico - Planta geral do piso 1. (Cedência da Associação Oficinas do Convento, Montemor-o-Novo)

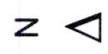


21 – Convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo. Levantamento arquitectónico - Planta do piso 2 . (Cedência da Associação Oficinas do Convento, Mont. -o-Novo)

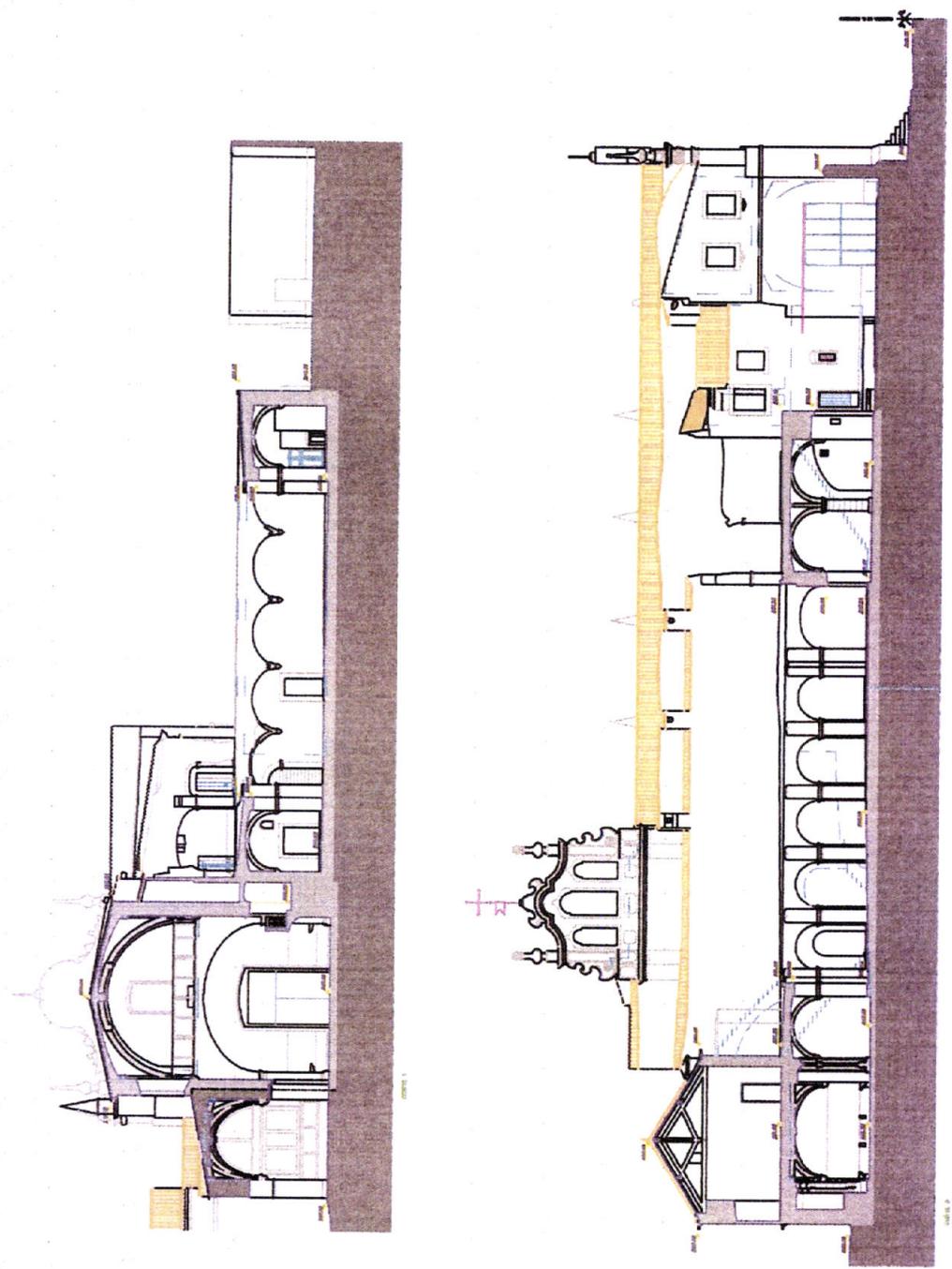


Carreira de S. Francisco

0 ——— 10m

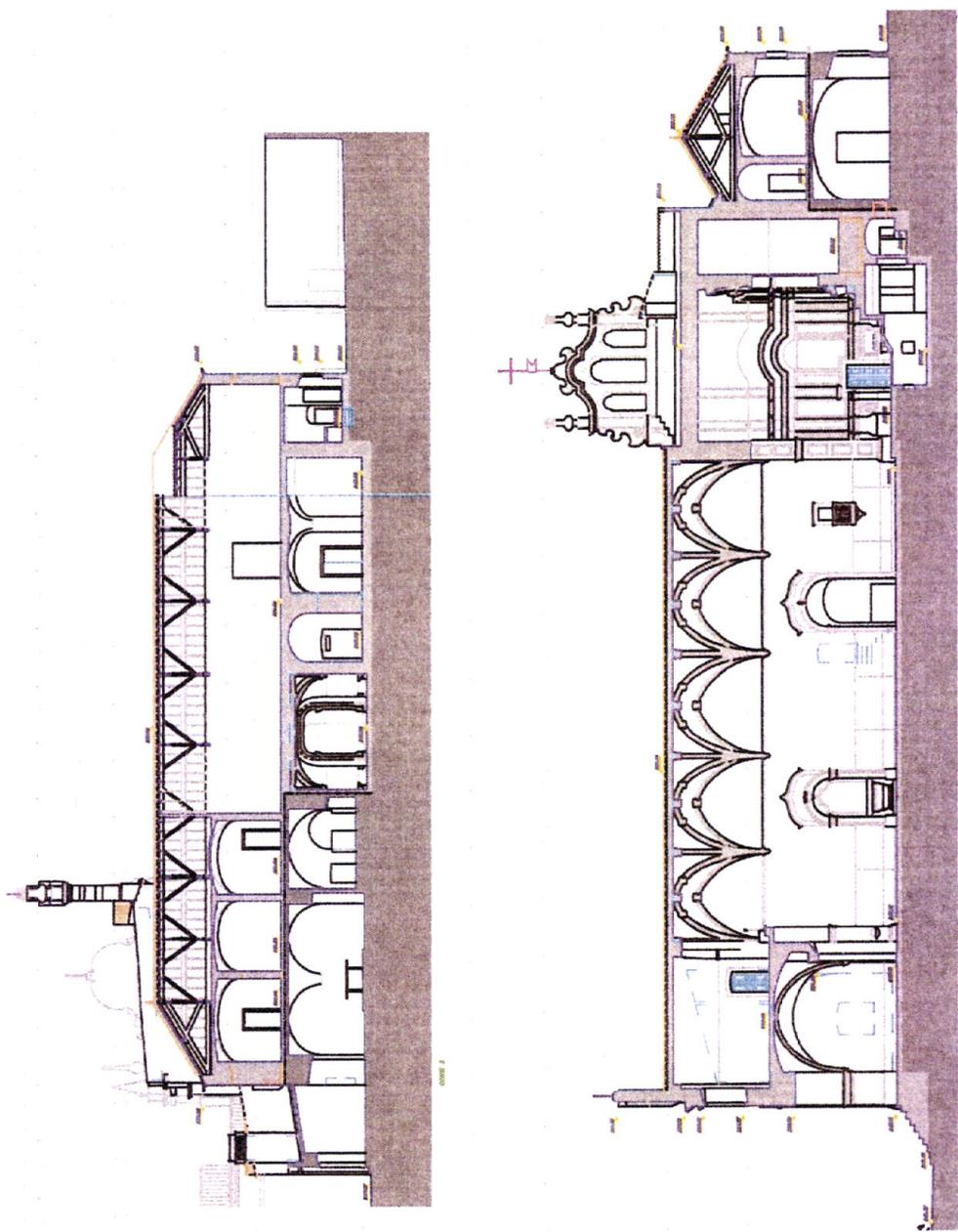


22 – Convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo. Levantamento arquitectónico - Planta de coberturas. (Cedência da Associação Oficinas do Convento, Mont.-o-Novo)

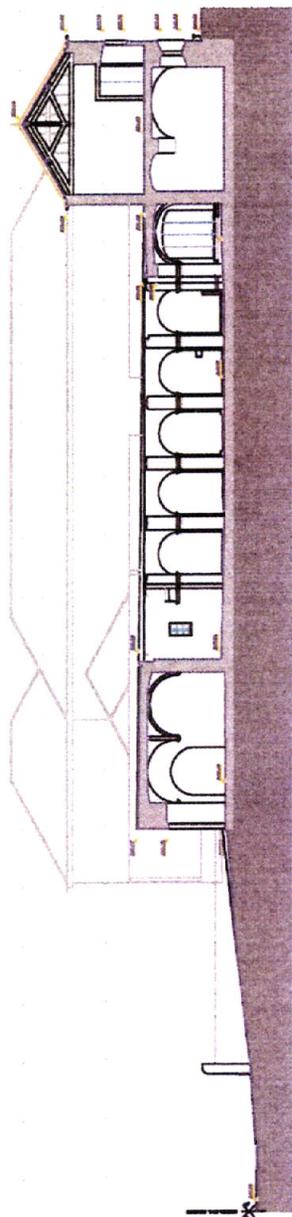
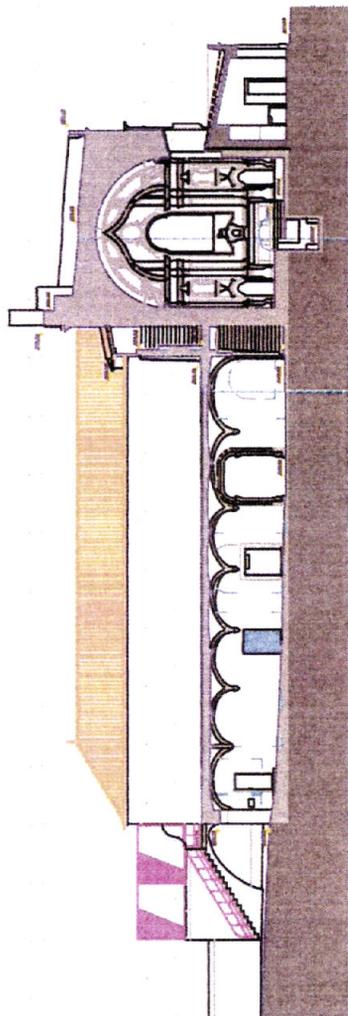


0 10m

23 – Convento de São Francisco, em Montemor-o-Novo. Levantamento arquitectónico - Cortes 1 e 5. (Cedência da Associação Oficinas do Convento, Mont.-o-Novo)

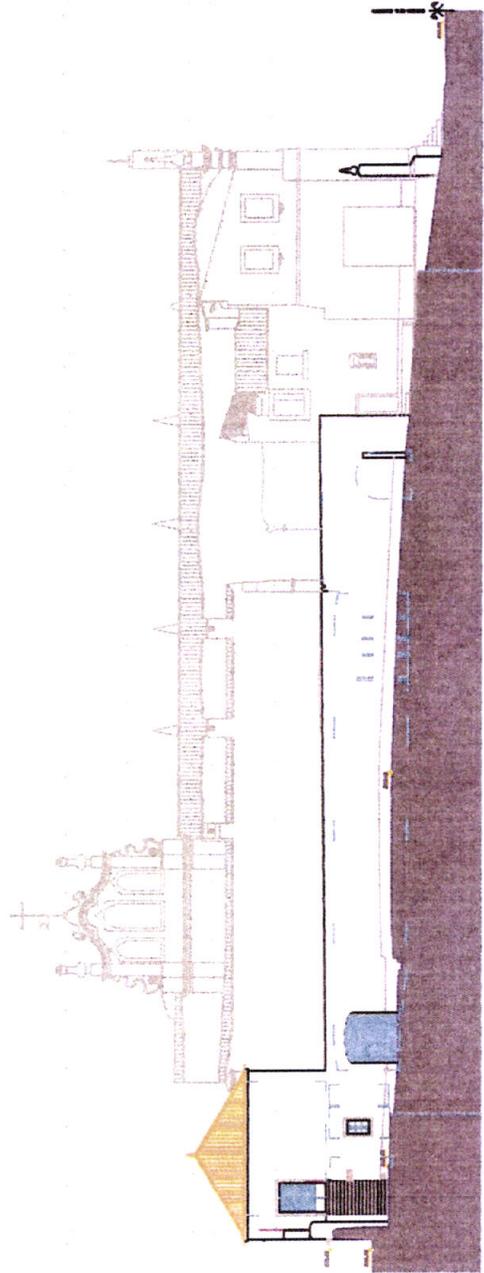
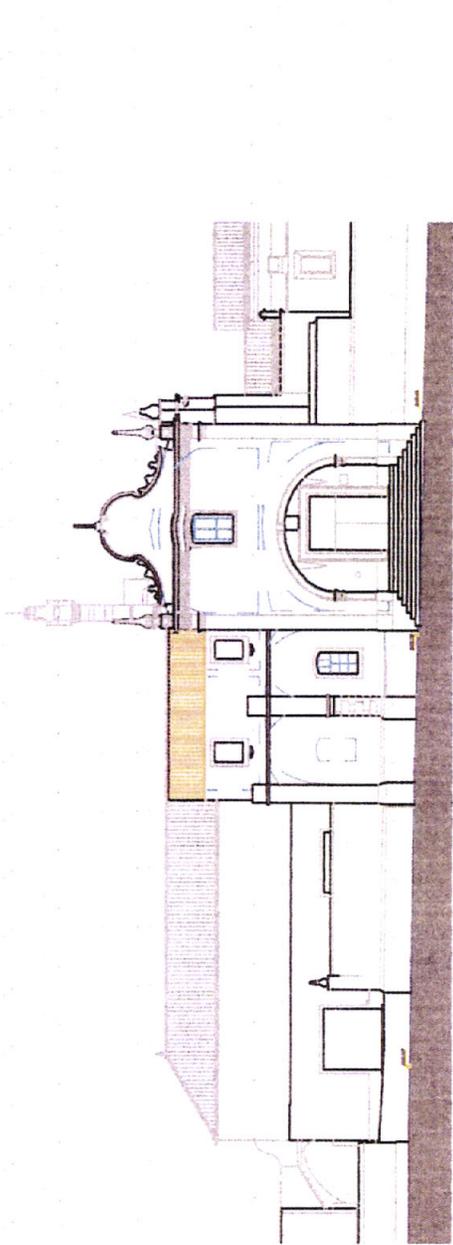


0 10m



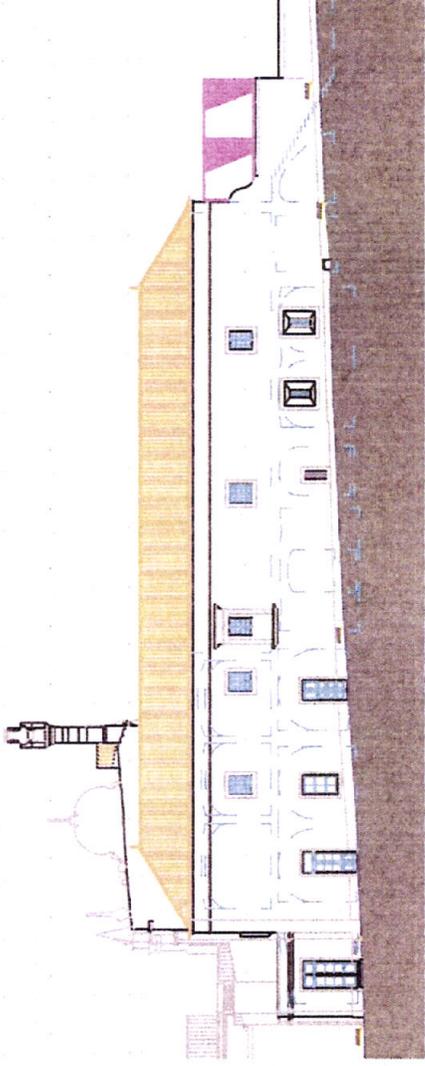
0 _____ 10m

25 – Convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo. Levantamento arquitectónico - Cortes 2 e 6. (Cedência da Associação Oficinas do Convento, Mont.-o-Novo)

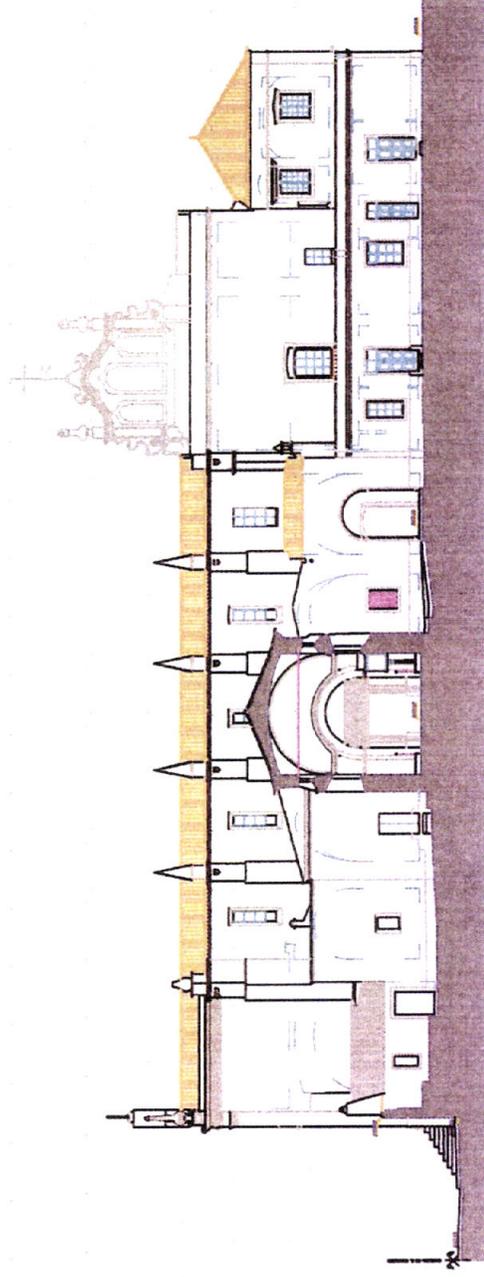


0 ——— 10m

26 – Convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo. Levantamento arquitectónico - Alçados norte e poente. (Cedência da Associação Oficinas do Convento, Montemor-o-Novo)



ALÇADOS SUL



ALÇADOS SUL

0 ——— 10m

27 – Convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo. Levantamento arquitectónico - Alçados sul e nascente. (Cedência da Associação Oficinas do Convento, Montemor-o-Novo)

Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo
Síntese de identificação de anomalias
 Quadro I - Igreja

Anomalias	Espaços									
	Nártice	Coro-alto	Nave	Capela-mor	Cap. Aparição	Campanário	Terraço			
1 Fendilhação estrutural em paredes	X	X	X	X						
2 Fendilhação estrutural em arcos e abóbadas	X	X		X						
3 Interrupção ou descontinuidade de contrafortes				X						
4 Interrupção de nervuras em abóbadas										
5 Degradação de elementos estruturais de madeira										
6 Ruína parcial de parede			X	X						
7 Eliminação/corte de nervuras secundárias em abóbadas (liernes)			X							
8 Degradação de pavimentos em soalho de madeira	X	X	X	X						
9 Degradação de pavimentos com materiais pétreos	X	X	X	X	X	X	X			
10 Degradação e perda de revestimentos interiores e exteriores			X	X	X					
11 Degradação de revestimentos artísticos			X		X					
12 Degradação de painéis de azulejos	X	X	X	X	X					
13 Colonização biológica em paredes, contrafortes e tectos		X	X	X	X				X	X
14 Vegetação superior em paredes, coberturas e elementos pétreos	X		X		X					
15 Anomalias diversas em materiais pétreos	X	X	X	X	X					
16 Degradação de caixilharias de madeira				X						
17 Perda de estanquidade da cobertura			X	X	X					X
18 Coberturas dissonantes										
19 Existência de excrescências construtivas				X						
20 Degradação de peças decorativas			X	X	X				X	
21 Deficientes instalações integradas	X	X	X	X	X				X	

Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo
Síntese de identificação de anomalias
 Quadro III - Anexos a Sul (Paróquia N^oSr^a. da Vila)

Anomalias	Espaços									
	Capela 2		Capela 4		Capela 5		Ordem Terceira			Outras
	Piso 0	Piso 0	Piso 0	Piso 0	Piso 0	Capela	Sacristia	Sala de Reuniões	Piso -1	Piso 0
1 Fendilhação estrutural em paredes										
2 Fendilhação estrutural em arcos e abóbadas						X				
3 Interrupção ou descontinuidade de contrafortes										
4 Interrupção de nervuras em abóbadas										
5 Degradação de elementos estruturais de madeira										
6 Ruína parcial de parede										
7 Eliminação/corte de nervuras secundárias em abóbadas (lirnes)						X	X			
8 Degradação de pavimentos em soalho de madeira						X		X		
9 Degradação de pavimentos com materiais pétreos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
10 Degradação e perda de revestimentos interiores e exteriores	X					X	X	X	X	
11 Degradação de revestimentos artísticos						X		X		
12 Degradação de painéis de azulejos						X				
13 Colonização biológica em paredes, contrafortes e tectos	X									
14 Vegetação superior em paredes, coberturas e elementos pétreos			X	X	X	X	X	X		
15 Anomalias diversas em materiais pétreos	X	X	X	X	X	X	X	X		
16 Degradação de caixilharias de madeira	X					X	X	X		
17 Perda de estanquidade da cobertura	X									
18 Coberturas dissonantes							X			X
19 Existência de excrescências construtivas	X									X
20 Degradação de peças decorativas	X					X	X			
21 Deficientes instalações integradas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Capela 2 - Paulo Villalobos e Vasconcellos

Capela 4 - Jesus, Maria e José

Capela 5 - Santo Cristo

Capela - considera-se que abrange a capela 3 inicial e a ampliação

Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo
Síntese de identificação de anomalias
 Quadro IV - Anexos cemiteriais

Anomalias		Espaços		
		Sala nascente	Sala central	Sala poente
1	Fendilhação estrutural em paredes			
2	Fendilhação estrutural em arcos e abóbadas	X	X	X
3	Interrupção ou descontinuidade de contrafortes			
4	Interrupção de nervuras em abóbadas			
5	Degradação de elementos estruturais de madeira			
6	Ruína parcial de parede			
7	Eliminação/corte de nervuras secundárias em abóbadas (liernas)			
8	Degradação de pavimentos em soalho de madeira			
9	Degradação de pavimentos com materiais pétreos	X	X	X
10	Degradação e perda de revestimentos interiores e exteriores	X	X	X
11	Degradação de revestimentos artísticos			
12	Degradação de painéis de azulejos			
13	Colonização biológica em paredes, contrafortes e tectos			
14	Vegetação superior em paredes, coberturas e elementos pétreos	X	X	X
15	Anomalias diversas em materiais pétreos			
16	Degradação de caixilharias de madeira	X	X	X
17	Perda de estanquidade da cobertura	X	X	X
18	Coberturas dissonantes	X		
19	Existência de excrescências construtivas	X		
20	Degradação de peças decorativas			
21	Deficientes instalações integradas	X	X	X



Programa de Actuação 4 - CULTURA E PATRIMÓNIO

Medida 1 - Requalificação e Valorização do Património

Projecto 1.9 - Reabilitação do Convento de S. Francisco

Impacto - Complementar

Descrição

Recuperação da Igreja, Convento, Claustro e edificações e construções anexas à Igreja.

Criar condições de uso e de trabalho para actividades culturais (auditório, seminários, conferências, concertos, ...); actividades culturais ligadas às Oficinas do Convento (ateliers, exposições, residências, outros).

Relação com os objectivos da Carta

Elemento importante para o objectivo estratégico de Montemor-o-Novo como espaço de cultura

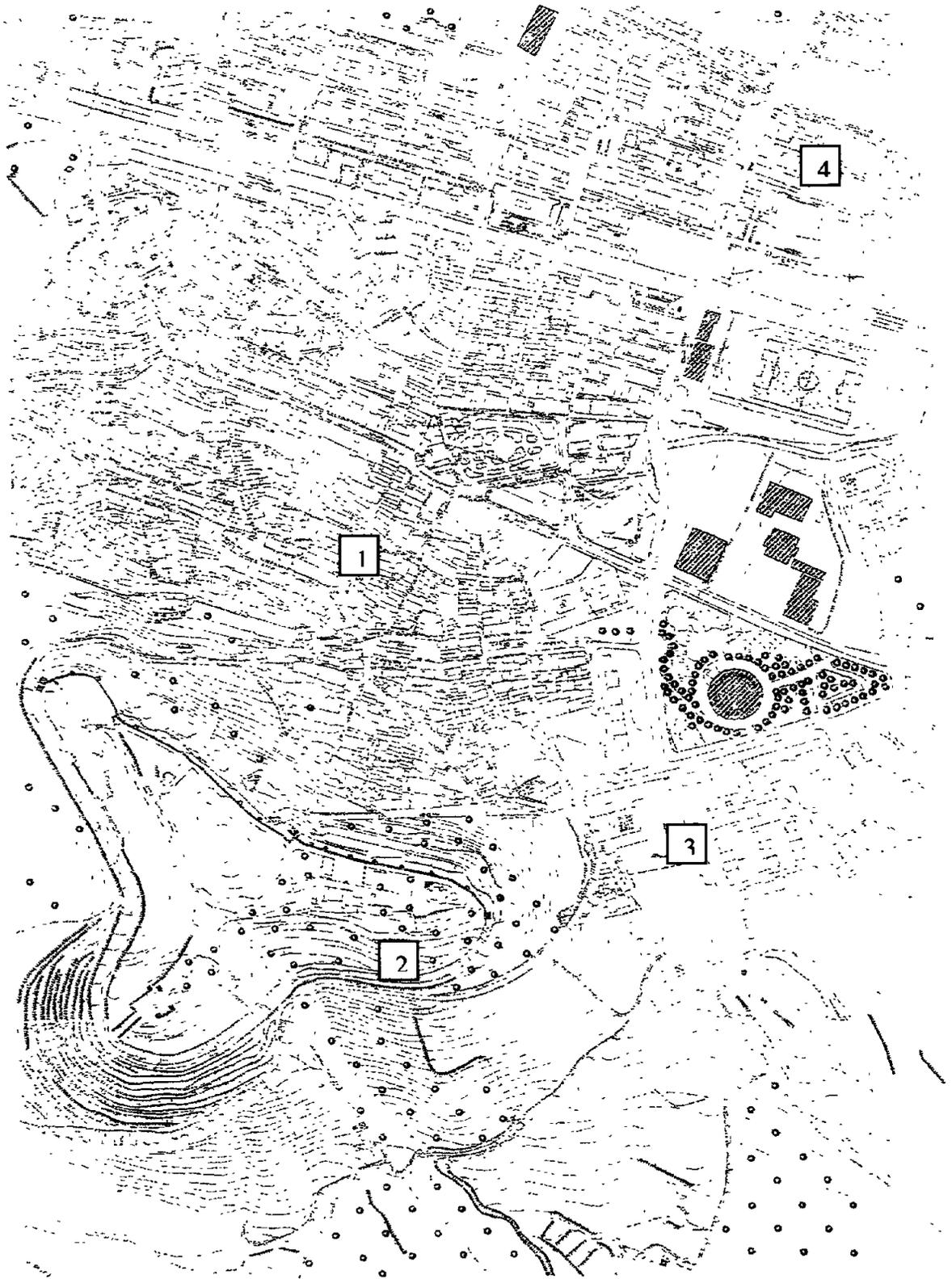
Potenciais parceiros

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Associação Oficinas do Convento e Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

Recursos de Financiamento

PIDDAC

30- Planta de Montemor-o-Novo com localização dos "Quatro Conventos"



1 S.João de Deus

2 N.ª.Sr.ª da Saudação

3 S.Domingos

4 S.Francisco



0 _____ 100m



- 1- Casa da Guarda do Castelo
- 2- Portal da antiga Igreja de Santa Maria do Bispo
- 3- Convento de N^a. Sr^a.da Saudação
- 4- Igreja da Misericórdia e seu Portal
- 5- Rua Teófilo Braga , antiga Rua Direita (Vários)
- 6- Convento de S.Francisco
- 7- Igreja da Sr^a. da Visitação
- 8- Paço da Torre da Amoreira